

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA NO
ÂMBITO DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL SOBRE O
PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA NO
ÂMBITO DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL SOBRE O
ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023

PONTA DELGADA
15 DE NOVEMBRO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 11 de novembro de 2022, na Delegação de Ponta Delgada da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e por meios telemáticos, com o objetivo de dar parecer final sobre a Proposta de Plano para 2023 e sobre o Orçamento para 2023, dando assim cumprimento ao disposto no n.º 4, do artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim sendo, cumpre referir resumidamente as áreas sobre as quais as Comissões Especializadas da Assembleia emitiram parecer, bem como a votação em cada uma delas.

Compete à **Comissão Permanente de Política Geral** a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades Açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento Urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir parecer favorável, à Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - “Plano Regional Anual para o ano de 2023”;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir parecer favorável, à Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”.

Compete à **Comissão de Assuntos Sociais**, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço regional de saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;



- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e IL, emitir por maioria parecer favorável, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - “Plano Regional Anual para o ano de 2023”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e IL, emitir por maioria parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46 - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”.

A **Comissão Permanente de Economia** emitiu parecer sobre os documentos em análise, tendo apreciado os seguintes programas e sua cobertura orçamental, nas seguintes matérias:

- Património próprio e autonomia patrimonial da Região;
- Planeamento e estatística;
- Finanças e sistema fiscal;
- Orçamento e contabilidade pública;
- Privatizações;
- Setor público empresarial regional;
- Competitividade e inovação empresarial;
- Transportes e comunicações;
- Agricultura e pecuária;
- Arrendamento rural;
- Florestas e produção florestal;
- Pescas e aquicultura;
- Turismo;
- Comércio e indústria;
- Artesanato;



- Defesa do consumidor e da concorrência;
- Desenvolvimento rural;
- Remuneração complementar dos trabalhadores da administração regional;
- Sistemas de incentivos;
- Parcerias público-privadas;
- Marketing e publicidade.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Economia deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Deputado Independente emitir, por maioria, parecer favorável, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Deputado Independente emitir, por maioria, parecer favorável, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”.

Compete à **Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**, a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Anual Regional e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia;



- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, do BE e do PAN, emitir por maioria parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - “Plano Regional Anual para o ano de 2023”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, BE e do PAN, emitir por maioria parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII - “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”.

Anexam-se a este documento os relatórios e pareceres das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como os pareceres recebidos na Assembleia e emitidos pelas seguintes entidades:

O Governo Regional dos Açores enviou os seguintes pareceres dos parceiros sociais:

- Conselho Económico e Social dos Açores e dos seus membros, a saber:
Prof. Doutor Fernando Diogo
URMA
ANAFRE Açores
CGTP-IN Açores
URIPSSA
Dr. António Maio
AICOPA
Representante das Associações da Igualdade de Género
Dr. Diogo Caetano, representante das Associações de Defesa do Ambiente
CCIA
FPA
FAA



- Pareceres recebidos pela Comissão Permanente de Economia:
Conselho de Ilha da Terceira
Conselho de Ilha das Flores
Conselho de Ilha da Graciosa
Conselho de Ilha de São Jorge
Conselho de Ilha do Corvo
Conselho de Ilha de Santa Maria

Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 54.º, n.º 5, alínea d), e 56.º, n.º 2, alínea a), da Constituição da República, no artigo 124.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro, conjugado com o disposto no artigo 16.º do Anexo da Lei n.º 35/20014, de 20 de junho, a Comissão Permanente de Economia, colocou em apreciação pública, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”, no âmbito da participação das comissões de trabalhadores e associações sindicais no processo de elaboração da legislação de trabalho.

1.º. CAPÍTULO - APRECIACÃO E PARECERES SOBRE O PLANO REGIONAL PARA 2023

1. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As propostas em análise têm enquadramento jurídico na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa que confere à Região Autónoma dos Açores o poder de aprovar o Plano e Orçamento Regional.

Assim, de acordo com as alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o Plano e Orçamento Regional no âmbito das competências definidas.



2. ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE PLANO REGIONAL PARA 2023 NO PROGRAMA DO XIII GOVERNO REGIONAL

A estratégia de desenvolvimento para a Região, definida a partir do Programa do XIII Governo Regional, consubstancia-se, no âmbito das Orientações de Médio Prazo para 2021-2024, na identificação de quatro Grandes Objetivos que enquadram a sua operacionalização através de 10 Programas de investimento, menos dois do que em 2021 e 2022, que por sua vez integram 131 projetos e 645 ações.

O Programa do XIII Governo Regional dos Açores, no Capítulo “Compromisso com os Açores” preconiza que, apesar da Região Autónoma dos Açores viver uma situação económica e social delicada, agravada pela pandemia por SARS-Cov-2, “a estabilidade política decorrente de uma maioria plural no plano parlamentar tem de traduzir-se numa governação que permita aos Açores terem ganhos substanciais em relação aos indicadores médios da União Europeia” e que “é, não apenas desejável, como possível governar melhor os Açores”.

No Capítulo “Pessoas Primeiro para um Desenvolvimento Sustentável” é referido que, “para este Governo, as pessoas estão sempre em primeiro lugar”, entendendo que as políticas devem ser dirigidas para a dignificação das pessoas, estando a Saúde e a Solidariedade Social na linha da frente.

O Governo pretende ter um princípio norteador para um desenvolvimento sustentável, nas finanças, nas políticas públicas, económicas, sociais e ambientais.

Assim, nas Orientações de Médio Prazo para 2021-2024, foram definidos quatro Opções Estratégicas, a saber:

OBJETIVO 1 – Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades

A esta opção associam-se as políticas de coesão social e igualdade de oportunidades, resposta estratégica e multidisciplinar aos fenómenos de pobreza e exclusão social,



política de habitação, a educação como um dos pilares da igualdade de oportunidades e elevador social, sistema regional de saúde, políticas culturais, juventude, emprego e desporto;

OBJETIVO 2 - Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento

Nesta opção agregam-se as políticas no âmbito do desenvolvimento económico, criação de emprego e fixação das populações através do investimento privado;

OBJETIVO 3 - Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente

Esta opção contempla a inauguração da Autonomia da Responsabilização nos contextos regional, nacional e europeu e no relacionamento com o Poder Local, envolvendo todos os açorianos no processo de decisão;

OBJETIVO 4 - Afirmar os Açores no mundo

As áreas de incidência deste objetivo são as relativas aos transportes aéreos e marítimos como fatores decisivos para o desenvolvimento dos Açores, nomeadamente através da melhoria das acessibilidades.

OBJETIVOS	Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades	Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento	Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente	Afirmar os Açores no mundo
------------------	---	--	--	-----------------------------------



ÁREAS DE INTERVENÇÃO	Solidariedade Social, Igualdade, Inclusão Social e Combate à Pobreza, Habitação, Educação, Saúde, Cultura, Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Desporto e Proteção Civil	Competitividade Empresarial e Empreendedorismo, Comércio e Indústria, Artesanato, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Assuntos do Mar, Pescas e Mar, Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital, Ambiente e Alterações Climáticas, Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, Energia	Autonomia de Responsabilização, Modernização, Eficiência e Transparência da Administração Pública, Informação e Comunicação Social, Obras Públicas e Transportes Terrestres, Laboratório Regional de Engenharia Civil e Comunicações	Transportes Aéreos e Marítimos, Turismo, Assuntos Parlamentares, Europeus e Cooperação Externa, Comunidades, Emigração e Imigração
----------------------	--	---	--	--

Para o objetivo “Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades” estão previstos 4 Programas, cujo conteúdo é o seguinte: desenvolvimento social e inovação, educação e dinâmica cultural, promoção da saúde e proteção civil e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas e juventude, qualificação e estabilidade laboral.

Para estes programas prevê-se para 2023 um investimento de 242,5 milhões de euros, sendo 206,6 milhões de euros do Plano e 35,9 milhões de euros de Outros Fundos.

No objetivo “Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento”, foram definidos 8 Programas com o seguinte conteúdo: coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, finanças, planeamento e



empreendedorismo, economia rural, economia do mar, ação climática e organização territorial, desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas e juventude, qualificação e estabilidade laboral.

Estes programas têm uma dotação prevista para 2023 de 282,4 milhões de euros, sendo 231,6 milhões de euros do Plano e 50,8 milhões de euros de Outros Fundos.

Relativamente ao objetivo “Uma governação ao serviço das pessoas, próxima e transparente” prevê-se 4 Programas que têm por base o seguinte conteúdo: coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, ação climática e organização territorial e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas.

Para estes Programas está previsto para 2023 uma verba de 85,5 milhões de euros de investimento público totalmente proveniente do Plano.

No que toca ao objetivo “Afirmar os Açores no mundo” prevê-se a implementação de 4 Programas que têm por base o seguinte conteúdo: coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, ação climática e organização territorial e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas.

Para estes Programas estima-se para o ano de 2023 cerca de 143,1 milhões de euros de investimento público, sendo 117,3 do Plano e 25,9 milhões de euros com origem em Outros Fundos.

O valor do investimento público projetado para 2023 é de 753,5 milhões de euros, sendo 640,9 milhões de euros do Plano e 112,6 milhões de euros com origem em Outros Fundos.

3. ENQUADRAMENTO DO PLANO DE 2023 NOS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

O ano 2023 será de transição entre o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia 2014-2020 e o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.



Para 2021-2027, o Portugal 2030, tal como aconteceu com o Portugal 2020 e do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), materializa o Acordo de Parceria celebrado entre Portugal e a Comissão Europeia a 14 de julho de 2022, estrutura-se em torno de oito princípios orientadores (concentração; simplificação; orientação para resultados; abertura à inovação; transparência e prestação de contas; subsidiariedade; segregação das funções de gestão e de prevenção de conflitos de interesse; e sinergias entre fontes de financiamento nacionais e comunitárias) e em torno de doze Programas, sendo quatro deles temáticos (Demografia, qualificações e inclusão; Inovação e transição digital; Ação climática e sustentabilidade; Mar), sete regionais (Norte; Centro; Lisboa; Alentejo; Algarve; Açores; Madeira) e um de assistência técnica), para além dos vários programas de Cooperação.

O Programa Açores 2030 tem uma dotação de 1.140 milhões de euros, 680 milhões do FEDER e 460 milhões do FSE+, o Programa para o Mar e Pescas, financiado pelo FEAMPA, que inclui 75 milhões para os Açores e o Programa MAC 2021-2027, com 16,4 milhões de euros.

Para além disso, é ainda exetável que a Região tenha acesso a outros programas nacionais temáticos sucedâneos dos que a execução ainda não terminou, como o Compete 2020, o POSEUR ou o POISE.

Há ainda, fora do Portugal 2030, um novo Programa de Desenvolvimento Rural, sucessor do Prorural+, com uma dotação de 197 milhões de euros para o período do quadro.

3.1. PO AÇORES 2020

O PO Açores 2020 é um programa participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores, tendo sido aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2014) 10176, de 18 de dezembro.

O Programa foi preparado pelo Governo dos Açores, sintetizando um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.



A visão estratégica associada a este Programa Operacional assenta na ambição dos Açores em afirmarem-se como uma região europeia relevante, sustentando-se em 4 grandes linhas de orientação estratégica:

- Uma Região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu, em que a economia assente numa base económica de exportação, dinâmica, integrada e diversificada, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno;
- Um território relevante nos fluxos de bens e pessoas, no contexto do sistema logístico e de transporte marítimo entre a Europa e o continente americano, complementada com uma utilização plena das redes e infraestruturas de transmissão de dados, minimizando a condição ultraperiférica e a dispersão do território regional;
- Uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de aprendizagem ao longo da vida, de acesso ao emprego e de plena realização, das crianças e jovens, dos idosos e das famílias;
- Uma paisagem, um ambiente e uma vivência distintiva, suportadas em espaços urbanos qualificados, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido internacionalmente, com respostas eficazes na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas.

Concentrando o PO Açores 2020 a quase totalidade das intervenções com cofinanciamento pelos dois fundos estruturais - FEDER e FSE - no arquipélago, o leque de objetivos temáticos e das prioridades de investimento selecionadas é amplo e diversificado, como também será o AÇORES 2030, nesta fase em negociação com a Comissão Europeia.

Está estruturado em 13 eixos prioritários e em 40 prioridades de investimento.

Em termos acumulados, até 30 de junho de 2022, registou-se a aprovação de 10.153 candidaturas, a que corresponde um custo total elegível de 1.856 milhões de euros e um



financiamento de fundo estrutural de 1.283 milhões de euros, apresentando uma taxa de compromisso de 104,05%.

A execução financeira a 30 de junho de 2022 atingiu os 1.217 milhões de euros, o que corresponde a um apoio comunitário de 918 milhões de euros, representando uma taxa de execução de 74,40%.

Fazendo a desagregação por fundo, regista-se uma taxa de compromisso da componente FEDER de 108,40% e da componente FSE de 93,77% e uma taxa de execução da componente FEDER de 71,60% e da componente FSE de 81,02%.

3.2. COMPETE 2020

Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), especificamente no Eixo IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas, exclusivamente, para as intervenções no sistema portuário da Região Autónoma dos Açores integradas nas prioridades de investimento 7.1 - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na RTE-T e 7.3 - Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos (incluindo de baixo ruído) e de baixo teor de carbono, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos interiores, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável.

A 30 de junho de 2022 existiam 7 propostas aprovadas, com um valor elegível de 132,1 milhões de euros e 87,3 milhões de euros já executados.

3.3. PO SEUR

Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia também de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), no Eixo Prioritário 3 - Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, objetivo específico 1



- Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.

A 30 de junho de 2022 registava-se a 1 projeto aprovado com um investimento elegível de 77,6 milhões de euros, correspondendo a pagamentos no valor de 24,5 milhões de euros.

3.4. PRORURAL +

O Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+), enquadra-se no Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, que estabelece as regras do apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

O PRORURAL+ foi aprovado a 13 de fevereiro de 2015, pela Decisão de Execução C (2015) 850 da Comissão, com uma dotação de 340,4 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde uma contribuição FEADER de cerca de 295,3 milhões de euros.

A 30 de junho de 2022 existiam 15.683 projetos aprovados, representando um investimento elegível aprovado na ordem dos 425,9 milhões de euros e pagamentos no valor de 276,9 milhões de euros.

3.5. MAR 2020

Os apoios do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), são operacionalizados na Região através de um programa operacional de âmbito nacional designado MAR 2020.

A 30 de junho de 2022 existiam 3.446 projetos aprovados, representando um investimento elegível no valor de 82,8 milhões de euros dos quais 54,0 milhões de euros já pagos.

3.6. MAC 2014-2020



O Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC, para o período de programação 2014-2020 foi aprovado, pela Comissão Europeia, a 3 de junho de 2015 e conta com um orçamento de 130 milhões de euros (85% financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER), dos quais 11,6M€ destinam-se a beneficiários localizados na Região Autónoma dos Açores.

Em 2017 a CE aprovou um aumento do financiamento do Programa que passa a contar com um total de cerca de 149 milhões de euros.

Neste Programa, participam também os países terceiros de Cabo Verde, Senegal e Mauritânia, com o objetivo de aumentar o espaço natural de influência socioeconómica e cultural e as possibilidades de cooperação entre as Regiões.

Em 30 de junho de 2022 existiam 79 projetos aprovados, com um investimento de 12,3 milhões de euros e com 14,4 milhões de euros já pagos.

3.7. POISE

Para o período de programação 2014-2020, a Região foi ainda beneficiada de um financiamento do Fundo Coesão, integrado no Programa Operacional Temático de Inclusão Social e Emprego (POISE), especificamente no Eixo II – Iniciativa de Emprego Jovem,

A 30 de junho de 2022 existiam 8 projetos aprovados, com um investimento elegível aprovado de 27,6 milhões de euros e 24,8 milhões de euros já pagos.

3.8. FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA - FURACÃO LORENZO

O Fundo de Solidariedade da União Europeia foi criado na sequência das cheias que assolaram a Europa em 2002.



Na sequência da passagem do Furação Lorenzo pela Região, em outubro de 2019, o Estado solicitou à União Europeia uma contribuição destinada a financiar as operações de emergência e de recuperação de infraestruturas.

A candidatura apresentada pelo beneficiário do FSUE - Portos dos Açores S.A. (Intervenção para proteção de emergência ao terraplano portuário e cais -5m (zm) do porto das Lajes das Flores, no âmbito dos prejuízos decorrentes do furacão Lorenzo), no valor de 18.626.874€, foi aprovada pela DRPFE, em dezembro de 2020.

3.9. PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021-2026

Este Plano será financiado pelo Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência e tem o propósito de concretizar investimentos e reformas, preparando as economias para o futuro.

O Plano de Recuperação e Resiliência estrutura-se em 3 grandes linhas:

- . Resiliência, com uma dotação de 369 milhões de euros, destinado ao aumento da capacidade de reação da sociedade face às crises e a superação dos desafios atuais e futuros que lhe estão associados;

- . Transição climática, com uma dotação de 148 milhões de euros, que se inscreve no quadro do Pacto Ecológico Europeu e da Lei Europeia do Clima e resulta do compromisso e contributo para atingir as metas climáticas;

- . Transição digital, com uma dotação de 63 milhões de euros, enquadrado no Plano de Ação Europeu para a Educação Digital.

O PRR-Açores está distribuído em 10 das componentes (saúde, habitação, respostas sociais, capitalização e inovação empresarial, qualificação e competências, infraestruturas, mar, hidrogénio e renováveis, administração pública, digitalização, interoperabilidade e cibersegurança e escola digital), com iniciativas que conduzem à implementação de 11 investimentos, num total de 580 milhões de euros de subvenções: 369 milhões de euros na dimensão da Resiliência, 148 milhões de euros para a Transição climática e 63 milhões para a Transição Digital.



**2º. CAPÍTULO - CONCLUSÕES E PARECER FINAL SOBRE O PLANO
PARA 2023**

O investimento global previsto para o 2023 na Região Autónoma dos Açores considera, para além das despesas do plano financiadas pelo Orçamento da Região, os financiamentos que advêm de outros fundos regionais, nacionais e comunitários.

O Plano 2023 compreende um total de 4 Objetivos, 10 Programas de investimento, que por sua vez integram 131 Projetos e 645 Ações.

O Plano de 2023 prevê um total de investimento público de 753,5 milhões de euros, sendo 641,0 milhões do Plano e 112,6 milhões de Outros Fundos.

O Plano de 2023 prevê um investimento afeto ao objetivo “Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades” que inclui a programação para o domínio da desenvolvimento social e inovação, educação e dinâmica cultural, promoção da saúde e proteção civil e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas e juventude, qualificação e estabilidade laboral, ascende a 242,5 milhões de euros e representa 32,2% do valor global.

Os sectores da coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, finanças, planeamento e empreendedorismo, economia rural, economia do mar, ação climática e organização territorial, desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas e juventude, qualificação e estabilidade laboral, integram o Objetivo “Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento”, representam 37,5% do total do investimento, a que corresponde um investimento previsto de 282,4 milhões de euros, sendo 231,6 milhões de euros com origem no Plano.

O Objetivo “Uma Governação ao Serviço das Pessoas, próxima e Transparente” dirigida aos sectores da coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, ação climática e organização territorial e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas, estão dotados com 85,5 milhões de euros que representam 11,3% do valor global do investimento.



Aos domínios da coesão, transição digital e representação, desenvolvimento social e inovação, ação climática e organização territorial e desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas, que promovem o objetivo “ Afirmar os Açores no Mundo”, será afeta uma verba de cerca de 143,1 milhões de euros, a que corresponde 19,0% do valor do Plano.

O Plano para 2023 integra os investimentos a realizar pelo Governo Regional definidos no Programa do XIII Governo Regional.

Após a análise da proposta do Plano Regional Anual para 2023, tendo em conta as audições do Secretário Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, do Secretário Regional do Mar e das Pescas, da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, da Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública e os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão Permanente de Economia deliberou aprovar, por maioria, com os votos a favor do PSD e CDS e a abstenção com reserva de posição para o Plenário do PS e do Deputado Independente, a presente proposta.

3º. CAPÍTULO - APRECIACÃO E PARECER SOBRE O ORÇAMENTO REGIONAL PARA 2023

A previsão orçamental consolidada para 2023 tem um valor de 1.894,0 milhões de euros.

A Receita Efetiva prevista é de 1.543,2 milhões de euros, sendo que as Receitas Correntes podem atingir 1.097,3 milhões de euros e as Receitas de Capital poderão atingir 717,8 milhões de euros, das quais 1,7 milhões de euros de Ativos Financeiros e 273,8 milhões de euros de Passivos Financeiros.



Estão previstas, ainda, Outras Receitas, no valor de 78,9 milhões de euros, das quais 75,3 milhões de euros provêm do Saldo de Gerência anterior.

As Transferências do Orçamento do Estado estão previstas em 334,0 milhões de euros, representando assim 23,0% da Receita Efetiva.

As Transferências da União Europeia, que em 2023 ascendem a um valor previsto global de 300,0 milhões de euros, no âmbito de cofinanciamentos de projetos de investimento diretamente executados pelo Governo dos Açores e que representa 20,6% da Receita Efetiva.

Quanto ao valor consolidado da Despesa Total prevista para o ano de 2023, atinge os 1.894,0 milhões de euros.

As Despesas Correntes poderão atingir 1.202,9 milhões de euros, das quais 47,6 milhões de euros refere-se a Juros e Outros Encargos.

Nas Despesas de Capital o valor previsto é de 691,1 milhões de euros, dos quais 20,4 milhões de euros reportam-se a Ativos Financeiros e 275,7 milhões de euros a Passivos Financeiros.

O Governo dos Açores, com esta proposta de Orçamento, propõe-se dar cobertura aos Grandes Objetivos de Desenvolvimento definidos para o terceiro ano de execução das Orientações de Médio Prazo 2021-2024 para fazer face a este período difícil decorrente da conjuntura económica adversa que abalou o Mundo, a Europa e o nosso país devido à pandemia e à guerra na Europa.

Pelo exposto, após a análise dos documentos a Comissão Permanente de Economia deliberou por maioria, dar parecer favorável à Proposta de Orçamento para 2023, com os votos a favor do PSD e CDS e abstenção com reserva para plenário do PS e do Deputado Independente.



**4.º. CAPÍTULO - PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO
LEGISLATIVO REGIONAL DO ORÇAMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2023**

1. PRINCÍPIOS GERAIS

As regras referentes ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores, os procedimentos para a sua elaboração, discussão, aprovação, alteração e fiscalização e a responsabilidade orçamental obedecem ao disposto na Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro - Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

O conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional deve, conforme dispõe o art.º 11.º do diploma acima referido, conter:

- a) As condições de aprovação dos mapas orçamentais e as normas necessárias para orientar a execução orçamental;
- b) A indicação do montante das transferências provenientes do Estado ou de fundos comunitários, com a exceção de eventuais vinculações a que estejam sujeitos;
- c) O montante e as condições gerais de recursos ao crédito público;
- d) A indicação do limite dos avales a conceder pelo Governo Regional durante o exercício orçamental;
- e) O montante de empréstimos a conceder e de outras operações ativas a realizar pela Região, incluindo os fundos e serviços autónomos;
- f) Todas as outras medidas que se revelem indispensáveis à correta gestão orçamental da Região para o ano económico a que o orçamento se destina.

2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

O articulado da Proposta de Orçamento para o ano 2023 cumpre o disposto no art.º 11.º (“Conteúdo do articulado da proposta de decreto legislativo regional”) da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

A Proposta de Orçamento para 2023 não cumpre o princípio do equilíbrio orçamental, tal como se encontra definido no artigo 4.º da Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de outubro (Lei do Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores), e no artigo 16.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, ou seja, as receitas efetivas não cobrem a totalidade das despesas efetivas.

A presente proposta apresenta um saldo efetivo de -54,8 milhões de euros e um saldo primário de -7,2 milhões de euros. Refira-se ainda que a despesa efetiva é no valor de 1.597.998.433 euros, enquanto a receita efetiva é de 1.543.213.558 euros, conforme o Quadro 12 (Síntese do ORAA 2023), não havendo recurso a financiamento.

Por último, refere-se que Proposta de Orçamento foi elaborada no âmbito do disposto no Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

A Comissão de Economia deliberou dar parecer **favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2023, com os votos favoráveis do PSD e CDS e abstenção com reserva para plenário do PS e do Deputado Independente.

Ponta Delgada, 15 de novembro de 2022.

A Relatora

Patrícia Miranda

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

José Ávila

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS
PARLAMENTARES, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 45/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023” E N.º 46/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023”

7 DE NOVEMBRO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 3 de novembro de 2022, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023” e n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 31 de outubro de 2022, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 7 de novembro de 2022.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional



na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2023.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2023, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2023

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – COESÃO, TRANSIÇÃO DIGITAL E REPRESENTAÇÃO	18.075.000	18.075.000	
1.1 – Apoio aos Media	840.000	840.000	
1.1.1 Programa de apoio à Comunicação Social	650.000	650.000	
1.1.2 Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	40.000	40.000	
1.1.3 Financiamento de obrigações se serviço público de notícias e de televisão	150.000	150.000	



1.2 – Jornal Oficial	55.000	55.000	
1.2.1 Acesso a base de dados jurídicos	55.000	55.000	
6 – ECONOMIA RURAL	107.833.967	57.000.000	50.833.967
6.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	41.635.676	13.064.231	28.571.445
6.2.2 Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	12.125.498	1.818.825	10.306.673
6.2.4 Melhoramento Genético e Bem-estar animal	828.380	828.380	
6.2.5 Bem-estar de animais de companhia e errantes	140.000	140.000	
6.2.16 Life IP Climaz	471.675	471.675	
6.2.29 LIFE SNAILS	52.200	52.200	
6.2.30 Gestão de recursos cinegéticos e piscícolas	118.070	83.070	35.000
6.2.32 Melhoramento genético – Aquisição de equipamentos	200.000	200.000	



6.2.33 Programa de identificação e esterilização de animais de companhia: Centros de Recolha / Câmaras Municipais	50.000	50.000	
7 – ECONOMIA DO MAR	33.780.572	33.780.572	
7.6 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	5.626.369	5.626.369	
8 – AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO	18.802.107	18.802.107	
8.1 – Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	5.739.180	5.739.180	
8.2 – Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	3.894.741	3.894.741	
8.3 – Conservação da Natureza e Biodiversidade	2.541.860	2.541.860	
8.4 – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	1.462.483	1.462.483	
8.5 – Ordenamento e Gestão do Território	4.745.629	4.745.629	



8.7 – Gestão e requalificação da orla costeira	418.214	418.214	
9 – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS	250.831.959	224.978.000	25.853.959
9.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	26.514.750	26.514.750	
9.2 – Serviços Energéticos	1.823.971	1.823.971	
9.3 – Mobilidade Elétrica	1.050.000	1.050.000	
9.4 – Política Energética	1.067.252	1.067.252	

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 9), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Projeto 9.32 – SRMP – Gestão e requalificação da orla costeira;
- b) Projeto 9.35 – SRAAC – Planeamento, inspeção, e promoção ambiental
- c) Projeto 9.36 – SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade
- d) Projeto 9.37 – SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica
- e) Projeto 9.38 – SRAAC – Centros de processamento de resíduos

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas iniciou a sua intervenção apresentando as principais linhas de ação no domínio do ambiente para este Plano Regional Anual de 2023 continuará, naturalmente, a refletir as opções vertidas no Programa do XIII Governo Regional dos Açores, assumindo o desenvolvimento sustentável da Região como pilar fundamental e transversal da ação governativa, e centrando-se em eixos estratégicos como o combate às alterações climáticas, a preservação do património natural, a promoção da qualidade ambiental, a gestão eficiente dos recursos hídricos e um adequado ordenamento do território.



Nesse sentido, o Plano de investimentos para 2023 prevê a conclusão de importantes projetos iniciados já no quadro da presente Legislatura, com destaque para os 6 projetos em curso financiados a 100% no âmbito do REACT-EU, que representam um investimento total de 13 milhões de euros, dos quais 10,2M€ em 2023, e que incidem nas áreas da mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas e da prevenção e gestão de resíduos.

É também um plano de investimentos que abre espaço ao lançamento de novos projetos de grande relevância para a RAA, destacando-se o Regime Jurídico-financeiro de apoio à Emergência Climática, com uma dotação de 400 mil euros, ou ainda os 3 protocolos celebrados com o Fundo Ambiental, no valor total de 900.000€, concretamente para a execução de projetos de biorremediação e restauro de solos contaminados, para o estudo sobre o Controlo da Proliferação de alga invasora (*Rugulopteryx okamurae*) nas Zonas Costeiras dos Açores e Determinação de Possíveis Aplicações da Mesma e para a recuperação da Estufa do Palácio de Sant'Ana.

Assim, o Plano de investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para 2023 apresenta uma dotação significativa, de aproximadamente 32, 2 milhões de euros, dos quais 13,4 milhões de euros se referem a investimentos em obras públicas e correspondem a investimentos a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Referiu ser um plano fortemente influenciado pelo peso das obras públicas, sobretudo em resultado da nova configuração orgânica que ocorreu em abril, com a transição das competências da gestão da Orla Costeira para a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, acrescentando um conjunto de obras de proteção e ordenamento de Orla Costeira à referida dotação.



Referiu ser o terceiro maior plano de investimentos, no quadro da Autonomia, no domínio do Ambiente, representando um aumento de 4,7 milhões de euros, em relação a 2022, representando um aumento de 17%.

Relativamente à adaptação e mitigação às alterações climáticas, referiu continuar a dar execução ao projeto LIFE IP CLIMAZ, projeto fundamental para a operacionalização do Programa Regional para as Alterações Climáticas, com previsão de investimento de 3,5 milhões de euros dos quais 1,4 milhões de euros serão executados pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e 2,1 milhões afetos à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, através da Direção Regional da Energia, à Secretaria Regional da Agricultura Desenvolvimento Rural e à Secretaria Regional Mar e Pescas.

No âmbito do financiamento do Programa REAC-TEU, serão concluídos importantes projetos no âmbito do combate às alterações climáticas, iniciados em 2022, nomeadamente quatro projetos, com investimento no plano que ascende a 6 milhões de euros: Roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, com investimento para 2023 no valor de 900 mil euros; Projeto para a melhoria do conhecimento da localização e estado de conservação de turfeiras e solos orgânicos, com verba de 1,5 milhões de euros; projeto de elaboração da cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, com dotação de 2 milhões de euros e implementação dos sistemas de alerta de cheias em quatro bacias de risco já definidas – Ribeira Seca na ilha de São Jorge, Ribeira do Dilúvio na ilha do Pico, Ribeira da Agualva na ilha Terceira e a Ribeira da Povoação na ilha de São Miguel – que servirá para minimizar riscos naturais com investimento para 2023, de 1,5 milhões de euros.

No âmbito do Regime Jurídico de apoio à emergência climática encontra-se prevista uma verba de 400 mil euros, para apoio às populações, na sequência de intempéries e também projetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, canalizando as



verbas provenientes da taxa de utilização de sacos plásticos, diretamente para este efeito.

Referiu também estarem previstos 150.000 euros para o projeto do PLANCLIMAC, que irá permitir dar continuidade a um conjunto de ações que têm sido desenvolvidas e que são repartidas entre a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, e que permitiram recentemente a instalação de estações limnográficas nos Açores, e que têm permitido o desenvolvimento de guias de adaptação às alterações climáticas, bem como a elaboração do manual de arquitetura bioclimática que será disponibilizado para consulta pública.

Relativamente ao quadro da Conservação da natureza e da preservação da Biodiversidade, os projetos LIFE são instrumentos operacionais fundamentais, com investimento previsto para os quatro projetos associados, no valor de 2,5 milhões de euros, para 2023, dos quais 1,4 milhões de euros serão executados pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, dando continuidade à implementação do LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDALIA, LIFE BEETLES e LIFE SNAILS. Referiu ainda estarem previstos investimentos superiores a 1,1 milhões de euros, na Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais, que inclui todas as despesas para o funcionamento dos 20 edifícios que integram a rede de centros ambientais da região, assim como 180 mil euros para intervenção nos trilhos integrados nos Parques Naturais de ilha.

Destacou ainda, os investimentos que têm sido feitos, no âmbito do incentivo para manutenção da paisagem tradicionais de vinhas e pomares, tendo previsto para 2023, uma dotação de 1,9 milhões de euros, mais cem mil euros que em 2022.

Realçou a realização do estudo sobre o controlo da proliferação da alga invasora com verba disponível de 200 mil euros, no âmbito do protocolo estabelecido com o Fundo Ambiental.



Ao nível da operacionalização de medidas da promoção da qualidade ambiental, destacou o protocolo celebrado com o Fundo Ambiental para o projeto de biorremediação e restauro de solos contaminados, sendo o principal objetivo a elaboração de uma estação experimental para testar o papel fito remediador dos fungos micorrízicos arbusculares, em solos contaminados com hidrocarbonetos e metais pesados, para avaliar a taxa de degradação destes componentes ao longo do tempo, e para realização de ensaios de biorremediação.

Referiu ainda que outra candidatura aprovada se refere, e no âmbito do REACT-EU, à intervenção nos seis centros de processamento de resíduos – Flores, Pico, Faial, Graciosa, São Jorge e Santa Maria – com investimento previsto de quase 2 milhões de euros, para apetrechamento e adaptação à receção de bio-resíduos provenientes da recolha seletiva, sendo que em 2023 é obrigatório que assim aconteça, sendo que em 2027 apenas serão contabilizados para efeitos para cálculo da taxa de preparação para reciclagem os bio resíduos que seja provenientes de recolha seletiva.

Ainda relativo à Economia Circular, o Senhor Secretário Regional destacou a conclusão do roteiro para economia circular, também no âmbito do REACT-EU e que visa adaptar à Região um novo plano de ação para economia circular, com dotação de 185.000 euros. Informou que será dada continuidade à implementação do sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores, com investimento de 245.000 euros, para efeitos de pagamentos dos prémios monetários, assim como para concluir o desenvolvimento da aplicação móvel do sistema.

Relativamente ao programa Eco freguesias -Freguesia Limpa, realçou este ser um programa extremamente importante com o estabelecimento de protocolos com as juntas de freguesias para limpeza de espaços públicos, incluindo linhas de água e orla costeira, com uma dotação de 550 mil euros.



Destacou o início da concretização do Plano Regional para o Radão, e da monitorização ambiental para a radioatividade, sendo as primeiras amostragens efetuadas em 2022, com disponibilização de 200 placas de recolha, de detetores. Com base nestes resultados, irão efetuar nos próximos dois anos, nova amostragem com colocação de 1249 detetores com cobertura em todos os concelhos da Região, e numa segunda fase mais 1249 detetores que permitirá ter informação para a elaboração de um mapa de risco ao radão.

Referiu ter previsto, para manutenção preventiva de equipamentos, de estações de monitorização para a qualidade do ar, uma verba de 150.000 euros.

Relativamente ao programa de Ordenamento do território e gestão dos riscos naturais, as ações de implementação de Sistemas de Gestão territorial e avaliação, revisão e alteração de instrumentos de gestão territorial, possui uma verba prevista de 175 mil euros e destinam-se à adaptação à Região, do regime jurídico da reserva ecológica nacional, assim como para a conclusão das alterações aos planos de ordenamento da orla costeira das ilhas de São Miguel, Terceira, e início dos processos de alteração dos planos das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo. Acrescentou que, para elaboração de orientações estratégicas para delimitação da reserva ecológica está prevista uma verba de 87.000 euros, enquanto para o funcionamento do SiRGIC, se prevê uma verba de 143.000 euros.

Para além da produção da cartografia de risco, no âmbito do REACT-EU, será dada a continuidade ao projeto AZMONIRISK, para prevenção de riscos naturais, estando previsto investimento de 175 mil euros e que contempla a aquisição de um sistema de monitorização, alerta e alarme para a segurança dos visitantes na Furna do Enxofre, na Graciosa, bem como um sistema de observação instrumental para deteção de precursores de atividade geomorfológica na Ponta da Fajã na ilha das Flores.



Ao nível dos Recursos Hídricos e Gestão Costeira, referiu ser dada continuidade à monitorização e manutenção da rede hidrográfica da Região, um investimento de 800.000 euros, para além do investimento de 1,5 milhões de euros, para o sistema de alerta de cheias em bacias de risco.

Ao nível do ciclo hidrológico, referiu estar afeta uma verba de 200 mil euros para a manutenção da rede existente na Região, e para monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição, prevê uma dotação de 155 mil euros.

Para concretização de medidas previstas em instrumentos de planeamento de recursos hídricos, como o Plano de Gestão da Região Hidrográfica, que estará brevemente em discussão no Parlamento, o plano de gestão de risco de inundações dos Açores, e o plano de gestão de seca e escassez, prevê uma despesa de 135.000 euros.

Por fim, e no âmbito da Gestão e requalificação da Orla Costeira, que inclui também os trabalhos de gestão e manutenção de zonas balneares, da responsabilidade do Governo Regional – Ferraria [São Miguel] , Porto Pim [Faial] , Baía da Maia e Baía de São Lourenço [Santa Maria] – está previsto um investimento de 420 mil euros, para além do estudo da alga invasora e dos equipamentos a adquirir.

Ao nível dos investimentos de Obras Públicas, e de uma forma genérica, a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Obras Públicas, está previsto uma verba de 13,4 milhões de euros, distribuídos por intervenções ao nível da gestão e requalificação da orla costeira, com investimento de 8,1 milhões de euros; de planeamento e promoção ambiental com investimento de 1,3 milhões de euros; de conservação da natureza e biodiversidade, com investimento de 230.000 euros e requalificação da rede hidrográfica, com investimento de 1 milhão de euros e com as intervenções previstas nos centros de processamento de resíduos, no valor de quase 2 milhões de euros, cujos projetos de execução estão em fase de elaboração e ficarão



concluídos ainda no ano 2022, com o início dos procedimentos dos concursos públicos, lançados ainda em dezembro de 2022 ou em janeiro de 2023.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado Marco Costa e o Deputado Manuel Ramos.

O Deputado Marco Costa referiu que o plano apresentado é fiel aos compromissos do XIII Governo Regional dos Açores e reflete o modelo orgânico adotado, *“com referência clara de preocupação com questões ambientais e com as alterações climáticas”*, realçando o desafio durante o último ano, até na alteração orgânica referida pelo Senhor Secretário Regional, com a responsabilidade na área da gestão costeira.

Realçou, da importância que é dada aos territórios classificados, às áreas de património, como referido, e com *“o aumento de verbas, nessa que é uma leitura de coresponsabilização com as populações na preservação ao encontro de um potencial que temos de conservar e vender”*.

Relativamente à qualidade ambiental e alterações climáticas, questionou sobre a monitorização e controlo das térmitas, uma vez que detém a Secretaria Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas, parte de responsabilidade sobre esta temática. Relativamente aos Centros de processamentos de resíduos, os quais dependem de fundos do REACT-EU, mas *“certamente existe uma monitorização que tem sido feita sobre esses equipamentos, que pode não ser estática no nível de investimento que obriga”*, sendo que é desses equipamentos e da sua eficiência que *“vamos dos resíduos aos recursos”*, questionando sobre as necessidades de investimentos nestes Centros.

Referindo-se à verba de 223 mil euros relacionada com a compensação financeira da deposição de resíduos nos equipamentos piloto de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas, questionou sobre o valor exato e se corresponde ao enunciado e sobre qual tem sido a leitura da implementação do sistema piloto.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que, parte das competências da monitorização e controlo de térmitas está afeto à Secretaria Regional do Ambiente e Alteração Climáticas, nomeadamente ao mapeamento do risco e monitorização, sendo que os apoios previstos para intervenção nas habitações estão dependentes da habitação. Referiu que *“este ano a grande diferença que existe é em vez de estarmos a monitorizar para alguns concelhos e para algumas espécies de térmitas, a opção passou, com recursos próprios e com técnicos qualificados que temos no âmbito da Secretaria Regional, por fazer a monitorização de todas as espécies para todos os concelhos”*.

Referiu ter iniciado em abril de 2022 a distribuição das armadilhas, e colocadas 1339 armadilhas cromotrópicas, numeradas e georreferenciadas, em todas as ilhas dos Açores, obedecendo a dois critérios – mapas de risco por espécie e abrangência geográfica de todos os concelhos. Referiu ainda que entre 26 de setembro e 14 de outubro foram recolhidas as armadilhas, e as mesmas centralizadas na ilha do Faial, tendo assim ficado a captar os alados durante um período de seis meses, sendo agora a próxima fase a contagem desses mesmos alados, de acordo com a densidade e com base nessa informação serão efetuados novos mapas de risco com áreas de infestação e com extrapolação para potenciais infestações em áreas que não tinham sido identificadas a presença das espécies.

Informou ainda que está em fase final de elaboração de um guia prático para o controlo de térmitas que será disponibilizado ao público em geral em formato digital, durante este ano.

Relativamente à questão colocada sobre os centros de processamento de resíduos, referiu que o valor referido de 2 milhões de euros é referente ao investimento de infraestruturação, e informou que se encontram a decorrer dois procedimentos para a aquisição de trituradores industriais, com custo de 300.000 euros cada um, que serão colocados em cada um dos centros de processamento de resíduos e adquiridas



máquinas lagartas com pinça para que seja possível melhorar a operacionalização dos centros.

Relativamente à componente de infraestruturação, é um projeto financiado a cem por cento, *“um pouco superior a 4 milhões de euros no seu global. E é um projeto fundamental por aquilo que referi, para além das ações que já foram realizadas, da distribuição que foi feita de contentores aos municípios, para a recolha dos bio-resíduos, para além da distribuição de uma quantidade muito significativa de bio-compostores pelos diferentes concelhos para entregar em casa das pessoas, havia a necessidade de adaptar os centros de processamento de resíduos, que é onde se faz a gestão de todos os resíduos destas seis ilhas (...) a partir de 2023 essa recolha seletiva é obrigatória e a partir de 2027 a contabilização para efeitos de cálculos da taxa de reciclagem só considera a recolha de bio-resíduos feita de forma seletiva”*. Realçou ainda que todos os centros necessitam ainda de outras intervenções de beneficiação, tendo sido efetuado investimento muito significativo, pelos anteriores executivos, na construção destes centros, mas que ao longo dos anos as infraestruturas se tenham degradado.

Relativamente ao sistema de depósito de embalagens, realçou ser um projeto piloto de um ano, financiado em 90% pelo EEA *Grants*, com início a 17 de maio de 2022 e terminaria a 17 de maio de 2023. No entanto, e atendendo ao atraso, a nível nacional, de implementação de um sistema de depósito de embalagens não renováveis, que de futuro poderá ser uma solução da inclusão do nosso projeto piloto, na rede nacional que existe, haverá a possibilidade de uma prorrogação do prazo do projeto piloto até final do ano, dando assim tempo para se verificar como evolui a situação nacional.

Referiu que a adesão às máquinas foi muito superior ao que seria expectável, realçando a capacidade limitadas das máquinas, e que mesmo com todo o esforço dos municípios, as máquinas muitas das vezes estão cheias. Destacou a alteração feita à portaria para limitar dois cartões associados a cada NIB, com capacidade máxima mensal de 500 embalagens para cada cartão.



O Senhor Secretário Regional informou que, sendo um projeto piloto serve para avaliar o mesmo, realçando que *“a regra que foi criada do espaçamento dos 10 km, não foi uma boa regra, não funcionou, levou à colocação de máquinas [este é o feedback que nos é dado pelas pessoas e pelas câmaras municipais] em lugares que não tem condições para as ter, que a afluência é muito pequena, no caso de Ponta Delgada, com a colocação de uma máquina no centro, implica que outra máquina esteja em São Vicente Ferreira e outra seja colocada no Ginete. A distribuição ótima não seria essa”*.

Destacou que como projeto piloto, é feita uma avaliação do sucesso de implementação das medidas, informando ainda que da última contabilização já tinham sido ultrapassadas as 3 milhões embalagens retomadas, com pagamento de prémios superiores a 150 mil euros. Conclui assim, que na incerteza do sistema nacional, haverá a possibilidade de prorrogar o projeto piloto na Região, naturalmente já não cofinanciado, até final do ano 2023.

O Deputado Manuel Ramos, relativamente à proteção da orla costeira dos Fenais Ventosa [8.7.8], referiu existir uma dotação de 15.000 euros, para revisão de preços. Informou que, a presente obra foi já objeto de requerimento dos deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Graciosa, solicitando informação da conclusão da obra e projeto da mesma, tendo sido informado que a obra se encontrava concluída, ao qual os deputados verificaram que a obra não se encontrava executada em conformidade com o projeto. Questionou assim, sobre este valor para revisão de preços, uma vez que a obra estava concluída e entregue ao dono de obra.

Relativamente ao orçamento de 2022, estava previsto uma intervenção na proteção da orla costeira no Degredo e no Capacho, com valor inscrito de 30.000 euros, que se encontra ausente para o plano de 2023. Questionou assim se, a referida proteção já não é necessária, ou se já foi dado algum outro passo ao nível de execução do projeto.



Relativamente ao Eco freguesias, e ao valor anunciado no início da intervenção, questionou se se irá manter a exceção, ou seja, os valores atribuídos em 2022, realçando a importância deste esclarecimento para o planeamento das juntas de freguesia para o próximo ano.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional informou que a revisão de preços é uma obrigação legal, no âmbito do Código de Processamento do CCP, estando definida e que irá ser feita em 2023.

Relativamente ao Eco freguesias, referiu ter tido oportunidade de anunciar a possibilidade de realizar um reforço excepcional de 1 milhão de euros na rubrica do Eco freguesias, passando a rubrica de 450 mil euros para 1 milhão 450 mil euros, ou seja, triplicando a verba inicialmente prevista, referindo que *“isso seria com a previsão à distância que tínhamos, um ato excepcional”*. Informou ter tido manifestações de grande satisfação pelo valor acrescido, sendo que *“quase todas triplicaram as verbas, consoante a qualidade das candidaturas que apresentaram, (...) para a manutenção e limpeza de espaços públicos e encaminhamento de resíduos que estavam abandonados em espaços públicos e também em ribeiras e orlas costeiras, e conseguiram com base nesse investimento que foi feito, realizar um conjunto de intervenções, não possível de realizar há vários anos, pela verba disponibilizada ser insuficiente para a sua realização”*. Acrescentou que, o acréscimo permitiu a realização das intervenções mas, dependendo das necessidades da junta de freguesia, *“umas optaram por comprar equipamentos que lhe faziam falta e que com as verbas que são disponibilizadas anualmente não conseguiam fazer essa aquisição, outras decidiram fazer intervenções de fundo ao nível das linhas de água, ao nível da orla costeira, cada junta de freguesia, com base na estratégia que tem de atuação no âmbito da sua freguesia, fez os investimentos que considerou pertinentes”*.

Destacou o Secretário Regional que: *“Neste momento, e também tive oportunidade, aquando da apresentação dessa medida excepcional, de referir aos senhores presidentes*



de junta, exatamente que era um reforço para 2022 e que não tinha previsão de poder ser repetido em 2023. Se houvesse essa disponibilidade, como houve em 2022, naturalmente teríamos muito gosto, até porque sei que as juntas de freguesia fazem um trabalho extraordinário a nível da manutenção dos espaços públicos, muitas das vezes com recursos escassos, com poucos recursos humanos, pouca maquinaria e poucos recursos para investir, *teria todo o gosto em poder reforçar essa verba de uma forma constante, não é naturalmente possível tendo em conta toda a esfera de competência que a secretaria tem, e da divisão que tem ser feito do orçamento para essas competências, mas na verdade os senhores presidentes de junta tem noção exatamente disso, que este reforço era um reforço excepcional, que era um reforço que iria permitir, de alguma forma também atenuar os efeitos que foram feitos com esta postura de redução de precariedade ao nível dos programas ocupacionais que colaboravam com as juntas e com câmaras municipais e que seriam uma forma também de disponibilizar outra capacidade financeira às juntas de freguesia durante este ano, para poderem através da contratação de prestação de serviços, também gerar, de alguma forma, a criação de postos de trabalho, no caso a empresas e não diretamente nas juntas de freguesia.*"

Reforçou que o intuito da medida, foi a título excepcional, e que teria muito gosto de ter outra capacidade para apoiar as juntas de freguesia, de uma forma constante, e todos os anos, *"não sendo possível, na verdade (...) os presidentes de junta sabiam que era um apoio extraordinário que era um ano excepcional"*.

Relativamente à obra do Degredo, o Senhor Secretário referiu que irá consultar e fazer chegar essa informação, dizendo que foi realizado recentemente um levantamento no Degredo, pela Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, e que irá solicitar informações sobre essa avaliação e que partilhará quer na discussão do plano em plenário ou comunicando ao Deputado, através de informação a remeter à presente Comissão.



No seu direito de réplica, o Deputado Manuel Ramos solicitou esclarecimento relativamente à revisão de preços da obra de proteção da orla costeira dos Fenais Ventosa, uma vez que a presente obra foi concluída em 2021, e se o processo vai ser reaberto, se a obra vai ser concluída de acordo com o projeto, que prevê um talude em pedra e um dissipador de água que falta ser executado na obra.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional informou não ter informações de alteração ao projeto inicialmente concebido, mas que após os esclarecimentos irá fazer chegar a informação à Comissão.

De seguida o Presidente da Comissão abriu uma segunda ronda de inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado João Vasco Costa.

O Deputado João Vasco Costa, relativamente ao Eco freguesias e de que os Presidentes de Junta de Freguesia terem informação que o apoio deste ano era excepcional, referiu que do que tem conhecimento, terá sido dado o apoio e posteriormente terem sido informados que seria a título excepcional, mas independentemente, o apoio terá surgido uma vez que as juntas de freguesia não realizam o que necessitavam, porque a verba que recebiam anteriormente era insuficiente. Neste sentido, realçou que se sendo anteriormente insuficiente, continuará a ser, se o apoio for efetivamente excepcional e não permanente. Assim, questionou se, acabando o apoio referido, que permite que as juntas exerçam as suas funções de competência própria, através do financiamento do Eco freguesias, se não *“seria desejável e até quase imperativo que esse tipo de valor se mantivesse para o futuro de forma permanente e não excepcional”*.

Em resposta, o Senhor Secretário esclareceu que desejaria que todos os investimentos que realiza, em todas as áreas fossem superiores, mas *“estamos perante uma situação de finitude de recursos e que governar é na verdade tomar opções e fazer investimentos de acordo com a estratégia”*. Referiu que o valor *“normal”* deste ano, de 550 mil euros, é semelhante e ao nível do que foram investidos em anteriores governos, desde a



criação do programa. Reforçou que os valores dados, servem para o funcionamento normal, mas que não são suficientes para executar intervenções que as juntas gostariam de fazer, mas *“que estão para além daquelas que são as competências firmadas nos protocolos, mas não deixam de ser intervenções de limpeza de espaços públicos. Ou seja, este investimento que é feito, cobre as necessidades básicas daquilo que tem de ser feito no âmbito da limpeza dos espaços públicos nas freguesias, mas uma junta de freguesia quer sempre fazer mais coisas (...), quer servir melhor a sua população, e muitas vezes tinham gosto de se equipar de forma diferente para outras tarefas, de se capacitar de uma forma diferente para poderem fazer intervenções que normalmente não conseguem fazer, ou então especificamente conseguir fazer algumas intervenções que ao longo dos últimos anos e base nos investimentos que são feitos não conseguiram fazer, e daí a satisfação (...) mas não tive nenhum feedback de junta de freguesia que me dissesse que os anos anteriores não foi suficiente para fazerem as coisas normais protocoladas no âmbito do Eco freguesias”*.

O Senhor Secretário clarificou, novamente que, assim que foi anunciado o reforço da verba para o programa Eco freguesia para 2022, *“disse que era um reforço excepcional, neste ano e que iria permitir triplicar as verbas, fiz também uma apresentação pública desta iniciativa, no âmbito da qual comuniquei publicamente que este era um reforço excepcional”*.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma terceira ronda para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado Manuel Ramos.

O Deputado Manuel Ramos, e relativamente ao Eco freguesia, referiu que o regulamento existente é já antigo, sabendo que está a Secretaria Regional do Ambiente e Alteração Climáticas, a fazer esforços para efetuar uma atualização do mesmo, considerando que o mesmo se encontra desatualizado relativamente aos problemas ambientais que vão ocorrendo nas diferentes freguesias, questionado sobre a evolução do processo de revisão e se de futuro, se estará *“a Secretaria aberta para projetos*



específicos para uma determinada área, imagine-se que há uma derrocada e que é preciso fazer-se uma intervenção rápida , acontecendo muito em linhas de água (...) se poderão as juntas se candidatar a projetos específicos, nas linhas de água e na orla costeira.”

O Deputado Manuel Ramos, referindo-se às cartas de risco, referiu que era importante que as juntas de freguesia tivessem uma ação participativa nesse processo, ou ter conhecimento, sendo essa carta fundamental às juntas de freguesia.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional, e referindo-se à obra dos Fenais, informou existir uma verba inscrita, no valor de 25 mil euros, na Secretaria Regional de Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, que é *“uma continuação da empreitada anterior e para a construção de um descarregadouro de águas pluviais e estabilização da vertente da encosta”*.

Relativamente à questão colocada do Eco freguesia, referiu que as freguesias são muito heterogéneas, umas de grande dimensão com muitos pontos de recolha de resíduos, outras possuem linhas de águas e outras não, outras tem grande área de orla costeira, outras não, sendo difícil por isso encontrar uma malha de critérios que satisfaçam as 155 freguesias, tendo sido enviado para todas as juntas de freguesia um e-mail, para que se pronunciassem e dessem sugestões para alteração do regulamento do Eco freguesia. Tendo as conta as respostas recebidas, *“o que se verifica é que são posições, atendendo a essa heterogeneidade, muito distantes umas das outras, o que torna muito difícil alterar o programa de uma forma satisfatória para toda a gente”*, estando, no entanto, a trabalhar na mesma, numa alteração ao regulamento, mas que apesar dos anos desde a sua elaboração, consegue ser satisfatório para uma grande generalidade das freguesias.

Informou ainda que, sobre projetos específicos, durante a apresentação da medida, e nas reuniões que teve com diversas juntas de freguesia premiadas nas diversas



vertentes do Eco freguesia, colocou a hipótese de *“cativar parte dessa verba para programas específicos, ou seja, seria feita uma distribuição de uma verba menor pelas juntas de freguesia, mas cada freguesia ficaria com uma verba cativa para caso entendesse pudesse candidatar para uma ação em específico, devo-lhe dizer que essa opção não acolheu parecer favorável de absolutamente ninguém. As juntas de freguesia naturalmente preferiam ter o dinheiro do seu lado, e investi-lo da maneira que lhe fizesse mais jeito, que tivesse mais condicente com a sua estratégia”*.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma quarta ronda para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Joana Pombo Tavares.

A Deputada Joana Pombo Tavares, relativamente ao programa 8.1 – Planeamento, inspeção e promoção ambiental, verifica-se um acréscimo em relação a 2022, relativamente aos Centros ambientais e Educação Ambiental, com valor de 1.137.004 euros, e havendo uma verba destinada diretamente para a renovação da exposição do Centro de investigação e monitorização das Furnas, questionou se o aumento do valor da verba referida se destina a algo em específico.

Relativamente ao programa da Conservação da Natureza e Biodiversidade, na rubrica 8.3.2 que abrange Parques Naturais, Reservas da Biosfera, Geoparque e Paleoparque, no valor de 85.950 euros, questionou sobre a verba afeta a cada um deles, separadamente.

Referindo-se à Gestão e requalificação da Orla Costeira, e havendo necessidade de requalificação de zonas balneares, nomeadamente em Santa Maria, questionou de qual das rubricas sairá a verba, se da 8.7.1 – Gestão e Requalificação da Orla Costeira ou da 8.7.2 – Gestão de zonas balneares.

A Deputada questionou *“se não considera que o projeto de proteção da orla costeira e requalificação da Praia Formosa de Santa Maria, se não se enquadra numa gestão e*



requalificação das zonas costeiras, uma vez que não está em si, mas sim numa infraestrutura de apoio à pesca, causando alguma dúvida, como é que não está em zona costeira.”

Relativamente ao projeto 9.32.11, já afeto à gestão e requalificação da orla costeira, nomeadamente a estabilização da zona costeira da Laracha, e atendendo que nada foi feito em 2022, com uma dotação de 258 mil euros, questionou se o valor atribuído em 2023 – 278 mil euros, se é igualmente para início do processo.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional, e relativamente à estabilização da zona da Laracha, informou que de momento decorre o procedimento de contratação da empreitada está em fase de adjudicação à empresa André Oliveira, Sociedade Unipessoal, com prazo de empreitada de 5 meses, com previsão de início de trabalhos ainda em 2022, sendo a verba de 278 mil euros, a que sobrar para 2023.

Relativamente à questão colocada sobre o projeto de proteção da orla costeira e requalificação da Praia Formosa de Santa Maria, referiu que poderá não ter um porto de pesca, mas poder ter um porto de classe D, *“podendo ter havido algum lapso e não ter sido feita a correspondência com a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e vou obter essa informação”*.

Relativamente *“ao ponto da Vigilância Ambiental, sim estão previstas verbas para uma reformulação da exposição das Furnas, um investimento se não estou em erro de 80 mil euros com a criação de uma nova sala de exposições, com aproveitamento de uma sala que estava afeta a gabinetes técnicos e que será disponibilizada para uma sala de exposição, mas dentro desta rubrica cabem todas as despesas afetas à vigilância ambiental, um conjunto enorme, tudo o que tem a ver com o funcionamento dos Vigilantes da Natureza, formações, fardamentos, despesas com trabalhadores ao abrigo de programas, seguros, prestação de serviço de contratação de pessoal, de manutenção*



e limpeza das áreas protegidas, é uma verba que engloba grande parte do funcionamento ao nível da vigilância ambiental”.

Relativamente à questão colocada sobre a desagregação do projeto 8.3.2, referiu não ter os valores desagregados, no entanto, referiu que *“há uma intervenção que inclui intervenções no Barreiro da Faneca e no Barreiro da Malbusca na Piedade, que são ações de remoção de infestantes, na sequência de uma recomendação do Conselho de ilha, depois inclui também as cartas de desporto na natureza, ações no âmbito do Parque Natural de ilha e das reservas da Biosfera, no valor de 44.500 euros, o apoio ao Geoparque no valor de 34.000 euros e depois tem um conjunto de verbas desagregadas mais pequeninas de diversas intervenções”.*

Relativamente a possíveis requalificações nas zonas balneares da ilha de Santa Maria, o Senhor Secretário Regional informou existir *“uma verba, (...) nas obras públicas, para intervenções na zona protegida em Santa Maria, salvo erro de 50.000 euros, para uma rampa de acesso à piscina em São Lourenço, um conjunto de intervenções que se querem fazer, e podem sair daí, a verba indicada para os investimentos nas zonas balneares, prevê um investimento de 420 mil euros e é daqui que devem sair os investimentos na gestão e requalificação das zonas balneares”.*

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma quinta ronda para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Valdemira e Deputado António Lima.

A Deputada Valdemira referiu que a Praia da Pedreira em Água D’Alto sofreu uma derrocada no seguimento de chuvas, destruindo o acesso à zona balnear, local que foi visitado pelo Senhor Secretário Regional em fevereiro do presente ano, na presença do Diretor Regional, tendo havido conversações com a Câmara Municipal de Vila Franca, questionando sobre qual a referência a este problema no plano para 2023.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional esclareceu ter visitado o local com o Diretor Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e com a vereação da Câmara Municipal, realçando que a intervenção não é uma *“intervenção simples, porque é um percurso bastante instável”*, havendo a possibilidade de se encontrar um acesso alternativo, (...) *mas nunca foi ainda enviado a informação sobre qual seria a alternativa preferível por parte da câmara municipal, sendo certo que qualquer uma das intervenções são investimentos de monta que terão de ter também o parecer do Laboratório de Engenharia Civil e não há verba prevista, neste momento, para 2023, para uma intervenção na recuperação do acesso à Praia da Pedreira, até porque qualquer investimento tem de vir, na sequência de escolha de uma solução a adotar e de realização de um projeto que permita projetar a solução que for escolhida.”*

O Deputado António Lima referiu que, retirando a componente das obras públicas e da Orla Costeira, que transita da Secretaria do Mar e Pesca, existe uma redução substancial de 1,3 milhões de euros, *“o que não deixa de ser preocupante na área ambiental”*, destacando que, na área da orla costeira, existe no plano, um conjunto vasto de intervenções que já existiam no plano de 2022 e que voltam a constar no plano para 2023 – 9.32.3, 9.32.4, 9.32.5, 9.32.11, 9.32.14, 9.32.21 – Porto de Santa Iria, Calhetas da Ribeira Grande, Fajã João Dias em São Jorge, Laracha em Santa Maria, Fajã das Pontas em São Jorge e Praia do Almojarife no Faial- com valores semelhantes, questionando o porquê desta repetição, se não foram executadas.

Relativamente à medida 9.32.31 – Proteção da Orla Costeira da Ribeira Grande – com dotação de 1 milhão de euros, questionou o que é pretendido realizar na intervenção. Em resposta, o Senhor Secretário Regional realçou que a redução em relação ao orçamento de 2022 não é no valor de 1 milhão e 300 mil euros, mas sim de 700 mil euros, sendo que o investimento total não pode ser excluindo as Obras Públicas, *“ou seja o investimento cresce 17%, não desce 700 mil euros, poderíamos não investir nas Obras Públicas e redirecionar o dinheiro para a execução direta pela Secretaria Regional, são opções que são feitas, dentro da estratégia que o Governo definiu. Para além na*



imprecisão no valor que referiu, não concordo com a sua leitura, porque cabe ao Governo definir se prefere investir num determinado ano, mais em Obras Públicas ou mais na execução dos domínios que tem competências de execução direta. (...) O que se verifica é fortemente influenciado pela transição da gestão costeira e proteção costeira, que transitaram para a Secretaria que tutelo, e também só tenho essas competências desde 29 de abril deste ano”, referindo que poderá fazer um ponto de situação de cada uma das obras elencadas, muitas das quais já estão adjudicadas. Referiu que o projeto e estabilização costeira do Porto de Santa Iria é um a obra com custo estimado superior a 5 milhões de euros, sendo que a dotação que consta no plano- 450.000 euros - é o valor para dar início à obra, sendo que o projeto está em fase de conclusão na firma P.E. Costa Poím, para incorporação de recomendações que foram exaradas em sede de projeto, com preço base 4.850.000 euros, mais iva, com prazo de execução de 24 meses com necessidade de se proceder a expropriações e com necessidade prévia de fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Relativamente à obra das Calhetas, na Ribeira Grande, o projeto encontra-se concluído e aguarda pareceres de entidades externas e carece de uma resolução do Conselho de Governo para delegação de competências na Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para aprovação das peças do procedimento, sendo um investimento de 3.5 milhões de euros. Sobre a Fajã João Dias em São Jorge, informou que tem uma dotação de 791.000 euros, sendo que a empreitada está adjudicada à empresa InvesTri, com prazo de execução de 9 meses, contando estar concluída até final de 2023.

Relativamente à requalificação da Laracha, o procedimento de contratação de empreitada, está em fase de adjudicação à empresa André Oliveira, Sociedade Unipessoal, com prazo de execução de 5 meses com início de trabalhos ainda no final do presente ano e com dotação de 278.000 euros.



Relativamente à Fajã das Pontas também já se encontra em adjudicação, com dotação no valor de 692.000 euros, adjudicada à empresa Almério & Cordeiro, com prazo de execução de 9 meses e por isso não irá aparecer em futuros planos e orçamentos.

Referiu ainda que não é de agrado que são colocadas obras que tenham de constar em planos consecutivos, sendo que neste caso, algumas delas terão prazos de execução inferiores a um ano e por isso não aparecerão em futuros planos.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS:

O Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, iniciou a sua intervenção por referir que o plano para o ano 2023, trata-se de um plano, na linha do Plano Regional, marcado por um contexto económico difícil, quer a nível mundial, europeu, nacional e também regional, decorrente do conflito da Ucrânia, da recuperação pós-pandemia e da mais recente escalada da inflação, acarretando consequência económicas, políticas, sociais e energéticas sem paralelo nos tempos recentes.

Prevê-se um investimento público para a economia do mar na ordem dos 33,8 milhões de euros, como está plasmado nos documentos já entregues, consolidar uma visão estratégica de promoção de um oceano saudável, aumento do conhecimento e a sustentabilidade do setor das pescas, criando condições para a criação de emprego e na promoção de uma economia azul circular.

Como entidade proponente, o investimento sobe para os 35,4 milhões de euros.

Comparativamente com anos anteriores, este plano está em linha de conta com os investimentos propostos, atendendo a que, fruto da nova orgânica, as ações relativas à orla costeira transitaram para a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, e também recordar o grande volume de verbas afetas aos fundos comunitários, nomeadamente para o financiamento de infraestruturas públicas e privadas, como é exemplo a nova fábrica da Conseran, na ilha do Pico.



Para 2023, assume particular destaque o programa Cluster do Mar dos Açores, com cerca de 15 milhões de euros.

Em relação ao Tecnopolo Martec, o processo encontra-se em fase de concurso público, com o prazo de entrega de propostas apontado para o fim deste mês de novembro.

Quanto ao novo navio de investigação, encontra-se em fase de análise da proposta vencedora.

Relativamente ao Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEMA), adiantou que se encontra na Presidência para ser remetido ao Senhor Ministro da Economia e do Mar, *“no sentido de ser proferido despacho de constituição da comissão consultiva delegando na DRPM, o prosseguir do procedimento para se concluir o processo do PSOEMA, aguardamos que haja o despacho do Senhor Ministro, tudo já remetido para a presidência para análise, e tudo quanto sei está a ser tratado diretamente com o Ministério.”*, referindo ser um assunto urgente para resolver.

Relativamente às áreas marinhas protegidas, está a ser tratado diretamente com a Presidência, em colaboração com a BLUEAZORES, um protocolo que decorre desde 2019, para que se atinja o objetivo de estar concluído até dezembro de 2023, reconhecendo ser um projeto ambicioso e que exige da parte de todos um grande empenho, mas conseguiremos o objetivo, ou seja finalizar o processo até dezembro de 2023, antecipando em sete anos a meta que é imposta pela Agenda 2030.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado José Contente, a Deputada Salomé Matos e o Deputado António Lima.

O Deputado José Contente, realçou que, nas audições do Plano para 2022, ou seja, no ano passado, o Senhor Secretário Regional teria informado que iria enviar o PSOEMA



para a comissão consultiva no dia 2 de dezembro de 2021, solicitando que esclarecesse se não teria sido esta a informação dada e a razão do atraso verificado.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional realçou que *“o que agora vai ser remetido agora ao Ministério, é estabelecer, por despacho do Senhor Ministro, as regras de funcionamento da comissão consultiva, que vai apoiar e acompanhar o desenvolvimento do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, adjacente ao arquipélago dos Açores”*.

A Deputada Salomé Matos referindo-se ao enquadramento efetuado, e referindo que o plano regional anual para 2023, defende que as políticas adotadas para a gestão do Espaço marítimo dos Açores, procuram consolidar uma visão estratégica da promoção de um oceano saudável e bem gerido, consertado com políticas nacionais e com cumprimentos de diretrizes europeias, e em termos de políticas sectoriais de âmbito regional, surge o plano já apresentado. Questionou o Senhor Secretário sobre as principais vantagens esperadas, no seguimento da simplificação dos processos administrativos para licenciamentos, e que vantagens poderá trazer a nível regional.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que o que se encontra em causa é *“determinar os usos, como é que vamos proceder à utilização do nosso espaço marítimo (...) sendo este processo moroso e complexo, tendo sido feito um grande esforço por parte dos técnicos, da ex-DRAM e atual DRPM, por forma a apresentarem um trabalho de grande qualidade. Verificado agora o cumprimento, no quadro legal aplicável, com o despacho do Senhor Ministro a delegar na DRPM prosseguir com o processo, nomeadamente a constituição da comissão consultiva, torna-se importante por podermos agilizar as atualizações, os procedimentos administrativos, que neste momento, e fruto da nova orgânica do Governo, acaba por ser Secretaria Regional do Mar e das Pescas, através da Direção Regional de Políticas Marítimas, que vai gerir tudo isto. O facto de integrarmos na Secretaria Regional do Mar e das Pescas e na Direção Regional de Políticas Marítimas, vai facilitar aquilo que se pretende quanto aos usos,*



porque não fazia sentido que, relativamente ao whale watching fosse licenciado no turismo, e depois relativamente à Marítimo Turística, fosse licenciado nos transportes marítimos, porque entendemos que é necessário esta articulação e ser pela mesma entidade, para estarmos atentos ao aumento exponencial nesta área”, mas com cautelas necessárias para que haja um desenvolvimento sustentável.

Referiu ainda que após a definição das regras e articulando com todos os setores, como por exemplo a capacidade de carga das visitas a determinadas zonas, terá de ser efetuado com diálogo com o setor, com as associações, com o melhor conhecimento científico disponível de forma a não serem cometidos erros.

O Deputado António Lima referindo-se à medida 7.6.12 – Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo, e uma vez que o plano para gestão do espaço marítimo está concluído como referido, esta medida em 2022 tinha uma dotação de 1 milhão de euros, passando em 2023 para 2,2 milhões de anos, questionando o que se pretende e o porquê da sua manutenção e até o reforço de verba.

Questionou ainda também sobre a construção e futura operacionalização do Tecnopolo MARTEC, e sendo que o Senhor Secretário Regional se referiu ao navio de investigação, não referindo o plano se o Tecnopolo MARTEC estará em desenvolvimento, *“e para além da construção é preciso perceber se o Governo já tem um plano de desenvolvimento dessa infraestrutura”*.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional, e relativamente à Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo, referiu serem intervenções relacionadas com o reforço de investimento público à transição climática, no âmbito do Programa REACT-EU. No entanto referiu existir, com o Instituto Hidrográfico, um levantamento que é necessário realizar na costa Norte da ilha de São Jorge, julgando que a verba para esse protocolo está afeta a essa mesma ação, mas informou que irá fazer chegar uma formação mais detalhada sobre este assunto.



Relativamente ao Tecnopolo, informou que até ao final do mês de novembro aguardam pela receção das propostas, realçando a crise que se vive na construção civil, não havendo muitas empresas nos Açores capacidade de executar uma obra dessa envergadura, num curto espaço e tempo, sendo necessário cumprir com as metas do PRR, para não colocar em causa todo o PRR regional e até nacional.

Relativamente ao navio de investigação, “ sabemos que o navio será dispendioso, na sua manutenção que vamos ter que repensar o modelo da sua gestão, e o que lhe posso adiantar é que existe alguns contactos com a Marinha no sentido de se chegar a um entendimento – Marinha, Institutos ou Universidade dos Açores - e à semelhança do que existe em alguns países nórdicos, arranjar um modelo de gestão que não onere demasiado a sua exploração para ao erário público (...)”, tendo, por exemplo a Marinha a possibilidade de fazer as varagens e as manutenções, não ficando entregue a uma única entidade, mas havendo uma forma consensual de explorar o navio de uma forma satisfatória.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma segunda ronda de perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Joana Pombo Tavares e a Deputada Salomé Matos.

A Deputada Joana Pombo Tavares relativamente ao projeto de requalificação da orla costeira e requalificação urbanística da Praia Formosa, em Santa Maria, e tendo o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas ficado com dúvida sobre a alocação desta ação, por se tratar de uma proteção de orla costeira, mas encontrar-se afeta à Secretaria Pescas do Mar e Pescas, por ser uma infraestrutura de apoio à pesca, questionou qual a justificação desta alocação.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu “tratar-se de um lapso, são 230.000 euros, eu penso que terá existido um lapso, porquanto a competência em termos orgânicos é da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”.

A Deputada Salomé Matos referindo-se à Escola do Mar dos Açores, disse ser um ponto dos pontos fulcrais do estímulo de crescimento da Economia Azul, sendo que no plano anual para 2023, esta ação prevê dar continuidade ao processo de certificação de novas valências da escola, criando condições para o seu pleno desenvolvimento. Acrescentou que nos últimos dois anos, a escola já ministrou dezenas de ações de formação de curta duração, abrangendo um número significativo de formandos, quer no Faial quer em outras ilhas, trazendo a escola à população, mas também levando a escola às populações.

Questionou quais são as ações prioritárias para 2023, agora que DGRM concedeu a certificação à Escola.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu todas as pessoas envolvidas durante os últimos dois anos que contribuíram de forma definitiva para a consolidação deste grande projeto, estando neste momento numa nova fase, com a certificação da DGRM, que brevemente será entregue, e que vem dar novos horizontes à Escola do Mar dos Açores. Informou ainda que, a Escola Náutica Infante D. Henrique também mudou de diretor e com este novo diretor tem havido muito mais colaboração.

Realçou que desde 26 de setembro do presente ano, foi iniciado um novo período formativo, dedicado ao setor das pescas, encontram-se projetadas nas nove ilhas dos Açores, formação de 575 profissionais, seis formações em segurança básica, correspondendo a 96 formandos, com mais de 62 horas formativas; 4 formações em princípio básico em segurança básica, correspondendo a 102 formandos, correspondendo a mais de 25 horas formativas; 26 formações de Gestão Ambiental a bordo, correspondendo a 476 formandos com mais de 25 horas formativas; 9 provas de natação, correspondendo a 250 formandos com carga formativa de uma hora; 12 provas



de aptidão para manobra de embarcações, correspondendo a 150 formandos, com carga formativa de 8 horas.

Informou ainda que, a escola tem de se adaptar às necessidades que surgem, estando em preparação uma formação de Segurança de Manobrador de Gruas, sendo esta uma área que preocupa, nomeadamente pela responsabilidade civil de um acidente que ocorra numa das gruas dos portos, estando já em conversações com a Mútua de Pescadores para que haja um seguro de grupo, sendo que este seguro apenas ocorre se existir formação.

Realçou assim, que a dinâmica da Escola vai ao encontro da necessidade, *“para a pesca, como pode acontecer para a Atlânticoline, com a Barcos do Pico, ou com outras empresas que solicitem, porque há necessidade de fazer certificação de maquinistas, marinheiros, sendo que a Escola do Mar serve precisamente para isso”*.

Realçou ainda existir formações que são obrigatórias serem realizadas no Faial, nomeadamente as que impliquem a necessidade de utilização do PLA, mas sendo possível é preferível deslocar formadores e equipamentos do que fazer deslocar dezenas de pessoas, pelo menos até à possibilidade de existir o alojamento para instalar os formandos.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma terceira ronda de perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Maria Isabel Teixeira.

A Deputada Maria Isabel Teixeira referiu que, no plano de 2022 especificava um estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa Norte da ilha de São Jorge, referiu que o estudo não foi efetuado e volta a constar no plano para 2023, que se refere às intervenções relacionadas com reforço de investimento público no âmbito da transição climática. Questionou o que condicionou a falta do estudo no ano 2022 e o que faz falta para se avançar com este estudo.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que, à semelhança do que respondeu ao Deputado António Lima, não dispõe de elementos para poder dar uma resposta, comprometendo-se a fazer a entrega destes dados posteriormente.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

O Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural iniciou a sua intervenção por referir que, no âmbito da presente comissão, na área de desenvolvimento sustentável, ambiente e recursos cinegéticos, informou ter áreas de intervenção e que se encontram plasmadas no presente plano e orçamento para 2023. Em análise geral ao plano e orçamento para a área de agricultura e desenvolvimento rural, referiu ter uma dotação geral de 108,5 milhões de euros, dos quais 57,7 milhões de euros correspondem a fundos investidos diretamente pelo orçamento regional e 50,8 milhões por fundos comunitários, designado no programa 6 - Economia Rural, dividida em três projetos – Investigação, inovação e competitividade, Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alteração climáticas e Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo.

Relativamente ao projeto 2 - Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alteração climáticas, no âmbito de uma agricultura mais sustentável, biodiversa e até atenta às alterações climáticas, quer no modo como se produz, transforma e como se alimenta toda a cadeia da produção ao consumo, havendo *“um aumento de 1,76% da dotação relativamente a 2022, o que corresponde a um aumento de 1,13 milhões de euros relativamente a 2022, havendo uma preocupação muito objetiva, específica, relativamente a uma agricultura sustentável no modo de a produzir mas também no modo de a consumir”*.

Referiu que a ação 6.2.2 – Agro ambiente e agricultura biológica – sobe 14,39% relativamente a 2022, um aumento de 1,5 milhões de euros, fruto da aposta muito direcionada para uma agricultura de maior naturalidade, tendo em conta as preocupações da humanidade, não só pelas alterações climáticas, mas também a



questões de conservação do solo, do bem-estar animal, sendo que *“os Açores têm de estar na dianteira deste conjunto de preocupações, posicionando-se nos mercados como uma região que está à frente dessas mesmas preocupações e em resposta a essas inquietudes da sociedade”*.

Realçou que a produtividade biológica subiu na nossa Região, em área, em mais de 600%, e em número de produtores, em relação a 2019, mais de 200%, havendo assim mais uma oferta de outro tipo de agroalimentos que não existiam, essenciais para a fileira económica da Região.

Relativamente à ação 6.2.11 – relativa a pagamentos a zonas sujeitas e condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, relacionado com o ambiente e com a necessidade de manutenção e de conservação de um conjunto de preocupações: solos, carga animal, pastagens biodiversas, que tipo de energia local existe, que tipo de co-associação de espécies existe- sendo que este é um esforço igual a 2022, no valor de 12 milhões de euros, mas *“em 2018, estas medidas sofreram um corte significativo, de 30€ por escalão, o que significa que o esforço regional, relativamente a 2020 para 2023, é de mais 1 milhão e 25 mil euros para evitar os cortes nos apoios, mas também para incentivar a uma agricultura mais sustentável”*.

Relativamente à medida 6.2.9 – Economia circular na agricultura, sendo que cada vez mais preocupa a reutilização dos resíduos da produção agrícola, de que forma é que podemos transformar resíduos no âmbito das florestas, dos matadouros e dos restolhos, havendo um *“conjunto de inovação e de oportunidade que pode vir a dar oportunidade a novos negócios na Região”*, subindo 77% em relação a 2022, um aumento de 29.800 euros, direcionados a formação, investigação, atratividade e para classificação de projetos inovadores e pioneiros nesta área, sendo uma preocupação que um produto não seja finito, e que volte à cadeia de produção e consumo.



Realçou que a ação 6.1.3 é referente ao transporte de resíduos de plásticos, em que todos os anos é dado um apoio às empresas de transporte para o transporte dos resíduos agrícolas, especialmente dos plásticos para a ilha Terceira para valorização energética, cerca de 200 mil euros por ano. Destacou que este ano foi ainda elaborada uma caracterização, *“porque não sabíamos e para termos uma política de facto, com planeamento e orientação e dirigida a esta área, é preciso saber o que é que temos, para sabermos que soluções. O relatório já foi entregue a esta comissão, no âmbito de uma iniciativa de três partidos políticos, para vossa análise, o que vai ajudar a uma reflexão política não só do Governo Regional, mas também deste Parlamento”*.

Referiu que no âmbito da ação 6.2.5 – Bem-estar de animais de companhia e errantes- da ação 6.2.33, que *“pela primeira vez existe um programa de identificação e esterilização de animais de companhia, em colaboração com os centros de recolha oficiais e com as Câmaras municipais, como já tinha anunciado, que iríamos individualizar uma ação específica, para termos uma maior atenção”*.

Relativamente à ação 6.1.5 – apoio ao associativismo – pela primeira vez, as associações de proteção animal se podem candidatar, sendo assim que no âmbito do bem-estar animal são as ações 6.2.5, 6.2.33, 6.2.5, sendo que nesta última existe a Portaria n.º 67/2021, de 12 de julho, de resgate de animais de grande porte.

Relativamente à ação 6.1.8 - inovação e digitalização da agricultura nos Açores, referiu ser no âmbito do PRR e que tem um projeto muito dirigido a um plano de desenvolvimento de um sistema integrado de monitorização dos solos agrícolas, sendo que estes *“devem ser um objeto de publicitação, devem ser um objeto de preocupação de sustentabilidade para entregarmos aquilo que recebemos, num bom uso de utilização, um solo fértil”*, prevendo para além das análises e aconselhamento de fertilidade, prevê a revisão da carta de solos, revisão da carta da capacidade de uso por uma digitalização da capacidade do uso solo, um *“recurso não renovável à escala geracional humana”*.



Relativamente à ação 6.2.4, e no que diz respeito ao bem-estar animal e à certificação das explorações bovinas, referiu que a Região iniciou um processo de adaptação do protocolo internacional, as regras internacionais do bem-estar animal, para as explorações pecuárias, *“ não é possível produzir-se utilizando os animais, estamos a falar da exploração pecuária, sem que essas explorações estejam certificadas por um organismo internacional, o IRTA a 8 de julho de 2022, publicou depois de alguns debates e de visitas, depois de formação técnica, publicou a circular que permite ajustar a nossa identidade em termos de utilização dos animais, animais de produção, àquilo que são as regras internacionais”*. Informou ainda existirem já 16 auditores acreditados, na administração regional, e mais 16 auditores formados nas associações, cooperativas e empresas, sendo que ainda no âmbito deste protocolo, encontra-se certificado o matadouro de São Miguel e Terceira com selo internacional do bem-estar animal, sendo que em 2023 se prevê certificar mais cinco matadouros. Acrescentou ainda haver 61 explorações de leite certificadas e 22 de bovinicultura de carne.

O Senhor Secretário Regional fez ainda o balanço das ações que se iniciaram em 2022 e continuam em 2023, no âmbito do programa da Agronaturalidade, a GeoBio Ocidental, SustentAgro que permite um apoio às pastagens biodiversas, e a GeoBio Graciosa, com menos verbas, uma vez que os programas de formação vão-se realizando – 900 participantes em 2021 e 1030 participantes em 2022, sendo que corre todas as ilhas, dirigida a produtores e consumidores. Informou ainda que de 21 a 29 de outubro realizaram-se ações de formação específicas na ilha Graciosa, de 12 a 13 de novembro realizar-se-á na ilha do Pico e sendo que o Fórum Bio 22 termina na ilha de São Jorge com a realização de ações de formação, workshops a realizar de 18 a 21 de novembro. Referiu ainda que o LIFE CLIMAZ (ação 6.2.16) permite investimentos em viveiros, nas espécies autóctones, nos corredores ecológicos e no mapeamento florestal, integrado no Plano Regional para as Alterações Climáticas e que o LIFE SNAILS (ação 6.2.29) é relativo *“à conservação de espécies de caracóis endémicos da Região, é uma ação neste*



momento muito dirigida à ilha de Santa Maria, e não está dirigida a mais nenhuma ilha e que em 2023 vai ter a sua objetividade em Santa Maria”.

Informou que, o LIFE BEETLES não se encontra descrita, que se irá apenas realizar nas Flores e no Pico, no qual a Secretaria Regional é parceira passiva, com fornecimento das espécies endémicas para que o escaravelho endémico se desenvolva.

Realçou ainda a ação 6.2.31 – Caracterização de variedades produtivas vegetais regionais, relacionado com as alterações climáticas, “um projeto inovador, que pretende recuperar as nossas espécies reprodutivas tradicionais – nabo, chicharo, milho e feijão de todas as ilhas- para que possamos recuperar capital de DNA já ajustado à Região, aos nossos territórios e que são espécies de combate às alterações climáticas”. Referiu ainda que com a recuperação pretende fazer um banco genético e caracterização, “*obter uma qualificação como endémicas e incentivar a sua produção*”. Referiu também a ação 6.1.25 – Agrociência e Investigação, realçando ser uma ação nova, relacionado com protocolo a estabelecer com a Universidade dos Açores para bolsas de investigação, no âmbito das espécies vegetais e espécies animais para as alterações climáticas.

Por fim, referiu a ação 6.1.26, realçando ser um projeto piloto muito dirigido a uma ilha – ilha do Pico – e neste caso dirigido à recuperação da cultura da figueira, uma cultura multialimentar, multiadaptada e multisustentada, realçando que a população da ilha do Pico “viveu” da cultura da vinha e da figueira, duas culturas que se desenvolvem em cima de pedra”.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Joana Pombo Tavares, o Deputado António Lima e o Deputado Alberto Ponte



A Deputada Joana Tavares, e tendo em conta o que referiu o Senhor Secretário Regional, relativamente às pastagens biodiversas, questionou sobre o número de candidaturas durante o ano de 2022. Referiu ainda que, apesar de foi referido que poderá ser incluído o associativismo de proteção animal, questionou qual a razão da descida de 259.000 euros para 140.000 euros de dotação, entre 2022 e 2023, para o bem-estar animal.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional informou que o apoio às pastagens biodiversas é um apoio às leguminosas, que tem benefícios ambientais como a fixação do azoto atmosférico, com melhor composição energética da pastagem e melhor sustentabilidade em termos de fertilidade do solo. Referiu assim, que em 2021 foi aberta candidatura à compra de sementes leguminosas, tendo sido apoiados 2932 quilos, em área afeta de 168.15 hectares, com dezoito candidatos – 8 na Graciosa, 8 na Terceira 1 no Pico e 1 na ilha do Faial, referindo que em 2022 já possuem mais candidaturas, *“havendo uma série de fatores que estão a despertar para um melhoramento de pastagens”*.

Relativamente ao bem-estar animal, informou não haver uma redução de verba, mas sim uma redistribuição em três ações – 6.2.5 [Bem-estar de animais de companhia e errantes] com 140.000 euros, montante inferior a 2022, mas havendo uma nova ação 6.2.33 [Programa de identificação e esterilização de animais de companhia] com 50.000 euros e havendo ainda uma verba, na ação 6.1.5 Apoio ao associativismo, com 150.000 euros, sendo que a soma de todas as verbas, o montante para 2023 é superior ao de 2022.

No seu direito de réplica, a Deputada Joana Pombo Tavares pediu esclarecimento de que, são 150.000 euros reservados às associações de proteção animal, na ação do apoio ao associativismo, valor que foi confirmado pelo Senhor Secretário Regional.

O Deputado António Lima e referindo-se à ação 6.2.33, como sendo uma medida positiva, questiona se será uma medida para todos os centros de recolha oficial ou se será limitada numa primeira fase e perceber de que forma será aplicada, *“e se não será mais um projeto piloto que será para algumas câmaras e não para outras”*.



Referiu ainda que, apesar de não encontrar explanado no plano, tem sido o Senhor Secretário Regional confrontado em alguns eventos, sobre o impacto de algumas espécies, nomeadamente de aves, nas culturas, e percebendo a preocupação dos agricultores, questionou sobre a existência ou não de algum estudo sobre o real impacto dessas espécies e eventualmente que soluções poderão ser encontradas, que não passem pelas sugestões que são dadas em que se pretende que passem a espécies cinegéticas.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que a ação 6.2.33 permite um protocolo de colaboração com os oito centros de recolha oficiais (CRO's), mas também irá permitir com todas as Câmara Municipais, independentemente de terem CRO's, uma vez que o problema é transversal a todas as ilhas, referindo que a verba de 50.000 euros poderá ser escassa, podendo haver reforço caso seja necessário.

Informou ainda que, no ano de 2022, possui um montante de 240.000 no âmbito da Portaria 33/2021, de 15 de abril, para a esterilização e identificação, em que pela primeira vez, as juntas de freguesia se podem candidatar, e foram rececionadas as candidaturas de 9 associações de proteção animal, oito CR's e 9 juntas de freguesia. Realçou, no entanto, que no ano passado houve dificuldade na execução da verba, por falta de comprovativos, tendo sido já pago, dos 240.000 euros, 155.669,66€ relativamente ao terceiro trimestre. Acrescentou que em 2021 estava disponível uma verba de 239.000€ e foi paga apenas 205.389,30€.

Referiu que, relativamente ao impacto de espécies nas culturas, existem duas espécies – pombo-torcaz e a rola-turca - que “devoram campos semeados de milho, os agricultores semeiam e a seguir são bandos, principalmente da rola-turca, que se está a multiplicar incontrolavelmente na Região e que está a dizimar os campos semeados de milho”. Referiu ainda que ambas as espécies são protegidas pela Diretivas Aves, mas considera urgente ser feito um controlo da população. Nesse sentido, estão a ser realizados Censos, por parte da Direção Regional dos Recursos Florestais, para averiguar



a quantidade, realçando que são de momento um problema para as culturas, não sendo uma tarefa política fácil, *“penso que se o Parlamento se envolvesse, era melhor para nós”*, não se tratando de uma extinção, mas sim de um controlo de espécies.

No seu direito de réplica, o Deputado António Lima referiu que seria importante a execução do estudo e perceber o porquê destas espécies se multiplicarem tão rapidamente, podendo ser o excesso de alimento nas explorações um dos fatores e ser necessário o controle nas explorações.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que *“o controlo alimentar nas explorações, resulta da atividade normal da agricultura. Nós este ano aumentamos a área de milho, e incentivamos ao aumento da nossa área de milho, naquela que é a necessidade de tornar nos, de forma progressiva, autossuficientes em energia alimentar no âmbito dos nossos recursos endógenos”*. Referiu que, em relação a 2021, a área de produção de milho aumentou cerca de 600 hectares, estando atualmente à volta dos 14.000 hectares, sendo intenção de aumentar mais, identificando áreas nas ilhas locais com condições edafo-climáticas e microclimas que sejam propícios à plantação.

Realçou que *“quanto mais milho nós produzirmos para energia alimentar animal, mas também voltando um pouco atrás e recuperando aquilo que é a produção de milho grão para farinha para componente de alimentação animal, quer para farinha humana”*, destacando ser importante os censos, para perceber, porque se multiplicam estas espécies, quais as ilhas mais dramáticas e de que forma se irá fazer o controle.

O Deputado Alberto Ponte relativamente ao perímetro agrário, questionou se o mesmo já se encontra concluído em todas as ilhas e se o mesmo corresponde às expectativas ou se considera haver necessidade de alterações.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que os perímetros de ordenamento agrário, tem de ter uma nova orientação e planeamento político, *“desde logo não serem*



só zonas privilegiadas de investimento, no âmbito daquilo que é eletrificação, abastecimento de água e caminhos, ou seja, acessibilidades, mas também na caracterização e sustentabilidade da produção e dos solos. (...) Que estes perímetros sejam alvo mais do que uma beneficiação estrutural, uma beneficiação de fertilidade e de conservação, de manutenção e de orientação produtiva". Informou que, passou-se de dezasseis para vinte e três perímetros de ordenamento agrário, cinco em ilhas que ainda não existia, possuindo assim, todas as ilhas perímetro de ordenamento agrário, correspondendo a 28% do território açoriano com o referido perímetro, que *"não pode ser um espaço demarcado, que não tenha atenção política e das políticas de sustentabilidade"*.

No seu direito de réplica, o Deputado Alberto Ponte questionou se as áreas de milho forrageiro e de grão tiveram aumento nas áreas cultivadas em 2022, e se sim qual a percentagem e se o Secretário Regional considera que se está a caminhar para sermos mais autossuficientes na Região.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que *"nunca vamos ser autossuficientes, mas temos que ser menos dependentes do exterior"*, referindo que as crises alimentares, de sanidade, de saúde pública, de inflação e as crises resultantes de conflitos militares acontecem, e de cada vez que acontecem colocam *"a nu a nossa fragilidade alimentar"*, realçando que a riqueza de uma região também se mede pela sua capacidade de produzir alimentos.

Acrescentou que, com os incentivos dados às sementeiras do milho, apoiando em 80% a compra de milho e de sorgo, aumentando em 500 hectares a produção forrageira de milho e em 5 hectares de milho grão.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas iniciou a sua intervenção referindo, no que diz respeito à eficiência energética, por referir que *"A Secretaria*



Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, por inerência das competências atribuídas pela orgânica do Governo dos Açores, para além da temática da Energia e da tutela sobre a estrutura de missão para a sustentabilidade do destino turístico Açores (DMO Açores), concentra uma atuação transversal a todos os outros departamentos.

Apresentámos uma proposta de 250,8 milhões de euros de investimento – mais de um 1/3 do total do Plano Anual Regional para 2023 – distribuídos por 167 ações, algumas das quais ainda passíveis de desagregação em várias subações ou intervenções mais pontuais.

Temos, por isso, uma acrescida responsabilidade em matéria de desenvolvimento sustentável, pugnando pela exemplar aplicação de uma estratégia assente na sustentabilidade da Região, em todos os domínios sob a nossa tutela.

Em matéria de energia, os investimentos a realizar em 2023 refletem uma política integrada de promoção da transição energética nos Açores e assentam, essencialmente, no aproveitamento dos recursos naturais de que a Região dispõe; na eficiência energética; na mobilidade elétrica; e no aprofundamento de projetos internacionais.

As ações apresentadas foram concebidas e planeadas com um carácter antecipatório, potenciando a redução de emissões de gases com efeito de estufa.

Procuramos, com isso, um desenvolvimento descarbonizado da economia açoriana, proporcionando oportunidades no imediato e a devida preparação de toda a Região para uma transição de futuro.

Perante as perspetivas estratégicas e os compromissos políticos da União Europeia, mas também face à exigente conjuntura atual marcada pelo pós-pandemia, pela guerra na Ucrânia, e pela crise energética internacional, estamos a propor um plano de investimentos que visa o aumento da eficiência energética; a redução gradual da dependência do exterior; e a adoção de uma energia mais limpa com redução da utilização de combustíveis fósseis.



No que concerne concretamente à **eficiência energética e energias renováveis** (9.1), perspetivamos, em primeiro lugar, uma atuação pedagógica e de sensibilização para a racionalização e redução do consumo energético.

Não obstante, a mais emblemática intervenção no domínio da energia está associada à produção e armazenamento de energia limpa, visando a transição energética da Região.

Neste particular, destaca-se a execução do PRR, através da implementação do sistema de incentivos SOLENERGE, complementado pelo PROENERGIA, para além de investimentos da EDA e da EDA Renováveis, formando um total superior a 26 milhões euros.

Continuamos, igualmente, a investir nos **serviços energéticos** (9.2), nomeadamente na segurança e na qualidade do abastecimento de energia à população, bem como na modernização e desmaterialização de serviços, privilegiando a desburocratização de processos e a agilização no contacto com os cidadãos.

Ao nível da **mobilidade elétrica** (9.3), para além dos incentivos à aquisição de veículos, investiremos na revisão do Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA), ajustando-o ao contexto atual, mas manteremos o investimento em várias medidas desse plano, incluindo no desenvolvimento de soluções digitais; no estímulo da Graciosa como ilha modelo; e na atribuição de prémios a projetos inovadores.

Propomos, ainda, a alocação de recursos para prosseguir uma **política energética** (9.4) que, além de contemplar uma campanha de combate à pobreza energética, potencie a inovação, a colaboração e a aprendizagem com parceiros internacionais, de onde se destaca a participação no projeto LIFE IP CLIMAZ e a integração num projeto para o estudo da viabilidade do uso de hidrogénio nos Açores.

Na temática do turismo, mantemos uma convicta e empenhada atuação em matéria de desenvolvimento turístico sustentável, garantindo em 2023 uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, face ao término de medidas de emergência destinadas a mitigar os efeitos da pandemia de COVID-19.



Estamos prestes a ser formalmente certificados com o Nível III de Prata como «Destino Sustentável», de acordo com os critérios do Global Sustainable Tourism Council, e continuamos a investir nesse processo, que, na prática, não se limita só ao turismo, mas que se serve da transversalidade deste setor para alavancar uma atuação mais sustentável em todos os outros.

Temos, ainda, prevista a revisão da proposta para o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), logo após a conclusão da revisão do Plano Estratégico e de Marketing de Turismo dos Açores (PEMTA), numa lógica de racionalização e articulação entre um documento de âmbito orientador e um documento de âmbito operacional, procurando assegurar coerência e consistência à política de desenvolvimento sustentável de toda a cadeia de valor do turismo na Região.

Como entidade executora das obras públicas de todas as outras tutelas, a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas concentra, também, importantes investimentos para a gestão e requalificação da orla costeira, superiores a 8 milhões de euros, bem como outros investimentos em matéria de ambiente, superiores a 4 milhões de euros, que envolvem infraestruturas de apoio à promoção ambiental, conservação da natureza e biodiversidade, centro de processamento de resíduos e requalificação da rede hidrográfica.

Ainda em matéria de desenvolvimento sustentável, não será despendendo assinalar os investimentos conduzidos através do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), numa perspetiva de futuro.

Aqui destaca-se a implementação de um Marketplace de Economia Circular no setor da construção civil, para valorização dos resíduos produzidos por estas atividades, assegurando, assim, a continuidade do projeto ReBuild17 que foi cofinanciado pelo EEA Grants.

Complementarmente, manter-se-á o desenvolvimento do LREC + Sustentável, um projeto-piloto de gestão integrada de edifícios, envolvendo eficiência energética,



utilização de água e gestão de resíduos, que poderá, a prazo, ser estendido a outros edifícios da administração pública regional.

Por fim, dever-se-á assinalar, também, a política de desenvolvimento sustentável que tem sido promovida através das entidades tuteladas por esta Secretaria Regional, nomeadamente nos requisitos impostos em matéria de obras públicas, bem como em investimentos estruturantes, como o caso dos portos e aeroportos, ou, ainda, nas operações das empresas públicas, como é exemplo o caso recente da utilização, pela primeira vez (25/outubro), do Sustainable Aviation Fuel em aeronaves da Azores Airlines.

Em suma, o Governo dos Açores, através das áreas de competência da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, preconiza em 2023 a materialização factual e transversal de uma política de desenvolvimento sustentável ambiciosa, mas pragmática e realista, que salvaguarda e prepara a Região para os desafios do futuro, sem descurar o devido equilíbrio financeiro, económico, ambiental e social do presente.”

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado João Vasco Costa e o Deputado António Lima.

O Deputado João Vasco Costa referiu existir uma diminuição da dotação do ano 2022 relativamente à eficiência energética e energias renováveis, (ponto 9.1) tendo decrescido para 26.514.750 euros, que representa uma diminuição de 13.217.877, ou seja, uma redução de 33,27%, questionando sobre a razão para esta descida.

E relativamente à verba da ação 9.10 – Serviço público de transporte aéreo e marítimo Inter-Ilhas – questionou sobre o decréscimo de 63,98% em relação à dotação de 2022. Em resposta, a Senhora Secretária Regional referiu que a eficiência energética está relacionada com a produção e armazenamento de energia, desenvolvimento de programas digitais e educativos e também com o SOLENERGE.



Referiu que *“com o atraso da própria aprovação do programa de incentivos, obviamente que houve uma clara falta de execução neste programa, o que nos leva, naturalmente, a considerar um valor mais ajustado para o próximo ano, para esta rubrica”*.

Relativamente ao programa 9.10, referiu que redução é referente ao capital da SATA, que é um *one-shot*, ou seja, apenas ocorre num ano, que é o aumento de capital e que em 2023 já não se verifica.

O Deputado António Lima, salientou que, na área da energia existe uma diferença substancial *“para menos”* ao investimento previsto, realçando também preocupação quanto à execução, sendo expectável a não execução do SOLENERGE durante este ano, questionando sobre a desagregação da medida 9.1.2 – Produção e armazenamento de energia limpa – para compreender o que diz respeito ao SOLENERGE e a outros investimentos que estejam previstos.

Realçou ainda que, a regulamentação que o Governo fez ao SOLENERGE, *“traz dificuldades na sua implementação, nomeadamente na interpretação que é feita e nos próprios passos que estão vertidos na regulamentação, porque por aquilo que nos tem sido transmitido, para além da questão dos custos de instalação, há problemas com necessidade de as famílias adiantarem a verba na sua totalidade, que não foi isso que foi aprovado neste Parlamento. Ou seja, isso causa, em primeiro lugar, uma tremenda injustiça, de as pessoas que não têm o dinheiro para adiantar, ficarem arredadas do acesso a esse plano, e por outro lado coloca em causa a própria execução do plano”*, questionando como serão estes problemas tratados no futuro.

Referiu ainda que, relativamente à eficiência energética, tem o programa Eficiência + tendo em conta a intervenção inicial da Senhora Secretária, referiu estar direcionada à divulgação e sensibilização, sendo que nesta área *“a Região precisa de fazer muito mais que isso, é necessário investimento, porque de facto as nossas habitações, os nossos edifícios em geral, têm uma má eficiência energética, e o investimento é muito importante para reduzir o consumo de energia elétrica nas nossas casas”*.



Relativamente à medida “pobreza energética”, referiu ter uma verba *“muito pobre, eu não sei o que se faz com 44 mil euros, a medida tem uma boa intenção, mas não consigo perceber o que se faz nesta área com esta verba”*.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional referiu que, relativamente à questão da execução, o senhor Deputado António Lima ao fazer a pergunta já deu a resposta pois na realidade a aprovação da SOLENERGE foi já tardia, estando de momento a receber candidaturas, não havendo condições para estar a aprovar e executar *“à pressa, vamos fazer as coisas com o tempo que a apreciação destes projetos exige, e por isso em 2023 continuaremos essa ação”*.

Relativamente à desagregação do 9.1.2, referiu que o PROENERGIA possui 1 milhão de euros, prestação de serviços de apoio à comunicação e ao PRR, algo que é obrigatório no âmbito da regulamentação comunitária, possui 30 mil euros, e o Plano de Recuperação e Resiliência na componente SOLENERGE possui 25,5 milhões de euros.

Relativamente aos adiantamentos do SOLENERGE, informou que estes estão aprovados no plano, está aprovado no Decreto-Legislativo Regional, está regulamentado, e que o *“não podemos é obrigar as empresas a aceitar ou a cumprir, porque pode acontecer. As empresas podem de facto adiantar, fornecer e instalar e receberem diretamente do Governo Regional, porque é uma prerrogativa que está no Decreto Legislativo Regional, receber diretamente o pagamento. Se as empresas não o querem a fazer, nós não podemos obrigar. Eu conheço empresas que estão a fazer, conheço empresas que não estão a fazer e que até se queixam das que estão a fazer, mas também não conhecem a lei no seu todo”*.

Relativamente ao Eficiência +, informou que a verba está prevista e é para ações de sensibilização, de formação, de qualificação, no âmbito da eficiência energética para sensibilizar as famílias para a utilização de uma forma mais eficiente, para efetuar melhorias nas suas habitações se tiverem condições para tal.



Relativamente à Pobreza Energética referiu que *“são questões que passam muito pela sensibilização, é uma campanha de combate à pobreza energética, e como o próprio nome diz, são ações de sensibilização, embora haja sempre outros programas e nós temos também uma candidatura ao LIFE com projetos de eficiência energética nas indústrias, no âmbito da pobreza energética”*, realçando que os 44 mil euros são para ações de sensibilização para que as famílias tenham uma postura e comportamento mais eficiente e orienta-las para os sistemas de incentivos que temos à disposição – PRONERGIA e SOLENERGE.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Senhor Subsecretário Regional da Presidência, iniciou a sua intervenção por referir que das áreas da Presidência do Governo, que são alvo de análise por parte da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, iria debruçar-se sobre três programas, relacionados com os apoios ao media, Jornal Oficial e Coordenação da atividade governativa, sendo que *“o apoio aos media é o mais importante e com mais conteúdo nesta matéria.”*

Referiu que o programa de apoio à comunicação social procura versar nos domínios do desenvolvimento digital, da difusão informativa entre as ilhas e também para fora do arquipélago, da acessibilidade à própria informação por parte dos açorianos e a valorização profissional na comunicação social e apoio especial à produção.

Referiu reportando-se à sua intervenção, no ano anterior, sobre o plano de 2022, ter dado nota da necessidade de evolução na forma de apoiar a comunicação social, em resultado, na altura, das reações dos órgãos de comunicação social quanto aos apoios prestados pelo Governo. Realçou, por isso a valorização dos profissionais da comunicação social, que possui um valor global de 650.000 euros, dotação igual à prevista no ano de 2022.



Ainda no apoio aos órgãos de comunicação social, existe a medida - plataforma eletrónica de comunicação com o Cidadão, que se trata da reformulação do próprio portal do Governo dos Açores, a Plataforma *E-Citizen*, com dotação de 40.000 euros.

Relativamente ainda ao apoio aos órgãos de comunicação social, referiu a medida de financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e televisão, com uma dotação de 150.000 euros.

Relativamente ao Jornal Oficial e à medida de Acesso a bases de dados jurídicas, referiu que está inscrita uma dotação de 55.000 euros.

Realçou que a definição destes valores decorre das necessidades detetadas pelo Governo, e que a sua evolução está em linha com o que é definido para esta área de atuação governativa, bem como está em linha em relação a percentagens e montantes em comparação com anos anteriores.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado José Contente, Deputado António Lima e Deputado Pedro Pinto.

O Deputado José Contente, referindo-se aos dados que possui, solicitou confirmação por parte do Senhor Subsecretário Regional, para uma diminuição que se verifica no apoio aos media em 2023, questionando qual a razão para esta diminuição.

Em resposta, o Senhor Subsecretário Regional referiu que em 2022, a dotação inicial foi de 650.000 euros, que é a mesma proposta para o ano de 2023, ressalvando que houve uma dotação revista para 850.000 euros, no ano passado, que decorre da execução do programa.

Referiu ainda que *“aquilo que nós temos de 2022 é um limite, embora a dotação revista para 850.000 euros, temos um limite de 680.000 euros, e posso lhe dizer, neste momento*



e face à execução, temos cabimentados 361 mil euros, montante por pagar a aguardar portaria.” Acrescentou ainda que, o que acontece em relação a 2022, é que pelos montantes atribuídos, em função das candidaturas dos órgãos de comunicação social, o que foi entendido é que em 2023, os 650.000 euros serão suficientes para satisfazer as necessidades do programa.

O Deputado António Lima referindo-se ao Promédia, e não só pela descrição da medida no plano, mas também pelas palavras proferidas pelo Senhor Presidente do Governo Regional, numa reunião acerca deste programa, em que afirmou que o Governo poderia condicionar os apoios do Promédia ao cumprimento do acordo coletivo de trabalho dos jornalistas, questionou se o Governo irá apresentar uma proposta de alteração para que essa ideia seja concretizada no Decreto Legislativo Regional que legisla este programa – Promédia.

Em resposta, o Senhor Subsecretário Regional confirmou que o Governo Regional vai apresentar uma proposta de alteração ao Promédia, sendo esta uma intenção antiga, *“ e que vai em linha com o próprio programa do Governo, uma melhoria do programa e que tem precisamente como objetivo melhorar as qualificações e valorizar os profissionais da comunicação social.”*

O Deputado Pedro Pinto referindo-se ao apoio especial à produção, solicitou esclarecimentos sobre este tema, uma vez que considera existir uma carência de produção de conteúdos açorianos, e adiantou que *“em linha com aquilo que também são os compromissos da coligação e deste governo, gostaria que nos explicasse um pouco mais, quais são os objetivos pretendidos com este apoio especial à produção”*.

Relativamente à ação 1.1.3 - Financiamento de obrigações específicas de serviço público de notícias e de televisão, questionou sobre o conteúdo desta ação.

Em resposta, o Senhor Subsecretário Regional e relativamente ao apoio especial à produção, disse que este *“insere-se no capítulo dos 650.000 euros e, portanto, tem por*



objetivo, precisamente, apoiar a iniciativa das entidades que tem por função divulgar a informação através da produção que decorre precisamente dessa função.”. Informou não possuir os elementos do que foi atribuído em 2022, especificamente para essa área, apenas possui os montantes atribuídos a uma serie de entidades, no âmbito deste programa, referiu ter uma lista grande de entidades, referindo que algumas serão no âmbito do apoio especial à produção, não conseguindo, no entanto, de momento, especificar quais.

Relativamente ao financiamento de obrigações específicas de serviço público de notícias e de televisão, referiu ser uma rubrica já antiga, relacionada com o que o Governo Regional considera que é importante para promover a estabilização do serviço público de notícias e televisão na Região, uma função com componente nacional muito importante, que muitas vezes não é devidamente correspondida, procurando sempre o Governo Regional, e dentro das suas disponibilidades financeiras, *“levar a que os órgãos de comunicação social que têm esta função, nomeadamente a Rádio Televisão Portuguesa e a Lusa, recorram a esta disponibilidade, demonstrada pelo Governo Regional, através de apoios financeiros”*, que em 2023 são de 150.000 euros, que são superiores aos apresentados em 2022, promovendo assim o exercício da atividade da RTP e da Lusa nos Açores, como *“elementos essenciais até da própria estabilidade do nosso sistema político, democrático, social, económico, social (...)”*.



SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP, sem direito a voto, emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, do BE e do PAN, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, BE e do PAN, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Vila do Porto, 7 de novembro de 2022

A Relatora,

(Joana Pombo Tavares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Gabriel Eduardo)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICA GERAL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 45/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023” E N.º 46/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023”

7 DE NOVEMBRO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 4 de novembro de 2022, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023” e n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Política Geral, no dia 31 de outubro de 2022, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 7 de novembro de 2022.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.



Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias inframencionadas são competência da Comissão Permanente de Política Geral.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Política Geral a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambos para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Administração Pública, regional e local;
- Organização administrativa da Região;
- Ordem e segurança pública e proteção civil;
- Comunidades açorianas;
- Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;
- Tratados e Acordos internacionais;
- Habitação e equipamentos;
- Arrendamento urbano;
- Urbanismo;
- Prevenção e segurança rodoviária;
- Cooperação Regional
- Trabalho e formação profissional;
- Concertação social e mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual vertida neste documento estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2023.

A análise da presente proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre a análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas e na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2023.

Quadro

Plano Regional Anual para 2023

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Política Geral)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão, transição digital e representação	18.075.000	18.075.000	
1.3 Coordenação da atividade governativa	450.000	450.000	
1.4 Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	264.000	264.000	
1.5 Os Açores no Espaço Europeu	178.500	178.500	



1.6 Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - infraestruturas e equipamentos municipais	200.000	200.000	
1.7 Cooperação com os Municípios	1.817.627	1.817.627	
1.8 Cooperação com as Freguesias	853.873	853.873	
1.9 Emigrado e Regressado	52.000	52.000	
1.10 Identidade cultural e Açorianidade	223.000	223.000	
1.11 Imigrado e Interculturalidade	46.000	46.000	
2 – Desenvolvimento social e inovação	59.610.581	59.610.581	
2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	11.477.669	11.477.669	
2.7 Arrendamento acessível e cooperação			
2.8 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	429.255	429.255	



2.9 Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - habitações	18.299	18.299	
2.11 Cooperação institucional	175.000	175.000	
3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo	117.872.937	117.435.187	
3.2 Qualificação e emprego público	187.000	187.000	
3.3 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	4.393.649	4.393.649	
3.4 Eficiência no Serviço Público	1.205.000	1.205.000	
5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil	57.764.362	57.764.362	
5.14 Equipamentos e Comunicações	2.880.000	2.880.000	
5.15 Infraestruturas do SRPCBA	210.000	210.000	
5.16 Protocolos e Apoios	6.840.000	6.840.000	
5.17 Formação	247.000	247.000	
9 – Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas	250.831.959	224.978.000	25.853.959



10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral	65.817.329	30.000.000	35.817.329
10.2 Qualificação			
Profissional e Emprego	63.585.079	27.767.750	35.817.329

DA AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:

O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na alçada da Vice-Presidência e que se enquadram na Comissão de Política Geral.

Nesse sentido referiu que, no próximo ano, a Vice-Presidência do Governo terá um plano de investimentos na área da habitação que visa impulsionar as ações em curso, privilegiando o mecanismo de arrendamento com opção de compra, assim como manter uma política de habitação social que permita o acesso à habitação às famílias mais desfavorecidas.

Aludiu ainda que, apesar das dificuldades sentidas no mercado da construção civil na Região, decorrentes dos efeitos da inflação, o Governo dos Açores tentará avançar mais em 2023, cumprindo os compromissos plasmados no Programa do XIII Governo Regional e no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Contudo, antes de apresentar as linhas condutoras do plano da habitação para 2023, o Senhor Vice-Presidente apresentou um balanço dos resultados já alcançados na primeira metade da legislatura e comunicar o ponto de situação de ações em curso, nomeadamente:

- Os apoios concedidos na primeira metade da legislatura (até setembro de 2022) ultrapassaram os 27 M€ (27 662 410,57€), divididos pelos seguintes programas e cujas candidaturas foram deferidas:

Promoção de Habitação:

a. Construção de habitação – 482 971,20€;

b. Aquisição de Habitação (Particulares) – 135 607,89€;



- c. Operações Urbanísticas – 812 687,11€
- d. Operações de Inserção Social – 327 981,97€
- e. Infraestruturas de Trás-os-Mosteiros – 925 463,20€

Programa Famílias com Futuro, que prevê Habitação Social e Cooperação com as Autarquias (Contratos ARAAL):

- a. Aquisição/ Construção para Realojamento – 3 189 234,52€;
- b. Arrendamento /Subarrendamento – 2 936 898, 52€;
- c. Incentivo ao Arrendamento – 5 907 316,24€;
- d. Condomínios/Seguros – 720 001,16€
- e. Contratos ARAAL – 4 753 179,42€

Programa de Recuperação de Habitação Degradada, Reabilitação e Renovação Urbana:

- a. Térmitas – 418 961, 31€;
- b. Recuperação do Parque Habitacional da RAA – 2 080 864,14€;
- c. Programa Casa Habitada – Casa Renovada – 3 697 766,82€;
- d. Acordos de Protocolos com as Juntas de Freguesia e IPSS – 654 817,32€.
- e. Lorenzo – 53 387,82€
- f. Salvaguarda Zonas Risco – 214 172,85€
- g. Recuperação Bairro Aeroporto Santa Maria – 39 448,80€

Quanto às ações em curso, o Senhor Vice-Presidente destacou os apoios ao Incentivo ao Arrendamento que, em 2021, das 2104 candidaturas formalizadas, foram admitidas 1945 e referiu que os agregados jovens representam 32% do número total de candidaturas admitidas, o que demonstra a pertinência que este programa de apoio representa para esta franja da população. Por outro lado, os agregados monoparentais são também bastante significativos, no universo considerado, representando cerca de 33% do total. Em maio de 2022 foi aberto um



novo período para receção de candidaturas a este apoio, destinado ao Arrendamento Jovem tendo sido rececionadas 77 candidaturas, 66 das quais mereceram despacho favorável.

No programa Casa Renovada, Casa Habitada vertente do programa Renovar para Habitar, estão a decorrer os procedimentos de concretização dos apoios relativos aos processos autorizados na legislatura anterior, que permitirá melhorar as condições habitacionais de vários agregados, bem a instrução dos processos formalizados no ano em curso. Nestes inclui-se o apoio à desinfestação de imóveis afetadas com a praga de térmitas, bem como o apoio atribuído através de Acordos e Protocolos celebrados com Juntas de Freguesia e IPSS.

No âmbito dos Acordos e Protocolos, desde o início da atual legislatura foram celebrados diversos Acordos de Colaboração, entre a VPGR/DRH e as Juntas de Freguesia, e Protocolos de Cooperação com IPSS destinados a financiar a reabilitação de imóveis com afetação habitacional, que estando degradados, após reabilitados, permitiram o realojamento de famílias em situação de grave carência habitacional ao abrigo de contratos de arrendamento social. Com um investimento de cerca de 654 mil euros foram abrangidas, na beneficiação de imóveis habitacionais, 70 famílias. Nos contratos referidos anteriormente estão incluídos acordos e protocolos celebrados ao abrigo da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, que permitiram apoiar cerca de 56 famílias, com um investimento acima dos 167 mil euros.

O Senhor Vice-Presidente apresentou, em traços gerais, o plano de investimentos previstos para a habitação em 2023, referindo que:

No próximo ano, propomos um aumento global de perto de 538 mil euros no plano e destacamos a aposta no investimento do Parque Habitacional da RAA, seja pela reabilitação, seja pelo aumento de habitações a construir, aumentando, assim, a oferta de nova habitação disponível.

Afirmou que o Governo dos Açores não irá abdicar da responsabilidade social e, no que se refere aos apoios habitacionais, irá manter os diversos programas disponíveis, prevendo-se adaptá-los à atual conjuntura social, marcada pela inflação. A dotação total do plano ronda os 26 milhões de euros, estando previsto alocar, entre outros investimentos, nomeadamente:

- 229 mil euros à promoção e apoio à habitação própria e a custos controlados;
- 200 mil euros para promover e apoiar a Autoconstrução;



- perto de 5 milhões de euros para o Programa “Casa Renovada, Casa Habitada” e “Combate à Infestação de Têrmitas”;
- 4 milhões de euros direcionados ao incentivo ao arrendamento e cooperação;
- 292 mil euros para operações de inserção e reintegração social;
- 429 mil euros para conservação das instalações e equipamentos públicos.

Lembrou que o projeto “Arrendamento acessível e Cooperação”, ação 2.7, tem uma redução em cerca de 1,7 milhões de euros entre 2022 e 2023. Tal situação fica-se a dever à diminuição de verbas a transferir às Câmaras Municipais - Contratos ARAAL (-2 milhões de euros), uma vez que este Governo, em 2021 e 2022, regularizou os valores em dívida com os municípios, herdadas do anterior Executivo.

Recordou que, desde o início da presente legislatura, a Vice-Presidência do Governo já pagou o valor de 3,4 milhões de euros em encargos com os diversos contratos ARAAL celebrados com os municípios. Destes, 2,2 milhões de euros estavam em dívida quando este Governo iniciou funções.

O Senhor Vice-Presidente detalhou ainda que o reforço de verbas no projeto 2.6 “Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional”, que passa de 9 milhões de euros, em 2022, para 11 milhões, em 2023, referindo que este reforço de mais de 2 milhões de euros neste Projeto justifica-se com o início de empreitadas do PRR.

Deu o exemplo de no que se refere em específico à Ação 2.6.3 - “Reabilitação do parque habitacional da Região”, prevemos perto de 6 milhões de euros, sendo que mais de 4 milhões são financiados por fundos comunitários.

Em relação ao ano transato, são mais 4,3 milhões de euros que o Governo dos Açores irá investir nesta ação. Também a ação 2.7.2 – “Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado”, com verba prevista de mais de 9 milhões de euros, terá mais 7 de milhões suportados pelo PRR e mencionou que a execução do PRR nos Açores tem sido desafiante.

Em matéria de Habitação, e com uma dotação de 60 milhões de euros, o objetivo é investir na melhoria das condições do parque de habitação pública dos Açores através da construção de



novos edifícios, energeticamente eficiente, e da renovação do parque existente, respeitando critérios de eficiência energética.

Em 2021, o Governo dos Açores concluiu a construção de 24 novas habitações na Terceira e a reabilitação de 40 imóveis em 4 bairros de São Miguel (Bretanha, Santa Cruz, Salga e Fajã de Baixo), mas quanto ao futuro, em virtude da guerra na Ucrânia, da escalada de preços, dos efeitos sociais da inflação e dos constrangimentos sentidos no mercado da construção civil, a execução das metas do PRR tem sido de difícil concretização. Logo à partida, é preciso assumir que o valor alocado para a componente de habitação prevista no PRR, 60 milhões de euros, não corresponde, de todo, às necessidades atuais. A Madeira tem previsto, no PRR, para a habitação, 136 milhões de euros.

Recordou a ausência de mão de obra qualificada para a execução dos projetos de arquitetura e especialidades de engenharia, a falta de mão de obra na construção civil ou os atrasos nos licenciamentos e outras decisões externas ao Governo, são outros constrangimentos a ter em conta na execução do PRR.

Quanto aos principais investimentos previstos para a Aerogare Civil das Lajes, em 2023, o Governo dos Açores prevê um investimento de 3,6 milhões de euros.

Afirmou que a Aerogare Civil das Lajes, uma das principais gateway's dos Açores, viveu durante o ano de 2022 um dos melhores anos de sempre, no que ao tráfego de passageiros diz respeito.

Em 2022, houve 7 ligações internacionais, das quais 2 foram inauguradas este ano, nomeadamente Nova Iorque e Montreal e nos meses julho e agosto, ultrapassou-se a barreira dos 100.000 passageiros/mês. Também ao nível do movimento de aeronaves, em comparação com o mês homólogo de 2019, em outubro de 2022 registou-se mais 855 movimentos de aeronaves.

Assim, considerando que as previsões para os próximos anos, à semelhança do esperado para toda a região, são de crescimento, urge requalificar, reestruturar e dotar esta infraestrutura de instrumentos e mecanismos que aperfeiçoem a sua operacionalidade, melhorando as condições de trabalho e tornando-a mais atrativa para os visitantes. Neste sentido, pretende o Governo, durante o próximo ano, adquirir uma nova Estação Meteorológica Automática orçada em cerca de 500 mil euros que irá dotar a Aerogare Civil das Lajes de um equipamento de última geração, certificado segundo as normas da Organização da Aviação Civil Internacional, e que irá permitir aferir “in loco” as condições meteorológicas.



A par disso, e considerando que o atual terminal de passageiros se encontra muito perto do seu limite de tráfego, conta o Governo dar passos seguros no desenvolvimento do projeto de ampliação da Aerogare Civil das Lajes e de reabilitação do antigo hangar da Navy.

A Deputada Vitória Pereira (PSD) questionou que relativamente à ação 2.6 “Promoção, reabilitação e renovação habitacional” o reforço plasmado no Plano para 2023 se inclui verbas necessárias para a execução de requalificação e renovação do parque habitacional previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O Senhor Vice-Presidente respondeu referindo que os valores apresentados no plano para 2023 são previsões e que a sua execução dependerá de alguns fatores, nomeadamente dos aumentos de preços que temos vindo a verificar, em especial o preço da mão-de-obra que quase que duplicou desde o início da legislatura, mas que o Governo reforçou a verba em cerca de 4,3 milhões de euros já com essa intenção.

A Deputada Alexandre Manes (BE) questionou o ponto de situação em que se encontra os bairros Nascer do Sol e Beira Mar, uma vez que tem previsto uma verba de 300.000 € (trezentos mil euros) para o ano de 2023.

O Senhor Vice-Presidente respondeu afirmando que neste momento está a decorrer obras de reabilitação no bairro Beira Mar, concretamente em 24 apartamentos ali existentes e que foram encontrados num estado de grande degradação. Quanto ao bairro Nascer do Sol afirmou que o Governo anterior aceitou as casas deste bairro sem nenhuma condição e que neste momento existe a necessidade de resolver várias situações que estavam pendentes, entre elas o loteamento, alvará de loteamento e o licenciamento das casas, e que apenas após todo este processo terminar é que é possível avançar com a operação de loteamento e as obras de urbanização, alertando que todos estes processos são complexos e demorados. Recordou também que este processo só avançou com este Governo Regional e informou que o Governo tenciona lançar o concurso público para estas obras de reabilitação durante o segundo semestre do ano de 2023.

O Deputado Francisco Coelho (PS) questionou se o Governo dos Açores pretende continuar a diligenciar para aumentar a verba dedicada à habitação através de outros fundos, designadamente fundos comunitários. Quanto à Aerogare Civil das Lajes questionou se estão previstas obras para melhorar a operacionalidade daquela aerogare, uma vez que referiu num passado recente que havia problemas nas condições de operacionalidade.



O Senhor Vice-Presidente respondeu afirmando que o Governo dos Açores tem diligenciado e continuará a diligenciar para aumentar as verbas destinadas à habitação através de outros fundos, nomeadamente PO2030 e o PPR, e recordou que quando o Presidente da Estrutura de Missão do PRR visitou os Açores que o Governo Regional aludiu à necessidade dos Açores terem uma diferenciação positiva, quer ao nível de verbas, quer ao nível de prazos e também para a dispersão geográfica da Região. Referiu ainda que o Governo dos Açores irá evidenciar esforços, aliás como tem feito sempre até aqui. Quanto à questão colocada sobre a Aerogare Civil das Lajes respondeu que o edifício apresenta graves problemas da sua construção e que, por essa via, têm sido realizadas obras de melhoramento das condições de operacionalidade, suportadas pelo próprio empreiteiro, uma vez que o edifício ainda se encontra coberto pela garantia. Informou que foram realizadas intervenções no âmbito da cobertura do edifício, entre outros constrangimentos que têm sido corrigidos por este Governo Regional para que as condições de operacionalidade melhorem. Foram adquiridos ainda dois contentores de frio para que se conseguisse aumentar a capacidade de frio porque anteriormente era insuficiente para as necessidades. Recordou que aquele espaço foi exíguo e pequeno para todo o trabalho e capacidade que um terminal de carga exige e informou que o Governo dos Açores estará disponível para corrigir e mitigar qualquer constrangimento que seja necessário ultrapassar.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:

A Senhora Secretária, Dra. Berta Cabral, iniciou a sua intervenção referindo que em virtude da atual orgânica do Governo dos Açores e por via da concentração das obras públicas num único departamento, a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas apresenta uma proposta de investimento para 2023 de 250,8 milhões de euros.

Constatou que este representa cerca de 1/3 do total do Plano Anual Regional, distribuídos por 167 ações, algumas das quais ainda passíveis de desagregação em várias subações ou intervenções mais pontuais, abarcando uma atuação transversal à generalidade dos setores económicos e sociais da Região.

Ao nível das Obras Públicas, o plano de investimento prevê 87,7 milhões de euros, dos quais 36,1 milhões de euros são destinados à construção ou à reabilitação de estradas regionais. A estes devem ser somados 3 milhões de euros a aplicar em investimento no sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária, contemplando um reforço de ações veiculadas



pela Direção Regional da Mobilidade para a prevenção rodoviária e para o transporte regular coletivo de passageiros em várias ilhas.

A Senhora Secretária realçou, ainda, que existem 14,8 milhões de euros adstritos à criação e beneficiação de circuitos logísticos em 7 das 9 ilhas dos Açores, através da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), parcela esta que se reveste de importância crítica para a melhoria da circulação nas nossas vias rodoviárias e para a mobilidade terrestre, garantindo condições de segurança, acessibilidade e eficiência aos seus utilizadores.

Reforçou que estas são obras que representam intervenções estruturais com perspetiva de futuro, com o intuito de potenciar o crescimento económico e o desenvolvimento social, de forma sustentada, e contribuir para o reforço da coesão interna das nossas ilhas.

Ainda no âmbito das obras públicas, dado o âmbito abrangente desta Comissão Especializada e considerando as suas competências ao nível de infraestruturas e equipamentos, referiu que está previsto um investimento superior a 10 milhões de euros em construções escolares, materializando o compromisso deste Governo com o sucesso educativo nos Açores.

Indicou que o Governo dos Açores propõe com este Plano de investimentos a alocação de 4,5 milhões de euros em infraestruturas de Saúde; 1,2 milhões em infraestruturas de apoio às pescas; 1,2 milhões de euros em património cultural; e 1,2 milhões de euros em equipamentos de qualificação profissional, entre outras intervenções setoriais.

Não obstante, adiantou que o Governo tem noção que atravessamos um momento particularmente delicado e significativamente desafiante, sentindo, ainda, ondas de choque da pandemia de COVID-19, bem como os efeitos da guerra na Ucrânia, da crise energética, da pressão inflacionista e da falta de mão-de-obra. É um cenário de elevada exigência para o investimento em obras públicas e para a intervenção em equipamentos e infraestruturas fundamentais ao nosso modo de vida, como são as vias terrestres.

Lembrou que, em 2022, isto representou concursos desertos, aumentos exponenciais nos preços e constrangimentos na execução operacional de várias intervenções.

Por tudo isto, a componente do investimento público a realizar através da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas é demonstrativa, sobretudo, do sentido de responsabilidade; da procura pela otimização na aplicação de recursos; e do pragmatismo e realismo que a gestão dos bens públicos exige e que a atual conjuntura não dispensa.



Neste momento particularmente desafiante para o status quo da sociedade ocidental, é fundamental assegurar que há coerência entre o proposto e o executado, capitalizando as oportunidades de alavancagem do novo Programa Operacional 2030 e garantindo uma alocação de recursos – cada vez mais valiosos e escassos – de forma racional em cada uma das intervenções propostas.

É com este sentido de responsabilidade e com um plano de investimentos seletivo, mas audaz no aproveitamento das oportunidades existentes, que procuramos contribuir estruturalmente para a melhoria das condições de vida, do progresso social e do desenvolvimento económico da Região.

O Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) questionou sobre a materialização do projeto do Núcleo das Comunicações do Museu da Horta, uma vez que no Plano par 2023 tem uma ação para a conclusão do projeto e lançamento da empreitada.

A Senhora Secretária Regional respondeu afirmando que o Governo dos Açores estima que o projeto fique concluído no primeiro semestre de 2023, com um investimento de cerca de 200 mil euros e que a empreitada será um investimento plurianual da ordem dos 4 milhões de euros.

A Deputada Alexandra Manes (BE) questionou que metas tem o Governo dos Açores para o ano de 2023 relativas aos circuitos logísticos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e a razão da exclusão das ilhas das Flores e do Corvo desses circuitos logísticos. Questionou ainda para quando será lançado o concurso para a 2ª fase da via Furnas/Povoação.

A Senhora Secretária Regional respondeu que estão previstos 14,8 milhões de euros para os dez circuitos logísticos em execução do PRR para 2023 e que as metas estabelecidas e os valores para cada uma destas ações são as seguintes:

- Ilha São Miguel, com um investimento de 7 milhões de euros:
 - Circuito de São Roque - em fase de conclusão;
 - Variante ao Portal do Vento - será consignada durante o mês de novembro;
 - Empreitada das Capelas - conclusão do projeto no 1º trimestre de 2023;
- Ilha de Santa Maria, com um investimento de 1,4 milhões de euros:
 - Variante à Vila do Porto;
- Ilha Terceira, com um investimento de 400 mil euros:
 - Prolongamento e ligação da Vitorino Nemésio ao centro da ilha Terceira - conclusão do projeto em janeiro de 2023;



- Ilha Graciosa, com um investimento de 500 mil euros:
 - Transversal na ilha Graciosa - lançamento do concurso para a empreitada até ao final do ano de 2022 e execução ao longo do ano de 2023;
- Ilha de São Jorge, com um investimento de 1 milhão de euros:
 - Transversal na ilha - lançamento do concurso para a empreitada no 1º trimestre de 2023;
- Ilha do Pico, com um investimento de 1,5 milhões de euros:
 - Circular à Vila da Madalena - lançamento do concurso para a empreitada até ao final do ano de 2022;
- Ilha do Faial, com um investimento de 3 milhões de euros:
 - Segunda fase da variante da cidade da Horta - lançamento do concurso para a empreitada até ao final de 2022;

A Senhora Secretária Regional referiu ainda que os prazos apresentados são apenas previsões e que, por vezes, existem outras condicionantes que fazem com que as previsões se alterem e deu o exemplo das expropriações que muitas vezes demoram mais do que previsto.

Quanto ao facto de as ilhas das Flores e do Corvo ficarem excluídas destes circuitos logísticos, a Senhora Secretária referiu que se tratou de uma decisão de prioridades objetivas e considerando as necessidades efetivas de cada uma das ilhas. Lembrou que as ilhas das Flores e do Corvo tem a decorrer outros investimentos significativos, nomeadamente a construção do Porto das Lajes das Flores.

A Senhora Secretária referiu ainda que não existe prazo para o lançamento do concurso para a 2ª fase da via Furnas/Povoação por ainda não haver projeto e, portanto, o Governo dos Açores está a decidir e a estudar as melhores soluções/hipóteses para avançar com o lançamento da elaboração do projeto.

A Deputada Isabel Teixeira (PS) questionou a razão para a diminuição de verbas destinadas à ação 9.32.23 - Estabilização da zona adjacente ao quartel dos bombeiros da Calheta de São Jorge, uma vez que estão previstos para 2023 apenas 15 mil euros, quando em 2022 estavam cerca de 104.400 € que não foram executados.

A Senhora Secretária Regional respondeu que no ano de 2022 foram adjudicados os levantamentos topo-hidrográficos e foram concluídos os estudos geológico e geotécnico. Mencionou ainda que já houve um grande investimento feito durante o ano de 2022 e que a verba prevista para o ano de 2023 será para permitir a contratação do projeto de execução.



DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

A Senhora Secretária Regional iniciou a sua intervenção referindo que a Proposta de Plano e Orçamento para o ano de 2023 na área da qualificação profissional e emprego, tem um investimento previsto de 63.585.079 €, dos quais 27.767.750 € são afetos pelo ORAA.

A Senhora Secretária referiu também que se assiste a uma redução da dotação total afeta à área da qualificação profissional e emprego face o ano anterior, que se deve em parte à revogação dos programas inseridos nas medidas COVID que tiveram um forte impacto orçamental nos anos de 2020, 2021 e ainda em 2022.

Disse que após uma primeira fase em que o investimento do Governo Regional esteve orientado para a manutenção dos postos de trabalho, como resposta aos efeitos do combate à pandemia; seguiu-se já na fase menos aguda da COVID-19, o apoio à criação de postos de trabalho, com vínculo laboral estável, como forma de estimular a recuperação económica, levando a que o desemprego registado no Centro de Qualificação e Emprego (CQE) tenha vindo a baixar de forma constante durante todo este ano, atingindo mínimos históricos durante este verão, apenas comparável ao ano de 2012, ano em que se considerava que a Região estava em pleno emprego.

Informou que em setembro de 2022, estavam inscritos no CQE 5600 desempregados e que no período de outubro de 2020 a setembro de 2022, o desemprego registado diminuiu 19,4%, tendo esta diminuição um impacto maior no desemprego dos mais jovens, ou seja, em setembro de 2022 existiam menos 39,6% de jovens com menos de 25 anos inscritos no CQE e menos 31% de desempregados com 25 a 34 anos inscritos no CQE.

Mencionou ainda que nesse mesmo período, verificou-se uma redução de 27,7% dos desempregados inscritos há menos de 1 ano. Ora, num quadro de redução de desemprego e do aumento de ofertas de emprego, a verdade é que continua a existir desempregados que ainda não conseguiram beneficiar das medidas de apoio à contratação, porque o mercado de trabalho não validou essas competências.

Assim, afirmou a Senhora Secretária que estamos perante um novo paradigma de desemprego nos Açores, que nos motiva ao reajustamento das verbas afetas às medidas de emprego para a qualificação e reconversão, não descurando os estágios profissionais que constituem efetivas portas de entrada para o mercado de trabalho e que, tendo sido recentemente melhorados (em



termos de valores da bolsa atribuída, criação do Estagiar +, alargamento dos prazos de candidatura), implica uma dotação superior face ao ano 2022.

Assim, estamos perante um Plano que permite dar resposta aos desafios que antecipamos para o próximo ano; que mantém o investimento público da Região dos últimos dois anos; (se retiramos o valor executado em medidas COVID – no último ano foram executados mais de 4 milhões e no ano 2021 mais de 30 milhões) e que está projetado para um ano em que só se prevê os reembolsos dos fundos comunitários para o final desse mesmo ano.

A Senhora Secretária Regional disse ainda tratar-se de um plano e orçamento realista, de endividamento zero e que assegura as condições materiais para a valorização dos açorianos, por via da criação e manutenção de postos de trabalho, por um lado, e pela qualificação, por outro.

Assim sendo, o plano de investimentos proposto operacionaliza as grandes opções das Orientações de Médio Prazo em consonância com o preconizado no Programa do XIII Governo dos Açores que têm como grandes objetivos sectoriais:

- Reforçar a qualificação profissional;
- Aumentar os níveis de empregabilidade;
- Fomentar a estabilidade contratual;
- Reduzir os níveis de precariedade laboral;
- Atender aos grupos sociais mais vulneráveis e aos desempregados de longa duração, para promover a sua integração no mercado de trabalho.

Neste sentido, o Plano reflete uma política de reajustamento e criação de novas ações que melhor respondam aos desafios da empregabilidade dos Açorianos, colocando o foco no reforço das qualificações dos desempregados mais fragilizados, dotando-os de competências procuradas pelo mercado de trabalho, através de medidas combinadas de formação e experiência profissional, para que possam ser reconvertidos para os setores onde existe oferta de emprego.

Afirmou ainda que o objetivo primordial do Governo dos Açores é formar para empregar. Por isso, adiantou que o Governo está em fase de implementação do Gabinete de Orientação



Vocacional e Profissional (GOVP), que será uma resposta para os jovens NEET, desempregados de longa duração e desempregados mais vulneráveis, na medida em que se pretende em primeira instância, acolher, diagnosticar, categorizar e trabalhar os perfis desses desempregados, envolvendo-os no seu processo de (re)integração no mercado de trabalho, e na definição das etapas desse percurso.

Este projeto tem o seu início no CQE, em Ponta Delgada, seguindo-se a sua abertura em Angra do Heroísmo e na Horta.

Trata-se de um novo instrumento que irá permitir uma atuação personalizada na resolução do problema individual de desemprego, numa ótica de acompanhamento ao desempregado, onde será elaborado um plano pessoal de emprego (PPE), traduzindo-se num itinerário previsível para a melhoria do perfil de empregabilidade, definindo as etapas necessárias e facilitadoras à sua (re)integração no mercado de trabalho, que inclui a componente formativa.

Importa ainda referir que a intervenção deste Gabinete pressupõe uma rede alargada de parceiros, desde entidades públicas, associações e organizações da sociedade civil, cuja composição já está a ser articulada por esta Secretaria e sobre a qual será dada nota pública em breve.

A verdade é que, com a criação deste Gabinete pretende-se que nenhum açoriano desempregado fique sem qualquer resposta na área do emprego!

No que respeita à qualificação e requalificação da população ativa, serão maximizados os apoios disponibilizados no PRR, seja pela concretização de um plano de formação abrangente, onde se oferece Cursos Técnicos Superiores Profissionais, apoios à frequência de licenciaturas para maiores de 23 anos e cursos de pós-graduação, seja pela medida recentemente aprovada em Conselho de Governo Qualifica.In, que se destina à criação de cursos de formação feita "à medida" das especificidades inerentes a cada setor de atividade económica, de forma a qualificar os seus recursos humanos, no caso dos empregados, e reconverter os desempregados para os sectores onde existe falta de mão de obra.

Essa medida estará em execução em simultâneo com a Form.Açores, que já vai na sua 2ª edição, desta feita direcionada para os ativos empregados e que é mais um exemplo do investimento do Governo dos Açores na valorização dos trabalhadores e no reforço da produtividade e competitividade das empresas.



Para terminar, reiterou que este plano e orçamento que reflete ambição, vontade política e compromisso.

A Deputada Alexandra Manes (BE) questionou se o Governo dos Açores pretende criar alguma medida ou programa, por forma a minimizar a conclusão do Programa Jovem Pro que o Governo decidiu não dar continuidade.

A Senhora Secretária Regional respondeu que usufruíram deste programa até 31 de agosto de 2022 um total de 607 jovens, sendo que deste cerca de 418 ficaram empregados após a frequência deste estágio, ou seja, são 73% de jovens que frequentaram este programa e que ficaram empregados no seu final. Informou ainda que este programa foi criado por forma a dar uma resposta pós pandemia aos mais jovens e que o desemprego jovem tem apresentado uma tendência decrescente ao longo dos últimos meses, tendo apresentado mínimos históricos em setembro de 2022, onde estavam desempregados 729 jovens, ou seja, menos 16% quando comparado com o mesmo mês de 2021 e menos 22% quando comparado com o mês de setembro de 2019 o que atesta as medidas de apoio criadas por este Governo Regional, desde logo os programas de incentivo à contratação, nomeadamente os programas Contratar.

Seguidamente o Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) questionou se o Governo dos Açores pretende aumentar as qualificações não só dos desempregados, mas também dos empregados, independentemente de estarem a frequentar algum programa ocupacional, uma vez que é com a qualificação e com a empregabilidade de cada um que se consegue aumentar a produtividade e assim almejar novos patamares profissionais.

A Senhora Secretária Regional respondeu que o XIII Governo Regional dos Açores pretende aumentar, tal como tem vindo a fazer nos últimos anos, a componente formativa de cada um, em especial os desempregados mais vulneráveis, nomeadamente os mais jovens. Informou ainda que até ao momento cerca de 915 jovens fossem contratados com os programas de incentivo à contratação, o Contratar, o que é um resultado bastante significativo e positivo da política alcançada em não querer perpetuar os jovens em programas de estágio por vários anos sem qualquer perspetiva de futuro. Enalteceu ainda que no que diz respeito ao incremento da formação de ativos, a Senhora Secretária Regional referiu que existem duas grandes medidas de formação, nomeadamente Qualifica.In e o FormAçores.

O Deputado Francisco Coelho (PS) questionou qual a percentagem de trabalhadores que têm o grau de licenciatura no sector privado, qual a percentagem de trabalhadores do sector



empresarial regional que recebem apenas o salário mínimo e o que pretende o Governo Regional implementar para encorajar a contratação coletiva de forma mais célere e mais eficaz na Região.

A Senhora Secretária Regional respondeu que o Governo dos Açores não possui informação da percentagem de trabalhadores do privado com o salário mínimo ou com o ensino superior, uma vez que os privados não entreguem essa informação ao Governo. Quanto ao encorajamento à contratação coletiva, a Senhora Secretária Regional respondeu que essa negociação também tem de partir dos sindicatos que representam os trabalhadores e que não podem estar sempre à espera que seja o Governo a encetar todos os esforços, apesar de este Governo ter vinda a fazer todos os esforços nesse sentido.

A Deputada Sabrina Furtado (PSD) questionou existe alguma previsão de o Governo dos Açores criar algum tipo de formação específica para todos aqueles que ficam de fora das oportunidades de emprego, uma vez que muitas empresas têm mencionado que não encontram mão de obra qualificada para as necessidades existentes em que a Senhora Secretária respondeu que o Governo dos Açores implementou, desde o início da legislatura, uma estratégia de formação mais abrangente, mas ao mesmo tempo que possa ir ao encontro das necessidade das empresas e dos empresários. Informou que o Governo irá implementar, tal como anunciou em primeira mão, a criação de um gabinete de orientação vocacional e profissional, sendo que o objetivo deste gabinete é, precisamente, orientar e vocacionar, em termos profissionais, cada um dos desempregados para a sua área e que será um instrumento para realizar um diagnóstico do perfil mais adequado às necessidades do mercado.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

O Senhor Secretário Regional, Dr. Clélio Meneses, iniciou a sua intervenção referindo que o investimento previsto para a área da proteção civil é de 10,2 milhões de euros, o que significa um aumento de 7% relativamente ao plano de 2022. Referiu também que há o incremento de verbas em alguns projetos, nomeadamente nos equipamentos e comunicações, com um aumento de 26% e com investimento previsto de 2.880.000 € e em viaturas de emergência, com investimento de 700.000 € e viaturas do corpo de bombeiros com 1.450.000 €.



No que diz respeito à construção de infraestruturas está previsto o início do processo relativamente aos quartéis do Nordeste e de Vila Franca do Campo, uma vez que ficaram concluídos os processos de construção dos quartéis de bombeiros da Povoação e do Faial.

Disse ainda que em relação aos Protocolos e Apoios existe um aumento de 8.3% estando previsto um investimento de 6.840.000 €, onde o mais significativo e prioritário é o apoio aos transportes terrestres de emergência. Esta é uma área que tem merecido a intervenção de vários agentes políticos e das próprias associações e corpos de bombeiros fazendo que, desde 2020, houvesse um aumento de 33% relativamente ao apoio aos transportes terrestres de emergência, representando cerca de 1,4 milhões de euros.

Quanto à Formação, o Senhor Secretário Regional mencionou que existe um aumento de 53% em comparação com a verba no ano de 2022, o que representa o esforço do Governo dos Açores de ir ao encontro das preocupações das associações e corpos de bombeiros.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Senhor Subsecretário Regional da Presidência, Dr. Pedro Faria e Castro, iniciou a sua intervenção fazendo um resumo das áreas que estão na sua alçada e que se enquadram na Comissão de Política Geral, nomeadamente a Cooperação com o Poder Local, Comunidades Açorianas e Assuntos Europeus e Cooperação Externa.

Nesse sentido referiu que, no próximo ano, o Governo Regional terá um plano de investimentos na área da Cooperação com o Poder Local com uma verba de 2.871.500 € que pretende assegurar mecanismos de coordenação e cooperação técnico financeira que garantam no ano de 2023 o cumprimento dos requisitos da transparência, da objetividade, previsibilidade e da equidade. Pretende também conceder, no quadro regulamentar de enquadramentos da cooperação técnico financeira com as juntas de freguesia e as associações de freguesias dos Açores, que cumprem integralmente os requisitos determinados no programa do XIII Governo dos Açores.

Disse ainda que o Governo dos Açores pretende elaborar propostas de atualização do regime de cooperação técnico financeira, no âmbito dos contratos ARAAL; prosseguir a regularização da transferência para os municípios da Região da participação na receita do IRS relativo aos anos de 2009 e 2010; definir critérios para a regularização da participação dos municípios da Região



Autónoma dos Açores na receita do IVA, nos termos previstos no regime financeiro das autarquias locais; implementar uma plataforma informática de apoio técnico às freguesias, nomeadamente nas candidaturas a serem apresentadas no âmbito do novo regime de apoio técnico financeiro; dar continuidade à realização de ações de informação e formação para autarcas e acompanhar e disponibilizar todos os meios necessários junto dos municípios dos Açores na revisão dos respetivos Planos Diretores Municipais. Todos estes objetivos estão inseridos em projetos no âmbito da cooperação com os municípios com um valor previsto de 1.817.627 € e com as freguesias com um valor previsto de 853.873 €.

Em relação à área das Comunidades onde está inserido também questões com a emigração e imigração e onde assenta em três projetos fundamentais, nomeadamente:

- Emigrado e Regressado - visa apoiar projetos a desenvolver formas de cooperação com entidades, instituições, organizações e associações que tem por objetivo a integração plena dos imigrantes nas sociedades de acolhimentos e que contempla uma verba de 52 mil euros;
- Identidade Cultural e Açorianidade - assenta na relação da promoção da própria preservação e identidade cultural das comunidades e da sua ligação aos Açores, nomeadamente, o funcionamento da Rede Mundial das Casas dos Açores, bem como o funcionamento dos órgãos representativos da diáspora, como o Conselho da diáspora Açoriana e o Conselho Mundial da Casa dos Açores e que conta com uma verba prevista de 223 mil euros;
- Imigrado e Interculturalidade - pretende promover a integração das comunidades imigradas nos Açores e também interculturalidade, mediante a realização e apoio de projetos nessa área e protocolar com as associações que têm trabalhado junto das comunidades de imigrantes, bem como a lecionação de cursos de português para falantes de outras línguas e que prevê uma verba de 46 mil €.

O Senhor Subsecretário Regional apresentou ainda as linhas gerais para a área dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa referindo que esta é uma área de extrema importância para o Governo dos Açores por se tratar da necessidade de assegurar uma ligação com os parceiros internacionais e com o Estado Português. Explicou que existem dois capítulos, um primeiro capítulo intitulado Relações com o Atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores, que contem programas de cooperação inter-regional, que são financiados pela União Europeia e com dotação orçamental elevada, que representam um fator importante para os Açores



porque significa a perspetiva que a União Europeia olha para os Açores e para as outras regiões ultraperiféricas, nomeadamente o programa HEXAGONE e o INTEGRA.

Referiu também que estes projetos são fundamentais e importantes não só para o desenvolvimento da nossa cooperação com essas regiões e com aquilo que pudermos também beneficiar dessa cooperação, mas também pela forma como a própria União Europeia olha para as regiões ultraperiféricas e também no nosso caso em concreto para a Região Autónoma dos Açores.

O Senhor Subsecretário lembrou ainda que os Açores têm um gabinete de representação em Bruxelas, que é o principal representante junto das instituições da União Europeia. Este gabinete é constituído por um coordenador que faz a articulação com as políticas da União Europeia com o Governo dos Açores.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

O Secretário Regional, Dr. Duarte Freitas, iniciou a sua intervenção referindo que:

- O XIII Governo Regional prossegue uma política de valorização das condições remuneratórias dos trabalhadores da administração pública regional dos Açores, através do aumento de 5% da remuneração complementar, abrangendo cerca de 9000 trabalhadores e que acresce ao aumento significativo de 12,5% registado em 2022;
- Também, prossegue a política de valorização das habilitações literárias e profissionais dos trabalhadores, através dos processos de mobilidades intercarreiras e intercategorias, até 5% do total de trabalhadores da administração pública regional (desde que iniciamos, em junho, o processo das mobilidades intercarreiras, já foram autorizadas 21 mobilidades);
- Continua a diminuição da precariedade do vínculo de emprego dos trabalhadores, recorrendo cada vez menos aos programas socio profissionais (atualmente são 671 quando em janeiro de 2022 eram 1365) para suprir necessidades permanentes dos serviços e promovendo a admissão de trabalhadores através da abertura de procedimentos concursais, em áreas consideradas cruciais para o bom desempenho dos serviços públicos (educação com recrutamento de 224 assistentes operacionais para a educação, e saúde com 74 assistentes operacionais, 49 enfermeiros e 31 médicos);



- Mantém-se a utilização do instrumento das Pré-reformas para rejuvenescer os quadros e racionalizar os efetivos (desde o início do ano foram autorizados 35 processo de pré-reforma, sendo que, destes, 23 foram já depois do despacho do SRFAP de junho passado, tendo atualmente a APR 2.601 trabalhadores com 60 ou mais anos elegíveis para os processos de pré-reforma);

O Senhor Secretário Regional mencionou ainda que, desde o início da legislatura, foram abertas 1247 vagas, sendo 523 para assistentes operacionais; 241 técnicos superiores; 131 assistentes técnicos; 67 enfermeiros, e estima-se que, em 2023, entrem para a reforma cerca de 379 trabalhadores.

Por outro lado, informou que o Governo dos Açores continuará a dar o apoio necessário para as despesas de funcionamento dos serviços sociais dos trabalhadores (AFARIT e COOPDELGA).

Quanto à formação profissional, mencionou que o Centro de Formação da Administração Pública dos Açores (CEFAPA) reforçará a sua oferta formativa em áreas relacionadas com as temáticas da implementação de novos modelos de comportamento, de liderança e de comunicação interpessoal, com a célere evolução das tecnologias de informação (TIC), bem como em áreas em que a entrada em vigor de novas medidas legislativas torna indispensável habilitar os trabalhadores de conhecimentos e competências cabais.

O Senhor Secretário Regional disse ainda que iniciar-se-á a implementação e operacionalização do Sistema Integrado de Gestão de Proteção de Dados do Governo Regional dos Açores que visa adequar a gestão dos processos de prestação de serviços, da administração pública regional, ao cumprimento do regulamento.

Quanto à transparência e prevenção de riscos de corrupção (Artigos 43.º a 45.º da proposta do ORAA/2023) afirmou que serão implementadas medidas de prevenção de riscos de corrupção na Administração Pública Regional, promovendo a criação de instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, que incluía, nomeadamente:

- Um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR);
- Um Código de Conduta;
- Um Programa de Formação;
- Um Canal de Denúncias.



Na sua intervenção, o Senhor Secretário Regional, informou também que o Governo pretende reativar o Conselho Consultivo da Administração Pública Regional, tal como está plasmado no seu Programa de Governo, e depois de ter consultados os Sindicatos representativos dos trabalhadores da Administração Pública Regional e de ter recebido os seus contributos valiosos nesta matéria.

A terminar, reforçou que tal como também está previsto no Programa do Governo, será apresentada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores proposta de revisão do Decreto Legislativo Regional que adapta à Região o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Local e Regional do Estado, com o objetivo de instituir na Região a CRESAPA, que permitirá assegurar, com maior transparência, rigor e isenção, o processo de seleção dos dirigentes da Administração Pública Regional.

A Deputada Alexandra Manes (BE) questionou se o Governo dos Açores prevê abrir concursos para a integração de profissionais para a área da Cultura, uma vez que os concursos que estão a decorrer são em regime de mobilidade e que, segundo informação que tem, existem muitos trabalhadores em regime de prestação de serviços, ou seja, a recibos verdes, que estão a terminar no final deste ano de 2022 sem qualquer previsibilidade e que poderão ser dispensados quando estiverem todos estes anos a desempenhar funções de carácter permanente e que poderão ser substituídos por pessoas que concorrem por mobilidade de outros setores e departamentos governamentais.

O Senhor Secretário Regional respondeu que o XIII Governo Regional dos Açores tem feito um esforço adicional no combate à precariedade e na efetivação de que quando houver necessidades permanentes estas devem ser colmatadas com contratos de trabalho efetivo, ou invés de se usar prestações de serviços ou programas ocupacionais para satisfazer essas necessidades. No entanto, referiu que para satisfazer essas necessidades é preciso seguir as regras e leis atualmente em vigor para a contratação pública, neste caso a abertura de concurso por mobilidade e só depois se não houver qualquer candidato, a abertura de concursos para integração de novos trabalhadores, aliás como tem sido feito durante esta legislatura.

Disse ainda que o Governo prevê a abertura de novos concursos, aliás como foi possível verificar no ano de 2022 nas áreas da saúde e da educação onde se abriu concursos conforme as necessidades e essas pessoas poderão aceder a esses concursos.



O Deputado Francisco Coelho (PS) questionou se o Governo encara a possibilidade de o orçamento vir a consagrar a cobertura de situações de trabalhadores em regime de prestação de serviços que estejam na iminência de serem excluídos, por forma a corrigir essas injustiças e iniciarem processos de regularização especial na administração pública, tal como aconteceu no passado. Relembrou que estes trabalhadores prestaram e continuam a prestar um serviço público de qualidade, cumprindo com o seu horário e com a obediência, obviamente, à direção dos serviços e que existe um conjunto de pessoas que, por diversas razões, corre o risco de serem dispensados sem qualquer justiça.

O Senhor Secretário Regional respondeu que o Governo Regional tem vindo a trabalhar em soluções que minimizem estas situações e apresentou o exemplo de abertura de concursos desde o início da legislatura em que são evidentes na demonstração de que pretendemos regularizar situações menos corretas dentro da administração pública. No entanto informou que a regularização extraordinária não está prevista neste orçamento.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer positivo, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer positivo, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer positivo, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Política Geral deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD, CDS-PP e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e BE, emitir **parecer favorável**, à **Proposta Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”**.

Conforme despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia.

Ponta Delgada, 7 de novembro de 2022

O Relator

Flávio Soares

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Elisa Sousa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ASSUNTOS SOCIAIS

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 45/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023” E N.º 46/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023”

7 DE NOVEMBRO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 3 de novembro de 2022, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023” e 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Sociais no dia 31 de outubro de 2022, com data limite para emissão de parecer setorial e envio deste à Comissão Especializada Permanente de Economia até ao dia 7 de novembro de 2022.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região



Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, a matéria da presente iniciativa, abaixo identificada, é da competência da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Sociais a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Apoio à família e às migrações;
- Educação;
- Juventude;
- Cultura;
- Ciência, investigação e inovação tecnológica;
- Solidariedade e segurança social;
- Igualdade de género e combate à discriminação;
- Pobreza e exclusão social;
- Promoção da infância;
- Apoio a idosos;
- Apoio a cidadãos com necessidades especiais;
- Serviço Regional de Saúde;
- Atividade privada de saúde no seu relacionamento com o Serviço Regional de Saúde;
- Saúde pública e comunitária;
- Saúde e desporto escolar;
- Prevenção e combate às dependências;
- Segurança alimentar;
- Promoção de estilos de vida saudáveis;
- Atividade desportiva profissional e não profissional.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2023 inicia-se o terceiro ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional dos Açores durante o ano de 2023.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2023, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2023, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2023

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão, transição digital e representação			
1.9 – Emigrado e Regressado	52.000	52.000	
1.10 – Identidade cultural e Açorianidade	223.000	223.000	
1.11 – Imigrado e Interculturalidade	46.000	46.000	
1.12 - Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	840.000	840.000	
1.13 - Ações de valorização e promoção da transição e transformação digital	294.381	294.381	



1.14 – Transição e transformação digital no âmbito do PRR	3.071.685	3.071.685	
1.16 – Sistemas de informação e infraestruturas de suporte	3.301.694	3.301.694	
1.17 – Cibersegurança e segurança da informação	341.400	341.400	
1.18 – Redes públicas e tecnologias de comunicação	85.840	85.840	
2 – Desenvolvimento social e inovação			
2.1 – Apoio à Infância e Juventude	2.830.412	2.830.412	
2.2 – Apoio à família, Comunidade e Serviços	4.750.000	4.750.000	
2.3 – Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	3.500.000	3.500.000	
2.4 – Apoio a Idosos	5.170.000	5.170.000	
2.5 – Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	25.017.118	25.017.118	
2.12 – Programa de incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA)	5.026.100	5.026.100	
2.13 – Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação	205.000	205.000	
2.14 – Promoção de ecossistemas tecnológicos e digitais	312.850	312.850	
2.15 – Construção de parques de ciência e tecnologia	1.066.182	1.066.182	



3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo			
3.5 - Serviços Sociais	173.400	173.400	
4 – Educação e dinâmica cultural	33.243.147	33.150.000	93.147
5 – Promoção da Saúde, e Proteção Civil	57.764.362	57.764.362	
10 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral			
10.1 - Juventude	1.520.000	1.520.000	

Não foi incluído no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das Obras Públicas (programa 9) mas que são respeitantes a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Sociais:

- a) 9.25 – SREAC – Construções Escolares;
- b) 9.26 – SREAC – Reparação das Instalações da SREAC;
- c) 9.27 - SRSD – Instalações Desportivas;
- d) 9.28 – SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas;
- e) 9.29 – SRSD – Beneficiação de Infraestruturas;
- f) 9.33 – VPGR – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia;
- g) 9.34 - SREAC – Defesa e valorização do Património Arquitetónico e Cultural;



O Vice-Presidente do Governo Regional iniciou a sua intervenção a referir que “O plano de investimentos para o próximo ano para a área social é de cerca de 41 milhões de euros, o que representa um aumento de 45% em relação a 2022. São mais 13 milhões de euros do que este ano. Trata-se de um investimento sem paralelo na história da autonomia destinado ao social e às pessoas”

Mais de metade desse montante (25 milhões de euros) é reservada a investimentos nas áreas da “igualdade de oportunidades, inclusão social e combate à pobreza”.

Entre as medidas destacadas pelo Vice-Presidente do Governo Regional está o programa "Nascer Mais", iniciado em 2022 e proposto pelo Chega. O programa, que prevê a atribuição de 1.500 euros por criança nos 12 concelhos do arquipélago com maior quebra populacional, terá uma verba de 1,5 milhões de euros em 2023 (mais 300 mil euros do que em 2022), montante que pode ser gasto apenas em farmácias. Permite gastar naquilo que é essencial ao crescimento e ao bem-estar da criança, devidamente controlado e fiscalizado.

Em 2023, a creche será gratuita em todos os escalões nos Açores, assim como o acesso a amas, que terão um novo regulamento e um maior vencimento.

“Ao todo são cerca de 3.000 crianças abrangidas com esta política”, avançou Artur Lima.

O executivo previa isentar na totalidade as mensalidades das creches até ao final da legislatura (2024), mas decidiu antecipar a medida “em virtude do aumento do custo de vida e da necessidade de adotar as melhores políticas no imediato”.

O governante salientou ainda a alocação de “cerca de 2 milhões de euros” para o programa "Novos Idosos", cuja contratação pública está “quase em fase de conclusão” nos concelhos de Ponta Delgada e Praia da Vitória.

A proposta de Plano de Investimentos prevê ainda um aumento de 15% do complemento ao abono de família, do complemento regional de pensão, do complemento especial para doentes oncológicos (CEDO) e do complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (Compamid).

Na área da ciência e tecnologia, também tutelada pela Vice-Presidência, está previsto um reforço de verbas para a academia açoriana.

“Este Plano e Orçamento aposta no desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores, prevendo-se em 2023 atribuir a esta vertente um valor direto de 800 mil euros, o mais alto da última década”, afirmou Artur Lima.

Abertas as rondas de questões, inscreveram-se os deputados José Pacheco (CH), Carlos Freitas (PSD), Célia Pereira (PS) e Rui Martins (CDS-PP).



Questionado pelo deputado José Pacheco (CH) sobre o reforço de fiscalização da atribuição do Rendimento Social de Inserção (RSI), o governante disse que já houve um reforço de cinco inspetores e que, nos últimos dois anos, houve uma “descida substancial” do número de beneficiários.

“Tivemos uma descida substancial, não só devido a isso, mas a um conjunto de fatores. Em novembro de 2020, eram cerca de 14.200 beneficiários. Em setembro de 2022, 10.118 beneficiários. Diminuiu substancialmente”, afirmou.

Seguidamente, o deputado Carlos Freitas (PSD) perguntou em que consistia a Estratégia de Especialização Inteligente dos Açores (RIS3) e que ganhos a mesma traria para os Açores, tendo sido informado que esteve reunido o Conselho Regional de Inovação, que conta com cerca de 30 parceiros, para analisar a referida estratégia. Com os vários contributos, foi possível melhorá-la, introduzindo novas áreas. Vai-se dar maior ênfase a questões prioritárias como a social e a de saúde. Também contará com uma área emergente relativamente ao espaço, passando a incluir a ciência dos dados.

Pretende-se, com esta estratégia, um maior envolvimento das empresas, da academia e da sociedade em geral. Finalizou, referindo que a RIS3 se enquadra nos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e que a mesma será aprovada ainda no decorrer do presente ano civil para ser implementada em 2023.

A deputada Célia Pereira (PS) elogiou o aumento de verbas destinadas à área governativa da Solidariedade Social, mas mostrou preocupação com a redução de investimento em duas ações em particular, por comparação ao ano transato - incentivo ao arrendamento e cooperação (em cerca de 1.700.000 euros) e apoio aos públicos com necessidades especiais (em 1.650.000 euros) – questionando a razão de tal se verificar.

O Vice-Presidente explicou que nos anos de 2021 e 2022, o Governo Regional pagou dívidas herdadas do anterior executivo. Assim sendo, verifica-se uma diminuição dos valores a transferir para as Câmaras Municipais, em contratos ARAAL. Neste sentido, houve uma redistribuição de verbas e encontra-se um reforço na promoção, reabilitação e renovação habitacional em cerca de mais 2 milhões de euros, de modo a constar as verbas necessárias à requalificação de habitações previstas no PRR.

Quanto à redução verificada no “Apoio aos públicos com necessidades especiais”, a deputada foi esclarecida que se retirou do presente plano a verba que, no ano transato, estava alocada à



ação 2.3.6. “Construção do Centro de Paralisia de São Miguel”, no valor de 2,5 milhões de euros, pelo facto de a obra já estar concluída.

O deputado Rui Martins (CDS-PP) perguntou se havia algum projeto específico deixado pelo governo anterior direcionado para o combate ao despovoamento, visto a medida “Nascer+”, que visa dar um contributo nesta área, ter merecido muitas críticas por parte da oposição.

Perguntou, de igual modo, se a ação 2.3.3 – Construção de Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial) - será uma realidade em 2023, visto ter havido um compromisso assumido pelo governo anterior sem que nunca a obra se tivesse concretizado.

A começar pelo fim, o Vice-Presidente referiu que a única coisa que havia da tutela anterior era uma intenção de levar a cabo esta obra, mas não passou realmente de uma mera intenção. Deu nota que a cedência do terreno para a obra está concluída e que está em fase de elaboração do projeto de base e de peças procedimentais.

Em relação à primeira questão, o governante disse não se recordar de nenhuma medida específica do governo anterior que se preocupasse com a questão do despovoamento e que a medida “Nascer+”, em articulação com outras que o atual governo já tomou, serão um fomento à natalidade. A problemática do despovoamento requer uma ação multisectorial e, por tal, há outras medidas também em vigor que ajudam à fixação de pessoas, como a baixa de impostos. O próprio programa “Novos Idosos” é outra medida importante. Há, portanto, um conjunto de medidas que conjugadas contribuirão para o combate ao despovoamento, o que contrasta, no entender do Vice-Presidente, com algumas medidas tomadas pelo Partido Socialista quando governava, como o encerramento de escolas em algumas freguesias.

Na segunda ronda, pediram a palavra as deputadas Alexandra Manes (BE), Ana Luis (PS) e os deputados José Pacheco (CH) e Flávio Soares (PSD).

A deputada Alexandra Manes (BE) lembrou que a propósito de uma petição discutida na Comissão de Assuntos Sociais, que pedia mais apoios para os doentes de Machado Joseph, o Vice-Presidente tinha anunciado a intenção do Governo Regional de criar um lar residencial para doentes com esta patologia, tendo para tal apresentado uma candidatura ao abrigo do PO2030. Neste seguimento, questionou o ponto de situação da mesma e, caso não haja resposta afirmativa por parte da União Europeia à candidatura apresentada, como previa atuar em relação a estes doentes e aos seus familiares.



A deputada foi esclarecida que a ação está prevista, portanto mantém-se a pretensão, mas aguarda-se a aprovação do PO2030. Segundo o governante, não é possível ter um cuidador dedicado a cada pessoa que padece da doença, mas é possível dar um apoio mais especializado às famílias.

Interviu, de seguida, a deputada Ana Luis (PS) que deu nota dos inúmeros investimentos dos governos socialistas que, no seu entender, por si só contribuem para a fixação de pessoas, como é o caso das creches, ATL, centros de dia e de noite. Neste sentido, e no âmbito do apoio aos idosos, questionou se o programa “Novos Idosos” seria expandido a outros concelhos.

O governante salientou que o programa “Novos Idosos” tem corrido bem. A contratação pública está “quase em fase de conclusão” nos concelhos de Ponta Delgada e Praia da Vitória. A iniciativa, com recurso a verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), prevê a atribuição de um apoio para que os idosos possam permanecer em casa e o executivo estima que possa ser alargada a outros dois concelhos dos Açores em 2023.

O deputado José Pacheco (CH) insistiu na questão anteriormente colocada pela deputada Alexandra Manes (BE), nomeadamente o que tem pensado o Governo Regional a nível de apoio aos doentes de Machado-Joseph e aos seus cuidadores, tendo sido, mais uma vez, esclarecido que existem instituições especializadas em determinados tipos de doenças no sentido de dar resposta às mesmas. Neste contexto, referiu que se conta com o apoio das referidas instituições, porque não é exequível a existência de um cuidador a tempo inteiro para apoio individual a cada doente.

A terminar o deputado Flávio Soares (PSD) fez referência às diferentes medidas de apoio aos mais carenciados, destacando o reforço feito na área da Solidariedade Social e perguntou como pretendo o Governo Regional aumentar o número de vagas na rede de amas dos Açores.

Em resposta, o Vice-Presidente referiu que “para o orçamento de 2023, há um conjunto de alterações ao regime que regula a atividade das amas na Região. Até ao momento, as mesmas eram pagas com um determinado valor de referência – 183 euros por criança, com um limite de quatro crianças. No orçamento, é proposta uma alteração que passa pela aplicação da fórmula do salário mínimo regional, em que as amas poderão ter uma retribuição bruta em regime de prestação de serviços de praticamente 900 euros. Esta alteração traduz uma clara e inequívoca melhoria no valor a auferir pela ama.” Com esta mudança, as amas só terão perda de rendimento, na ordem dos 25% por criança, se as razões forem imputadas à própria ama. É uma



medida complementar às creches e também se conta que o ISSA faça mais formação de amas. Neste momento há cerca de 36 amas em atividade e aproximadamente 140 crianças nesta rede.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E DOS ASSUNTOS CULTURAIS:

A Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais iniciou a sua intervenção a referir que o Plano de Investimentos do Governo para 2023 prevê uma dotação de 28,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 8% em relação ao Plano de 2022, num “evidente aumento contínuo” na formação das crianças e jovens.

“Como tem acontecido desde a tomada de posse deste governo, a maior fatia do Plano volta a ser aplicada na ação social, com 13 milhões de euros, destinados a esta ação do plano. Isto representa um aumento de 22% relativamente ao Plano anterior”.

A titular da pasta da Educação realçou, ainda, outras ações onde há reforço de investimento, como as “escolas digitais” e “construções escolares”.

Em relação à Cultura, a governante referiu que não haverá nenhum corte de verbas, esclarecendo que a redução de 1 milhão de euros no Plano para 2023 resulta apenas da integração, nos quadros da Administração Regional, de indivíduos que estavam contratados a prazo e que eram pagos pelo Plano, mas que agora serão pagos pelo Orçamento.

Concluiu afirmando que o Plano Regional Anual de 2023 é muito semelhante ao anterior e que conta com um reforço na ação destinada a “dinamização cultural”, pelo que não se retira apoios aos agentes culturais.

Aberta a primeira ronda, pediram a palavra o deputado Rodolfo Franca (PS) e a deputada Alexandra Manes (BE).

O deputado Rodolfo Franca (PS) referiu que, na perspetiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, há um desinvestimento e não investimento na Educação, do ponto de vista geral, na ordem dos 15,4 milhões de euros a menos, tendo em conta o enorme corte na área das construções escolares, sensivelmente 17 milhões de euros a menos num comparativo com o Plano de Investimento de 2022. Neste seguimento, e tendo em conta que as políticas sectoriais apontam para a reestruturação do parque escolar, o deputado questionou como se justifica o desinvestimento apresentado.

O deputado perguntou, ainda, a razão de uma redução de verbas, na ordem dos 300 mil euros, alocadas às escolas digitais, no que respeita ao Programa 9.



Em resposta às questões colocadas, a governante justificou a redução de verbas afetas às obras escolares tendo em conta que em 2022 estiveram em curso três grandes obras - EBI de Rabo de Peixe, EBI de Capelas e EBI de Arrifes, sendo que a primeira está a ser concluída e a segunda já foi inaugurada, pelo que há valores avultados que já foram pagos.

Já no que toca às escolas digitais, a governante referiu que se constata o cenário contrário, há um reforço de verbas, na ordem dos 2 milhões de euros, não uma diminuição.

Em réplica, o deputado Rodolfo Franca (PS) falou na baixa execução do 1.º semestre nesta área governativa, tendo sido esclarecido que a informação disponível se refere aos meses de janeiro a junho, pelo que não pode ser descurado o facto de as aulas se iniciarem em setembro e de só agora estarem a chegar faturas para o pagamento de despesas relacionadas com o arranque do ano letivo.

De seguida, a deputada Alexandra Manes (BE) perguntou como poderão as escolas assegurar o seu pleno funcionamento com uma dotação de apenas 250 mil euros para os programas ocupacionais, sabendo que houve uma redução deste pessoal nas escolas, o que tem causado transtornos.

A governante referiu que não se assistiu a uma redução do número de trabalhadores em efetividade de funções nas nossas escolas, mas sim a um aumento. “Em nenhuma instituição temos o número de pessoas que estão ao serviço da mesma, a decorrer da soma de contratos a termo indeterminado, com os contratos a termo resolutivo e outros programas, porque existem situações em que alguns trabalhadores estão a ser substituídos.” Há um aumento de trabalhadores em situação de estabilidade. O Governo Regional já aumentou 582 lugares de quadro e está a ser ultimado o concurso para mais 282 assistentes operacionais, o que representa um reforço muito significativo. Continua a haver uma dotação para os programas ocupacionais, mas apenas para situações muito pontuais.

Na segunda ronda, inscreveram-se o deputado Rodolfo Franca (PS) e as deputadas Délia Melo (PSD) e Alexandra Manes (BE).

O deputado Rodolfo Franca (PS) perguntou a razão de se reduzir a verba destinada ao desporto escolar, na sua vertente não competitiva, quando o discurso apresentado pelo Governo é contrário. Para além disso, fez referência à intenção de se investir no Ensino Profissional, mas a verba destinada ao apoio às instituições de ensino privado e formação é inferior ao verificado no ano transato. Pediu, deste modo, uma justificação para ambas as opções.



Quanto à primeira questão, o deputado foi esclarecido que não se pode afirmar que há uma redução de verbas no desporto escolar. A Secretária Regional lembrou que existe uma redução de custos nas deslocações entre ilhas, o que tem reflexos nas verbas propostas e que há, inclusivamente, uma maior preocupação com a inclusão de alunos com necessidades a vários níveis.

Quanto à segunda questão, a verba destinada ao “Apoio às instituições de ensino privado e formação” não cobre as Escolas Profissionais, visto que há verba específica para as mesmas que se encontra afeta à secretaria que tutela esta área - Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

A deputada Délia Melo (PSD) perguntou se é intenção deste governo dar continuidade às políticas de estabilidade do pessoal docente e de ação educativa nas escolas, tendo recebido resposta afirmativa por parte da governante.

Questionou, ainda, a razão do aumento de 22% no apoio social escolar, tendo a titular da pasta da Educação adiantado que este aumento de verbas na ação social escolar se destina a minimizar os impactos que a crise inflacionária, decorrente da crise energética, da crise sanitária e da guerra na Ucrânia, tiveram a nível mundial, e que se reflete também nos Açores.

Explicou, igualmente, que a par desta medida, outras há que ajudarão as famílias nos custos com a Educação. Deu nota que, com o anterior Governo, eram gratuitos os manuais no 1.º e 2.º anos de escolaridade e que com o Governo atual há uma evolução e, em 2023, haverá a extensão desta gratuidade até ao 8.º ano, num trabalho de continuidade ao longo da legislatura.

Por último, a deputada Alexandra Manes (BE) fez notar a ausência de uma verba prevista para a intervenção na Escola Luísa Constantina, em Rabo de Peixe, tendo sido esclarecida que a escola referida se insere na unidade orgânica da EBI de Rabo de Peixe, logo não terá de surgir discriminada no Plano. Para além disso, referiu que, no ano em curso, há intervenções que estão a decorrer na escola sem que as mesmas estivessem apontadas no Plano, pelo que se dará continuidade a esta ação. Para além disso, lembrou que há um reforço nas obras escolares da responsabilidade da secretaria que tutela, podendo situações da escola em questão estar cabimentadas.

Já no que toca à Cultura, a deputada Marta Matos (PS) pediu a palavra para questionar a governante acerca das opções de redução de investimento na área em questão, ao que foi esclarecida que a redução de 1 milhão de euros no Plano para 2023 resulta apenas da



integração, nos quadros da Administração Regional, de indivíduos que estavam contratados a prazo e que eram pagos pelo Plano, mas que agora serão pagos pelo Orçamento.

“Trata-se de uma diminuição dos contratos ocupacionais que, tendo dado lugar a um aumento de lugares no quadro, naturalmente transitou para o Orçamento da região”, clarificou Sofia Ribeiro. A governante disse ainda que houve um reforço na ação da “dinamização cultural” e da “Qualificação dos Serviços Externos da DRAC”.

Também sobre esta temática, a deputada Alexandra Manes (BE) questionou a opção de o Governo aumentar a verba destinada à dinamização cultural em vez de reforçar as verbas do RJAAC, como era pretensão dos agentes culturais, ao que foi informada que a “dinamização cultural” abarca, também, a arte contemporânea, com atividades com expressão nos agentes culturais. No próprio RJAAC estão a ser analisadas as majorações para uma maior capacitação e reforço dos projetos que façam uma interligação entre os vários agentes culturais com as bibliotecas e museus.

O deputado Rui Martins (CDS-PP) destacou, pela positiva o facto de o atual Governo ter alterado a forma de funcionar que vigorava no passado, ou seja, o facto de antes serem usadas verbas inscritas nos investimentos para pagar despesas, deixando no Plano o que se refere, somente, a verdadeiros investimentos. Neste seguimento, perguntou se as consequências deste ato, que levam à inscrição de uma menor verba no Plano, poderão ser interpretadas como um desinvestimento na Cultura e se, por esta via, a área em questão continuará a ser o parente pobre dos investimentos públicos, à semelhança do que acontece a nível nacional.

Perguntou, também, se a execução nesta área governativa é insuficiente até ao presente ou se a área necessitou de um reforço. Por último, questionou se os apoios às filarmónicas serão o suficiente.

A transição de verbas do Plano de investimentos para o Orçamento da Região justifica a redução de verbas na Cultura, não podendo ser feita a leitura que há uma desvalorização desta área.

No que respeita aos apoios previstos, os mesmos acompanham as execuções que têm sido feitas, tanto no ano a decorrer como nos anteriores, mesmo antes da pandemia. Deu, a título de exemplo, a verba destinada ao RJAAC, que em 2019 foram pagos 716 mil euros e agora está prevista uma verba de 850 mil euros, ou seja, um aumento.

Numa segunda ronda destinada à área da Cultura, usaram da palavra a deputada Marta Matos (PS) e Alexandra Manes (BE).



A deputada Marta Matos (PS) referiu que a atribuição de prémios culturais permite a valorização, o incentivo e o reconhecimento dos artistas. Nesta sequência, perguntou que prémios culturais pretende o Governo atribuir em 2023, tendo em conta que há uma redução de verbas na ordem dos 70% na ação 4.8.10.

A governante explicou que se pretende manter a atribuição dos prémios nas mesmas áreas atribuídas este ano e lembrou que foi o atual Governo que inscreveu esta verba para o efeito nos Planos, uma vez que estava indistinta nos planos anteriores.

Perante a insistência na pergunta, a responsável pela área da Cultura acrescentou que, a ser necessário, faria a redução em alguns prémios, mas lembrou que houve um reforço na “Dinamização cultural”, precisamente para a dinamização dos projetos das entidades, pelo que não se pode afirmar que tenha havido uma redução significativa nesta área governativa.

A finalizar, a deputada Alexandra Manes (BE) perguntou o que já foi feito em relação à área do audiovisual e a razão de não estar prevista verba para a mesma em 2023. Quis, também, saber se os Açores marcarão presença na Feira do Livro de Lisboa.

A governante explicou que o “audiovisual” transita do projeto de dinamização das atividades cultural para o projeto de defesa e valorização do património arquitetónico e cultural, portanto continuará a haver investimento nesta área.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

A Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego iniciou a sua intervenção afirmando que o Governo dos Açores vai investir mais de 1,5 milhões de euros (€1.520.000,00) na Juventude no próximo ano, em áreas como a promoção da cidadania e formação dos jovens e a mobilidade dentro e fora da Região. Conforme explicou, estes documentos orçamentais “são realistas, porque estão alinhados com a execução dos últimos anos, e incorporarem, à semelhança dos anos anteriores, a dotação de uma verba para o pagamento de compromissos assumidos pelo anterior Governo Regional”. A titular da pasta da Juventude elencou algumas das novas ações inscritas no Plano de Investimentos para o próximo ano, como o Programa de Apoio ao Empreendedorismo, Criatividade e Talento Jovem – AECT, com uma dotação de 75 mil euros, e o Programa de Apoio a Atividades Formativas e Vocacionais de Jovens em Risco em Contexto de Programas Educativos Adaptados – RE(AGE), com uma



dotação de 30 mil euros. A preparação e implementação da primeira fase da construção do Plano Regional para a Literacia e Participação Democrática Jovem arranca também no próximo ano com a elaboração de um estudo para aferir o estado de literacia e participação democrática dos jovens, com uma dotação inicial de 35 mil euros. A Secretária Regional destacou, também, o reforço da verba para o programa MOOV, de 75 mil euros este ano para 80 mil euros em 2023, para apoiar a mobilidade na Região de formandos das escolas profissionais para efeitos de estágio curricular e para apoiar a visitas de estudo de alunos das escolas açorianas às escolas profissionais da Região. O apoio ao associativismo tem uma dotação de 200 mil euros, voltam a ser uma aposta do Executivo açoriano para a juventude açoriana.

Aberta a primeira ronda de questões, o deputado Vílson Gomes (PS) pediu a palavra para fazer referência à linha de apoio social para estudantes, que surge inscrita com um valor de 5 mil euros. Neste sentido, questionou se a mesma não deveria ser reforçada dada a atual conjuntura em que vivemos, o que levará mais estudantes a procurarem esta ajuda.

Em resposta, a governante explicou que o Plano está alinhado com a execução dos últimos anos. Neste seguimento, partilhou que em 2022, na mesma ação, havia a dotação inicial de 25 mil euros e a dotação revista foi de 2 mil euros, com base na real execução até ao momento da referida revisão. Por isso, a verba foi definida em função do que foi executado, com um acréscimo de mais 3 mil euros.

O deputado Flávio Soares (PSD) referiu que o Plano vai ao encontro dos jovens e perguntou a que se deve o reforço da verba do programa MOOV e qual o seu objetivo, tendo sido esclarecido que o programa mencionado foi recentemente alterado e passou a existir o “MOOV Nemésio Pro” e o “MOOV visit pro”. Agora é possível promover competências socioprofissionais de jovens em Escolas Profissionais, levando os alunos a desenvolverem estágios noutras ilhas ou a visitarem escolas da mesma natureza que a sua outra ilha.

Na segunda ronda, o deputado Vílson Gomes (PS) voltou a intervir para questionar em que medida a Secretaria Regional da Juventude participou na preparação do Plano e Orçamento, em áreas transversais que afetam os jovens.

A governante explicou que o Governo trabalha de uma forma articulada e integrada nas suas políticas multisectoriais.



DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE E DESPORTO:

O Secretário Regional da Saúde e Desporto iniciou a sua intervenção explicando que a proposta de Plano e Orçamento dos Açores para 2023 aloca 57,7 milhões de euros para a Saúde, prevendo um aumento de 50% nas verbas para contratar recursos humanos.

O Secretário Clélio Meneses considerou que a capacitação dos recursos humanos no Serviço Regional de Saúde (SRS) é uma “marca da governação” regional, realçando que os incentivos à fixação de enfermeiros vão avançar “ainda este ano” e que está previsto um aumento de verbas para a contratação de pessoal em 2023.

“Não nos podemos ficar pelas palavras para incentivar a fixação. Isto tem de ter uma correspondência financeira. Por esta mesma razão, temos um aumento de 50% no valor previsto para capacitar o SRS de recursos humanos. Um dos grandes problemas do SRS é escassez de recursos humanos”, venceu.

O governante realçou ainda o investimento de 8,3 milhões de euros para “modernizar” o SRS, que vai ficar “dotado de equipamentos e tecnologias mais atualizadas”.

Em 2023, segundo a proposta de Plano e Orçamento, vão ser alocados 3,7 milhões de euros para combater a listas de espera, através do programa Ciruge.

O Secretário da tutela avançou ainda que o Plano Regional de Saúde está em “fase final de elaboração”, prevendo-se que entre em discussão pública no início de 2023.

Aberta a primeira ronda de questões, a deputada Alexandra Manes (BE) questionou sobre a verba destinada à implementação do hospital digital da região em 2023, previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo Clélio Meneses detalhado que estão inscritos 3,6 milhões de euros para a medida.

O deputado Tiago Lopes (PS) criticou o atraso na elaboração do Plano Regional de Saúde e o “corte” de 1,5 milhões de euros previsto para a capacitação do sistema de saúde em 2023 em comparação com 2022.

Na resposta, o governante lembrou que nos Orçamentos anteriores foram incluídas verbas para que a atividade assistencial atingisse os níveis pré-pandemia da covid-19, destacando que em 2021 existiram mais consultas, cirurgias e exames do que em 2018 e 2019.

O Secretário Regional acrescentou que foram contratados sete psiquiatras nos últimos dois anos, em resposta à deputada do PSD, Ana Quental.



O deputado Rui Martins (CDS-PP) abordou o facto de o Programa do XIII Governo ter previsto um alargamento do programa de rastreios oncológicos na Região e questionou o que é que estava previsto nesse particular para o ano de 2023, ao que o governante respondeu que a Secretaria que tutela estava a trabalhar com o Centro de Oncologia dos Açores na estratégia a implementar para o rastreio do cancro do pulmão, uma vez que a região tem índices de incidência alarmantes e muito acima da média nacional.

Na segunda ronda de questões, a deputada Alexandra Manes (BE) referiu que o Centro de Saúde da Ribeira Grande está muito degradado, no entanto encontra uma verba de somente 25 mil euros inscrita no Plano. Nesta sequência, perguntou a que se destinava este montante e se as obras arrancariam em 2023.

O governante explicou que, de facto, aquele Centro de Saúde não tem condições para os seus trabalhadores e utentes. A verba proposta será para se fazer a identificação de terrenos e o programa preliminar. A obra será financiada pelo PO2030, pelo que a sua execução não se poderá iniciar em 2023.

Seguidamente, o deputado Tiago Lopes (PS) questionou o motivo de se inscrever no Plano 25 mil euros na ação 5.5.2., “Estratégia e plano para implementar o enfermeiro de família na Região Autónoma dos Açores”. O deputado lembrou que o Secretário Regional havia referido que existia um grupo de trabalho para definir a estratégia, mas que, passado um ano, ainda não se conhece o seu trabalho. Lembrou, ainda, que o montante previsto já constava de planos anteriores, mormente no de 2021 e 2022.

Em esclarecimento, o governante referiu que o grupo foi criado e nele participam várias entidades de forma gratuita. Ainda não há conclusões do grupo, mas este Governo Regional tem este compromisso e irá cumprir. O Secretário Regional lamentou o facto de a situação ter sido exposta como se o Governo estivesse em incumprimento, quando na realidade foi o Governo Socialista que nunca cumpriu o seu dever para com a classe de enfermeiros, na revisão das carreiras.

Por último, solicitou a palavra a deputada Salomé Matos (PSD), tendo iniciado a sua exposição realçando que a verba destinada à digitalização e modernização do setor da saúde, nas ações 5.6.4. e 5.5.5., é muito significativa. Neste seguimento, pediu um esclarecimento mais pormenorizado acerca deste investimento.



Nesta sequência, o Secretário Regional informou que os valores relativos a PRR não são apenas os previstos nas ações indicadas, mas também no programa 5.2., totalizando cerca de 10 milhões de euros. A interoperabilidade é uma questão importante e facilitará toda a comunicação na área da saúde, uma vez que, de momento, os sistemas utilizados nos Hospitais diferem dos que se utilizam nos Centros de Saúde, o que dificulta o trabalho assistencial. A aposta nos equipamentos e *softwares* servirão para garantir uma comunicação mais ágil, com ganhos para todos.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção dando nota que o Plano da EMA-Espaço para 2023 está dividido em quatro pontos onde se cobrem as seguintes atividades: Implementação de Infraestruturas Tecnológicas, através da implementação da Estratégia dos Açores para o Espaço e de projetos de educação e disseminação de cultura científica; Projeto RAEGE – Ilha das Flores, nomeadamente o desenvolvimento e aumento das capacidades instaladas na estação RAEGE na ilha das Flores; Projetos e Infraestruturas Aeroespaciais, no que toca à implementação do Hub Espacial de Santa Maria, que inclui o porto espacial e participações em entidades parceiras, e o Projeto RAEGE – Santa Maria, que inclui o contrato-programa com a Associação RAEGE Açores, bem como os custos operacionais e investimentos assumidos pelo GRA para assegurar a operação da Estação de Santa Maria e o desenvolvimento de projetos e aumento das capacidades instaladas na estação.

Adiantou, também, que o plano da EMA-Espaço 2023 assenta em 3 pontos chave – a articulação de esforços e desenvolvimento conjunto de projetos com os nossos parceiros nacionais e internacionais, com o objetivo de atrair empresas e atividade privada; a forte aposta em projetos de disseminação e educação, como a realização do CanSat Júnior Açores, a rede regional de Professores Espaciais e Workshops e, por fim, a consolidação das infraestruturas científicas e o foco na atração de capacidades científicas da RAEGE e novas possibilidades que possam daí ocorrer.

Aberta a primeira ronda, a deputada Alexandra Manes (BE) interveio para questionar como foi executada a verba inscrita no Plano de 2022 destinada à RAEGE da ilha das Flores. Para além da questão, a deputada considerou que o Plano de 2023 é pouco ambicioso, tendo havido uma redução da verba alocada a esta área governativa e perguntou a razão de tal opção.



Em resposta, o Subsecretário deu nota que o Governo está empenhado no projeto RAEGE, um projeto que resultou da parceria com o Instituto Geográfico Nacional de Espanha. Daí resultou a implementação de uma componente tecnológica que serve à área da geodesia, na ilha de Santa Maria. O Governo Regional propôs que fosse aproveitada a posição geográfica da ilha das Flores para se expandir nesta área, mas os parceiros não estão disponíveis para avançar com o financiamento do mesmo, pelo que todo o custo terá de ser suportado pela Região e ronda os 10 milhões de euros. Mantém-se a ambição no desenvolvimento da Estação RAEGE na ilha da Flores, mas a mesma terá de ser feita com responsabilidade e dentro das capacidades financeiras disponíveis. A verba alocada a esta Estação serve para o trabalho preliminar.

Seguidamente, o Subsecretário fez uma breve exposição sobre outra área governativa que está sob a sua alçada – a transição digital. Começou, assim, por referir que o foco será no desenvolvimento de projetos de valorização e promoção da transição e transformação digital, bem como na execução do PRR, especificamente através do desenvolvimento de projetos de valorização e promoção da transição e transformação digital, apoiados pelo PRR, denominados APR + Serviços mais ágeis e APR + Proativa. Trata-se da consolidação de um conjunto de políticas, em cerca de 10 milhões de euros, que se pretende que tenha reflexo direto na eficiência dos diversos setores da economia e na qualidade de vida das pessoas.

A deputada Ana Luis (PS) pediu a palavra para solicitar esclarecimentos acerca das verbas alocadas ao programa 1.14., mais especificamente ao APR + Proativa, no sentido de compreender a que se destinam. Perguntou, ainda, se havia no Plano alguma verba destinada à implementação do projeto de nómadas digitais.

A deputada foi informada que o montante destinado ao APR + Proativa seria para projetos como o novo portal de serviços e a intranet da Administração Pública Regional. Quanto à segunda questão, o Orçamento da Região tem uma verba de cerca de 120 mil euros para o efeito.

SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.



O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer **favorável**, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do CH emitiu parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do IL emitiu parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE, sem direito a voto, emitiu parecer de **abstenção** com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e IL, emitir por maioria **parecer favorável**, à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, CH e IL, emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46 – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”.

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento do devido processo legislativo, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 7 de novembro de 2022.



A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 45/XII – “PLANO REGIONAL
ANUAL PARA O ANO DE 2023” E N.º 46/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023”

15 DE NOVEMBRO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 4 de novembro de 2022, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às propostas de Decreto Legislativo Regional n.ºs 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023” e 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”.

As supramencionadas propostas foram remetidas à Comissão Permanente de Economia, no dia 31 de outubro de 2022, com data limite para emissão de parecer até ao dia 15 de novembro de 2022.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pelas Resoluções da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo identificadas são da competência da Comissão Permanente de Economia.



PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão Permanente de Economia a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas de Plano Regional Anual e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Património próprio e autonomia patrimonial da Região;
- Planeamento e estatística;
- Finanças e sistema fiscal;
- Orçamento e contabilidade pública;
- Privatizações;
- Setor público empresarial regional;
- Competitividade e inovação empresarial;
- Transportes e comunicações;
- Agricultura e pecuária;
- Arrendamento rural;
- Florestas e produção florestal;
- Pescas e aquicultura;
- Turismo;
- Comércio e indústria;
- Artesanato;
- Defesa do consumidor e da concorrência;
- Desenvolvimento rural;
- Remuneração complementar dos trabalhadores da administração pública;
- Sistemas de incentivos;
- Parcerias público-privadas;
- *Marketing* e publicidade.

O parecer das propostas de decreto legislativo regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ações, que foram acompanhadas da devida audição dos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

Com o Plano para 2023 inicia-se o terceiro ciclo anual de programação do investimento público nos Açores, enquadrado nas Orientações de Médio Prazo 2021-2024. A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do governo durante o ano de 2023.

A análise da proposta do Plano Regional Anual e do Orçamento referente a 2023, efetuada por esta Comissão Permanente, incidiu sobre as áreas da sua competência.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2023, referente aos objetivos e programas da área de competência desta Comissão Especializada Permanente:

ANÁLISE DA PROPOSTA DO PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023

Quadro

Plano Regional Anual para o ano de 2023

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão Permanente de Economia)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – Coesão, transição digital e representação			
1.15 – Coesão Territorial - Transportes	5.160.000	5.160.000	
TOTAL	5.160.000	5.160.000	

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
2 – Desenvolvimento social e inovação			
2.10 – Aerogare Civil das Lajes	3.600.000	3.600.000	
TOTAL	3.600.000	3.600.000	



Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
3 – Finanças, planeamento e empreendedorismo			
3.1 – Competitividade Empresarial	66.146.000	66.146.000	
3.6 – Estatística	79.950	79.950	
3.7 – Planeamento e Finanças	10.310.000	10.310.000	
3.8 – Comércio e Indústria	6.635.000	6.635.000	
3.9 – Gestão e promoção da “Marca Açores”	1.170.000	1.170.000	
TOTAL	84.340.950	84.340.950	

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
6 – Economia Rural			
6.1 – Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade	46.490.252	31.207.116	15.283.136
6.2 – Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas Nota: as ações 6.2.2, 6.2.4, 6.2.5, 6.2.16, 6.2.29, 6.2.30, 6.2.32 e 6.2.33 foram alvo de análise por parte da CAPADS	41.635.676	13.064.231	28.571.445
6.3 – Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	19.708.039	12.728.653	6.979.386
TOTAL	107.833.967	57.000.000	50.833.967

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
7 – Economia do Mar			



7.1 – Controlo, Inspeção e Gestão	16.891.935	16.891.935	
7.2 – Infraestruturas de Apoio às Pescas	5.050.163	5.050.163	
7.3 – Frota e Recursos Humanos	1.954.457	1.954.457	
7.4 – Produtos da Pesca e da Aquicultura	1.092.148	1.092.148	
7.5 – Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	2.850.000	2.850.000	
7.7 – Escola do Mar dos Açores	315.500	315.500	
TOTAL	28.154.203	28.154.203	

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
9 – Desenvolvimento turístico, mobilidade e infraestruturas			
9.5 – Promoção de Desenvolvimento Turístico	9.541.571	9.541.571	
9.6 – Sustentabilidade do destino turístico	945.804	945.804	
9.7 – Qualificação do Destino	3.040.268	3.040.268	
9.8 – Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	33.060.084	9.331.125	23.728.959
9.9 – Gestão dos Aeródromos Regionais	4.934.800	4.934.800	
9.10 – Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	44.635.477	44.635.477	
9.11 – Dinamização dos Transportes	463.700	463.700	



9.12 – Coesão Territorial - Transportes	500.000	500.000	
9.13 – Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	28.176.440	26.051.440	2.125.000
9.14 – Construção de estradas regionais	30.484.583	30.484.583	
9.15 – Reabilitação de estradas regionais	5.651.491	5.651.491	
9.16 – Construção, ampliação e remodelação de edifícios públicos	1.750.000	1.750.000	
9.17 – Integração paisagística de zonas adjacentes às estradas regionais	681.000	681.000	
9.18 – Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo - infraestruturas de pesca e de proteção marítima	1.194.750	1.194.750	
9.19 – Execução do Plano de Recuperação e Resiliência	14.800.000	14.800.000	
9.20 – Sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária	3.081.200	3.081.200	
9.21 – Laboratório Regional de Engenharia Civil	637.125	637.125	
9.22 – Cooperação com diversas entidades	3.490.000	3.490.000	
9.23 – Sensibilização e divulgação	25.000	25.000	
9.24 – Saúde e segurança no trabalho	110.000	110.000	
9.30 – SRADR - Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	700.000	700.000	



9.31 – SRMP - Infraestruturas de apoio às pescas	1.160.000	1.160.000	
9.39 – SRJQPE - Infraestruturas de apoio à qualificação profissional	1.148.920	1.148.920	
9.40 – SRFAP – Orçamento participativo	15.000	15.000	
9.41 – Infraestruturas de apoio às empresas turísticas	10.000	10.000	
9.42 – Melhoria dos Sistemas da SRTMI	35.000	35.000	
9.43 – Laboratório de Experimentação da Administração Pública dos Açores	400.000	400.000	
TOTAL	187.047.213	161.193.254	25.853.959

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
11 – Juventude, qualificação e estabilidade laboral			
11.3 – Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	612.250	612.500	
11.4 – Apoio ao Consumidor	100.000	100.000	
TOTAL	712.250	712.500	

* Importa referir que o Programa 9 espelha, em ações específicas, as obras públicas das diferentes áreas governamentais, tendo as respetivas Comissões Especializadas analisado aquelas a que se inserem no âmbito das suas competências.



No dia 4 de novembro de 2022 a comissão procedeu às audições dos membros do Governo.

Em nota de abertura das audições, o Presidente da Comissão de Economia ressaltou a importância da análise destes documentos de planeamento e agradeceu a participação dos Membros do Governo.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DA JUVENTUDE, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO:

A Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego iniciou a sua intervenção referindo que o plano de investimentos proposto assenta em para 4 ações: competitividade, inovação e qualificação do artesanato; artesanato criativo e empreendedor; sistemas de incentivo ao desenvolvimento do artesanato (SIDART); promoção, comercialização e internacionalização.

Destacou o Centro de Artesanato e Design dos Açores que pretende desenvolver uma forte aposta na promoção do artesanato e dos artesãos no mundo digital e vão criar um prémio Carreira que será uma homenagem a um mestre artesão. Este plano prevê, ainda, a implementação do centro tecnológico das artes e ofícios designado Azores Craft Lab.

Referiu que vão continuar a apoiar através do SIDART. Informou que participaram na Expo Açores Artesanato 116 empresas artesanais com 140 artesãos.

Acrescentou que existem 115 unidades produtivas de artesanato, com selo de certificação de Artesanato dos Açores, num universo de mais de 540 artesãos.

No que diz respeito à defesa do consumidor, tem afetado 100 mil euros de verba, para promover os direitos do consumidor e promover a segurança alimentar.

O Deputado Carlos Silva, relativamente à defesa do consumidor, notou uma redução de 25 mil euros nas verbas, comparativamente ao ano anterior, considerando os impactos da inflação no custo de vida das famílias, perguntou se isso não será um retrocesso no apoio ao consumidor.

Falou em vários casos de uma forte aposta no artesanato e na qualificação profissional, perguntando quais os objetivos e quais são as metas concretas que o Governo pretende atingir com este investimento.

A Secretária Regional, no que diz respeito à defesa do consumidor, informou que o que está referenciado eram ações de promoção e de informação, divulgação e esclarecimento, portanto o valor aqui referenciado tem em conta a execução dos anos anteriores e acaba por ser uma dotação realista e reflete um plano de endividamento zero.



O Deputado Carlos Silva, referiu que, pelo que percebeu, a justificação do corte da verba para o apoio ao consumidor tinha a ver com a questão do endividamento zero. Voltou a questionar quais os objetivos que o Governo prevê atingir.

A Secretária Regional disse que a verba destinada ao apoio ao consumidor em nada afetará o desempenho da Secretaria naquelas que são as suas missões.

O Deputado Rui Martins perguntou se alguma das alterações registadas face aos anos anteriores estavam abaixo do que tem sido as taxas de execução, para o setor do artesanato.

A Governante respondeu que, de modo algum, a redução de verbas comprometia as suas ações, confirmando que os valores apresentados superam as taxas de execução dos anos anteriores, que rondaram os 76%.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL:

O Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural iniciou a sua intervenção referindo que o Plano para 2023 tem uma lógica de política pública do Agrorural Açoriano, que se baseia numa economia e numa sustentabilidade rural, permite reconhecer o agricultor como um profissional produtor de alimentos e tem uma abordagem à utilização do espaço rural.

Isto porque, segundo o Governante, “vamos entrar num novo período de apoios comunitários, passamos do ProRural+ para o PEPAC (Plano Estratégico da PAC 2023-2027) com novas linhas de atuação e de apoio. Este plano inicia as oportunidades de investimento das várias empresas agrícolas, desde a produção à transformação e comercialização”.

“É um plano que paga na totalidade os apoios à perda de rendimento, quer seja no POSEI, quer nas ajudas diretas, quer seja no âmbito do PEPAC. Operacionaliza a opção política e a nossa visão para os planos estratégicos. Permite uma continuada valorização intrínseca dos nossos produtos Agroalimentares. Reforça o caminho da autossuficiência alimentar. Possibilita conhecer a formação dos preços, na tentativa de se encontrar os preços justos em toda a fileira. Tem uma aposta clara na certificação das explorações na questão do bem-estar animal. Individualiza as políticas para cada ilha. É um plano que tem uma dotação de 108 milhões de euros, dos quais 57,7 milhões de euros correspondem a fundos regionais e 50,8 milhões de euros provenientes de fundos comunitários. A economia rural, neste plano, está dividida em três projetos: investimento e capacitação dos agricultores, desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas, infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo”, acrescentou o Governante.



O Deputado Marco Costa, tendo em conta a problemática muito atual, nomeadamente ao facto de muitos investimentos ficaram desertos nos concursos, como é exemplo a modernização dos matadouros, pediu ao Secretário que avançasse com as perspectivas de investimentos na rede regional de abate para 2023. Colocou outra questão a respeito do ordenamento agrário, nomeadamente no que respeita à dificuldade em provar a posse da terra, lembrando que este terá de ser um assunto a necessitar de abordagem em 2023.

O Secretário Regional disse que há três grandes obras a nível dos matadouros, duas no âmbito do PRR. Deu o exemplo da construção do novo matadouro de São Jorge, que se iniciou com 7,5 milhões de euros de preço base, depois atualizaram o preço para 10,5 milhões de euros, mas, mesmo assim, o concurso ficou deserto, indicando que vão fazer novo concurso, mantendo o valor, mas revendo alguns valores. A reestruturação do matadouro do Pico, tem um valor de 4,1 milhões de euros, o projeto está a terminar, pretendem no final do ano lançar a concurso. Acrescentou, ainda, os investimentos no matadouro de São Miguel, explicando que alguns já se iniciaram e outros, de facto, ficaram desertos.

Relativamente à posse da terra, referiu que no ano passados receberam uma multa da Comissão Europeia, no valor de 3 milhões de euros, devido a irregularidades no Parcelário, acrescentando que tem de ser paga, caso contrário a Região não recebe verbas do POSEI.

Acrescentou que neste momento estão a trabalhar em conjunto com o Ministério da Agricultura para que a posse dessas terras seja reconhecida através de um grupo de onde fazem parte a Administração Regional, a Federação Agrícola dos Açores, Notários e os proprietários das terras. Disse que esse procedimento irá “permitir reconhecer a terra, não de forma jurídica, mas de forma sensorial”. Mas a verdade é que esses mesmos terrenos já estão inscritos nesse Parcelário há muitos anos.

Acrescentou que, também, envolvendo as Juntas de Freguesia e a ANAFRE, já permitiu resolver muitas situações de co-propriedades. Assim, espera que o Ministério da Agricultura possa reconhecer e validar esse grupo de trabalho até ao final de 2022, porque estão em causa mais de 20 mil parcelas nos Açores, muitos apoios comunitários e muitos projetos de investimento, desde logo, de jovens agricultores.

A Deputada Patrícia Miranda, referindo-se a notícias na comunicação social em que o titular da Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural falava na novidade que seria a criação do Observatório dos Agroalimentos, reconhecendo que é sempre bom trazer inovação à agricultura Açoriana, mas essa inovação tem de ser acompanhada de ação, dando o exemplo do anúncio da criação do Conselho Científico Agroalimentar em 2021, que não foi posto em



prática, ficando-se apenas pela intenção, e a questão que se coloca é, para este observatório, quais é que são as metas e quais são os prazos.

Outra questão tem a ver com uma preocupação da Associação Agrícola de São Miguel, em Conselho de Ilha, ou seja, a redução de verbas para as infraestruturas agrícolas, nomeadamente caminhos agrícolas e abastecimento de água, sendo assim, com este corte, tendo em conta a altura difícil que o setor atravessa, que expectativa tem este governo para este setor.

Relativamente à divulgação, recentemente, de um apoio direto de 5,1 milhões de euros a todos os agricultores Açorianos, perguntou qual rúbrica onde este valor está inscrito.

O Secretário Regional disse que o Observatório dos Agroalimentos é uma entidade no âmbito do PRR que pretende dar corpo à visão e objetivo desta legislatura, que é a formação dos preços, mas para isso é preciso serem aprovadas alterações aos estatutos do IAMA. Acrescentou que com a alteração deste estatuto é criado este Observatório. Este plano é um plano de transição de períodos comunitários de apoios e em qualquer período de transição há sempre um período de morosidade que se prende com a publicação das portarias, lembrando que é por isso que as taxas de execução no primeiro ano são muito baixas.

Este é um plano realista, segundo o Governante, acrescentando que não vai inscrever mais do que considera que vai ser utilizado. Ressalvou que não há diminuição de verbas relativamente ao que são as necessidades de infraestruturas, havendo apenas diminuição das verbas e dotações comunitárias. “O que estamos a propor é um contrato-programa realista, porque este é um ano de transição entre períodos comunitários de apoio”.

Referiu que a Comissão Europeia, tendo em conta os aumentos com os fatores de produção gerados pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia, deixa usar 5% das verbas do Desenvolvimento Rural para apoio direto aos agricultores, correspondendo a 5 milhões de euros para o ano de 2022 e 15%, ou seja, 770 mil euros vão sair do plano regional de 2023, das verbas do Desenvolvimento Rural, ressalvando que ainda estão a elaborar a proposta e é preciso que a Comissão Europeia a aceite.

A Deputada Patrícia Miranda perguntou, sendo esses 770 mil euros do orçamento regional, que rúbrica vai ficar afetada.

O Secretário Regional disse que os 770 mil euros poderão sair da verba da inovação e qualificação das explorações agrícolas (6.1.1, 6.1.2 e 6.2.2), garantindo que nenhum produtor, em 2023, irá ter cortes nestes apoios.



O Deputado Mário Tomé quis saber o ponto de situação agrícola do Caminho da Rosada no Pico, com a extensão de 7 Km.

O Secretário Regional afirmou que o problema desse investimento se prendia com um “desentendimento familiar”.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS:

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas iniciou a sua intervenção referindo que “A proposta de Plano Anual Regional contempla 250,8 milhões de euros a realizar sob a responsabilidade da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Representa cerca de 1/3 do total de investimento público em 2023, dirigindo-se a 167 ações, algumas das quais ainda passíveis de desagregação em várias subações ou intervenções mais pontuais, em áreas estruturais do nosso tecido social e económico, como o turismo, a mobilidade, as obras públicas e a energia.

Se aos transportes – sobretudo os aéreos e marítimos – é reconhecida uma importância vital para a nossa subsistência e coesão, e às obras públicas é reconhecido o impacto económico e de criação de emprego, temos a responsabilidade de olhar atualmente para o turismo como um setor vital para a estrutura económica da Região e para distribuição de riqueza, enquanto reconsideramos a nossa perspetiva sobre a energia, dada a conjuntura internacional e o processo de transição energética.

Em 2022, estamos no limiar de superar os melhores registos de sempre no que concerne à procura e ao desempenho turístico.

É um marco digno de assinalar, sobretudo tendo em conta que no primeiro quadrimestre do ano ainda se verificaram efeitos da pandemia de COVID-19 na procura internacional.

Mas 2023 não será um ano sem desafios igualmente exigentes.

Os efeitos da guerra na Ucrânia, da crise energética e da pressão inflacionista trazem novos argumentos para reforçar a eficiência do investimento e das intervenções no setor do turismo e na sua sustentabilidade, perspetivando-se um valor global de 13,5 milhões de euros.

No que concerne à promoção e desenvolvimento turístico (9.5), não deixando de investir de forma muito significativa na promoção externa, procuramos racionalizar o esforço de investimento e preparar um novo ciclo de estratégia promocional que certamente surgirá com a revisão do Plano Estratégico e de Marketing Turístico dos Açores, que se estima esteja concluída no início do verão IATA 2023.



Neste particular, necessitamos consolidar o reconhecimento internacional que já conquistámos e impulsionar a nossa força de marca, cada vez mais associada à sustentabilidade, à natureza e à aventura.

Mantemos uma convicta e empenhada atuação no que concerne à sustentabilidade do destino (9.6), garantindo em 2023 uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, face ao término de medidas de emergência destinadas a mitigar os efeitos da pandemia de COVID-19.

Perspetivamos um trabalho de aprofundamento da atuação da estrutura de missão para a sustentabilidade do destino (DMO Açores) em algumas intervenções-chave, como sejam a Cartilha de Sustentabilidade dos Açores – recentemente premiada – e a comunicação pedagógica para a participação cívica em matéria de boas-práticas sustentáveis.

Temos, ainda, programa a organização seletiva de eventos que alimentem a nossa imagem e marca turística, mas que também contribuam para a mitigação da sazonalidade e para dispersão de fluxos pelas várias ilhas, para além de prevermos a implementação de várias iniciativas de gestão de fluxos turísticos e de pontos de visitação, incluindo estudos de capacidade de carga, opções de mobilidade e soluções digitais.

Iremos investir de forma decidida na qualificação do destino (9.7), com particular ênfase na qualificação do turismo de natureza.

É o nosso produto prioritário e o coração da nossa oferta, merecendo uma intervenção na consolidação da sua estruturação e na qualidade oferecida ao turista, através da integração territorial de várias atividades, como o pedestrianismo, o canyoning, o cycling e o birdwatching.

Dedicaremos, ainda, recursos ao desenvolvimento das Rotas Açores, nas temáticas do Turismo Industrial e das Explorações Marítimas, para além da criação de um calendário de eventos físico e digital, potenciando, assim, a dinamização do turismo cultural na Região.

Na temática dos transportes aéreos, marítimos e terrestres, com uma dotação superior a 114,8 milhões de euros, mantemos um compromisso de estimular um sistema logístico e de mobilidade que estimule a competitividade, o desenvolvimento económico, a coesão territorial e social e, bem assim, a sustentação do nível de qualidade e vida em cada uma das nove ilhas da Região.

Continuaremos a investir fortemente nas infraestruturas e equipamentos portuários e aeroportuários (9.8), com intervenções em todas ilhas, de onde se podem destacar a requalificação das aerogares do Corvo e da Graciosa, trabalhos para a ampliação da pista do



aeroporto do Pico, bem como investimentos em infraestruturas e equipamentos em vários nos portos, como Ponta Delgada, Graciosa, Pipas, Poças, Horta ou Vila do Porto.

O serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas (9.10) agrega uma importância vital para a dinamização do mercado interno e para o desenvolvimento da economia local, integrando medidas estruturantes para a mobilidade dos açorianos.

Por um lado, no que respeita ao transporte aéreo, garantimos o cumprimento das obrigações de serviço público inter-ilhas e uma das mais relevantes e mais impactantes medidas já adotadas desde a consagração da autonomia regional, que é a “Tarifa Açores”, mas investiremos, também, num apoio ao transporte para animais de companhia doentes, conforme foi decisão da Assembleia Legislativa Regional.

Por outro lado, no transporte marítimo inter-ilhas, manteremos o serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas

Na dinamização dos transportes (9.11), existirão várias iniciativas, de entre as quais se destacam trabalhos para o Plano de Transportes dos Açores e a finalização de estudos sobre o transporte marítimo de mercadorias e de passageiros, dos quais esperamos uma perspetiva mais informada sobre o modelo ideal para a Região.

Temos, ainda, previsto investimento na coesão territorial (9.12), nomeadamente no apoio ao tráfego local, para renovação de frotas dos armadores.

Ainda na mobilidade, referia-se os investimentos alocados à recuperação de infraestruturas e equipamentos em virtude dos efeitos do furacão Lorenzo (9.13), com mais de 28 milhões de euros, onde, para além do porto de Ponta Delgada, se destaca, naturalmente, os trabalhos referentes ao Porto das Lajes das Flores.

Por fim, ao nível da mobilidade, refira-se o investimento superior a 3 milhões de euros em intervenções para garantir, evoluir e melhorar o transporte público coletivo de passageiros e a prevenção e segurança rodoviárias (9.20).

No campo das obras públicas, que têm uma importância determinante para a nossa estrutura económica e para o emprego, prevemos um investimento de 87,7 milhões de euros, abrangendo de forma transversal intervenções nas várias áreas tutelares do Governo.

Dever-se-á destacar, neste âmbito, o investimento de 14,8 milhões de euros adstrito à criação e beneficiação de circuitos logísticos em 7 das 9 ilhas dos Açores, através da execução do PRR.



São intervenções estruturais com perspetiva de futuro, com o intuito de potenciar o crescimento económico e o desenvolvimento social, de forma sustentada, e contribuir para o reforço da coesão interna das nossas ilhas.

De referir, ainda, a continuidade do contrato da SCUT, para além da materialização de vários projetos estruturantes na área da Educação, da Saúde, do Ambiente e Proteção da Orla Costeira, das infraestruturas de apoio à Pesca, da Qualificação Profissional, e da Cultura.

A conjuntura internacional e os seus efeitos na economia regional perspetivam um cenário exigente e desafiante para 2023, sobretudo em matéria de obras públicas, energia e turismo.

A componente do investimento público a realizar através da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas é, por isso, demonstrativa, sobretudo, do sentido de responsabilidade; da procura pela otimização na aplicação de recursos; e do pragmatismo e realismo que a gestão dos bens públicos exige e que a atual situação não dispensa.

Procuramos assegurar que coerência entre o proposto e o executado, capitalizando as oportunidades de alavancagem do novo Programa Operacional 2030 e garantindo a adequada racionalização da alocação de recursos em cada uma das intervenções propostas.

Queremos, com isso, potenciar o impacto económico e social do investimento público, mas manter-nos-emos atentos ao evoluir do panorama internacional perante a incerteza que ainda grassa, no sentido de assegurar a necessária afirmação dos Açores no mundo, mas também garantir os adequados níveis de bem-estar e qualidade de vida para a nossa população.”

Terminada a apresentação, passou-se ao período de pedidos de esclarecimento.

O Deputado Carlos Silva lembrou que a Sra. Secretária, nas suas declarações, tinha referido que o Turismo é um setor vital para a nossa economia, no entanto, verifica-se uma redução em algumas vertentes direcionadas ao setor, por exemplo, na promoção e desenvolvimento turístico há um corte de 12 milhões de euros, na sustentabilidade do destino turístico há menos 1,2 milhões de euros, comparativamente com as verbas do ano anterior. O Deputado questionou, já que é um setor vital, porque é que este governo decide cortar verbas afetas a este setor. Com a conjuntura difícil que se atravessa seria esperado o contrário. Na ação 9.6.4 que diz respeito à gestão de fluxos, por exemplo, para o miradouro da Lagoa do Fogo, há uma verba inscrita de 350 mil euros, interrogou se isso quer dizer que o Governo abandonou a ideia de construir um edifício, ficando apenas pela alternativa do Shuttle, e se assim for, qual é a calendarização do projeto. A Sra. Secretária falou do Plano Estratégico para o Marketing e Turismo dos Açores, o PETRA, mas não falou no POTRAA, questionou se já está atualizado e se



será posto à disposição. Relativamente às verbas inscritas no plano para o porto de Santa Iria, na Ribeirinha, 450 mil euros, na ação 9.32.3, pediu informação adicional.

A Secretária Regional respondeu que o plano do ano passado, para o turismo, tinha inscrito uma verba de 10 milhões de euros de fundos comunitários, a serem utilizadas pela Associação de Turismo dos Açores (ATA), mas não fazendo parte do SPER, não devem ser contabilizados no orçamento da região. Segundo a Sra. Secretária, quando se elabora um novo plano há que ter em conta aquilo que é exequível, é preciso ter em atenção o que é possível executar. Considerando que os valores apresentados para 2023 são realistas. Afirmou que este Governo está a trabalhar na tentativa de atenuar a sazonalidade e aumentar a dispersão por todas as ilhas.

É preciso aumentar a qualidade e evitar a concentração excessiva, afirmando que, em relação à Lagoa do Fogo, o Governo tem consciência da necessidade de uma intervenção no local, daí a verba inscrita. Relativamente ao PEMTA e ao POTRAA, decidiram avançar em primeiro lugar com o PEMTA, porque acham que primeiro devem vir os documentos estratégicos e só depois os documentos operacionais. Relativamente ao Porto de Santa Iria, a empreitada tem um custo de 5,6 milhões euros e será para executar até 2025, é um projeto plurianual.

O Deputado Carlos Silva estranhou que, tendo em conta que a requalificação do Porto de Santa Iria será de 5,6 milhões de euros no total, a primeira fase adjudicada é apenas de 450 mil euros. Frisou que a Sra. Secretaria admite que os 10 milhões de euros de fundos comunitários para o turismo não deviam constar no plano, e que dessa forma está-nos a dizer que havia um erro no plano e que esses 10 milhões de euros estavam a mais, sendo a primeira vez que algum membro do governo diz que esses valores eram um erro. Pede esclarecimentos, acrescentando que mesmo não considerando essas verbas, continuámos a ter uma redução para o setor do turismo, sobretudo quando se avizinha um ano de numerosos desafios. Lembrou que a Sra. Secretaria defende que o nosso foco deve estar na qualidade e não na quantidade, mas que na prática não cumpre esse desígnio, porque se verifica um corte de 1,2 milhões de euros para as verbas da sustentabilidade do destino turístico. Relativamente aos transportes, em 2022, o plano tinha uma verba extraordinária de 65 milhões de euros para aumentos de capital na SATA, questionou se esse aumento de capital já foi realizado em 2022. No que diz respeito aos fundos comunitários e para evitar que o plano de 2023 também tenha um erro que só seja detetado para o ano, o Deputado pediu à Sra. Secretária para elencar quais são as despesas que vão originar receitas de fundos comunitários no próximo ano, para percebermos se os 300 milhões de euros de fundos inscritos para 2023 são fidedignos ou se representam algum erro.



A Secretaria considera que os fundos comunitários não devem ser tidos em conta porque, são valores hipotéticos, podem ou não vir a estar disponíveis e que o PO2030 ainda nem está em execução.

A qualidade e a sustentabilidade são características inerentes ao destino. Os Açores são uma referência a nível internacional, mas a Secretária defende que continua a ser preciso, também, trabalhar na quantidade e que este ano foi o melhor ano de sempre.

A Governante justifica a diminuição das verbas com a necessidade de apresentar orçamentos realistas, e com a necessidade de termos que ter em conta as taxas de execução e o estabelecimento de prioridades, e afirmou que o aumento do capital para os transportes, em 2022, já foi processado, estando agora do lado das finanças.

O Deputado António Lima afirmou que há uma grande redução de verbas nesta secretaria, o que levanta preocupação, porque, tendo em conta a conjuntura que se atravessa atualmente, o governo decide reduzir no investimento público, questionando o porque desta decisão política.

A segunda questão, levantada pelo Deputado, prende-se com o aumento de capital à SATA em 2022, questionando se já entrou nas contas da SATA. Na rubrica 9.10.1, que diz respeito à conceção de transporte aéreo inter-ilhas, tem uma verba de 32 milhões de euros, questionando qual a previsão de execução desta rubrica. Por fim, perguntou em que ponto está a privatização da SATA.

A Secretaria respondeu que relativamente à redução de verbas do plano, este plano é um plano de responsabilidade e credibilidade, não interessando ao Governo apresentar planos que depois não são plausíveis de executar. Acrescentou que as verbas aqui apresentadas são passíveis de executar e correspondem as necessidades dos açorianos e que este governo estabeleceu prioridades, neste caso na ação social tendo em conta a conjuntura que se atravessa. Disse que o capital da SATA foi aumentado em 65 milhões de euros e que essa verba já foi processada. Relativamente á rubrica 9.10.1, disse que as obrigações de serviço publico para a SATA fazem parte de um concurso público e que esta rubrica corresponde à anualização desse valor, 28 milhões de euros dizem respeito as OSP's que têm uma faturação mensal, e que têm sempre uma verba para reequilíbrio orçamental e reposição de alguns voos que necessitem de ser reconsiderados, fazendo o total de 32 milhões de euros. Respondeu que a privatização da SATA está prevista no artigo 19º do decreto que aprova o orçamento e decorre até 2025.

O Deputado António Lima concluiu, pelas declarações da Sra. Secretaria, que se este é um plano realista então é porque o do ano passado era um plano irrealista que serviu mais de propaganda



do que para execução, “se o plano para 2023 tem um corte de 140 milhões de euros e é realista, então o do ano passado era irrealista”. Por fim, tendo em conta que a SATA recebe cerca de 40 milhões de euros por ano, bastante acima dos 32 milhões de euros aqui previstos, disse que era importante perceber se esse valor será suficiente.

A Secretaria respondeu que os pagamentos à SATA estão garantidos e que os 140 milhões de euros dizem respeito à capitalização da SATA que não se vai repetir e a algumas verbas relativas ao turismo que, também, não se vão repetir. E em termos de execução, disse que temos que ter em conta a realidade atual que não era previsível a um ano atrás.

O Deputado António Viveiros afirmou que o valor previsto de verba para o setor do turismo é igual à taxa de execução do ano de 2019, e tendo em conta que 2019, até hoje, foi o melhor ano de turismo, significa que o que foi bom em 2019, naturalmente será bom para 2023. Tendo em conta as previsões para 2023 do ponto de vista das programadas de apoio através dos contratos de programa com a ATA, relativamente a novas companhias ou às companhias que iniciaram a sua atividade no verão de 2022, questionou se a perspetiva se mantém, naquilo que foi um contributo essencial para o turismo da região.

A Secretaria referiu que as verbas não podem subir permanentemente, porque isso significaria que o destino Açores ainda não tinha ganho maturidade, mas informou que a promoção é uma ação para continuar, mas sempre mais orientada para atenuar a sazonalidade e promover a dispersão de fluxos pelas nove ilhas dos Açores.

O Deputado Carlos Furtado referiu que, no quadro 35 do orçamento é identificado um valor para as SCUTS de 77.3 milhões de euros, que diverge muito dos valores que são pagos anualmente, pediu esclarecimentos. Relativamente à rubrica 9.20 de transportes terrestre e segurança rodoviária, uma rubrica no valor de 3 milhões de euros, questionou em que é que se materializa o aumento de 1 milhão de euros verificado nessa ação. Tendo em conta que é intenção desse governo proceder à alienação de 51% da SATA Internacional no próximo ano, o Deputado quis saber se há um plano B por parte deste Governo caso o negócio não se concretize e se estão salvaguardados os postos de trabalho da SATA.

A Secretária respondeu que, relativamente à verba inscrita para as SCUTS, são 30 milhões de euros e os 77 milhões de euros foram um lapso de digitalização. Em relação aos transportes terrestres, a Governante explicou que o aumento verificado prende-se com os passes sociais de transporte coletivo de passageiros, com o Fundo de Transportes Terrestres que comparticipa todo o transporte coletivo em dias não úteis e horários noturnos e a segurança rodoviária, e a implementação de uma nova solução informática para a gestão das contraordenações e ainda



o estudo do transporte rodoviário para São Miguel e Terceira para o lançamentos dos contratos de prestação de serviço, implementado já nas restantes ilhas e com aquisição de um novo sistema de bilhética, daí a necessidade de incremento de despesas. Em relação à SATA Internacional, informou que a sua privatização está prevista para 2023, espera que seja muito bem-sucedida, mas de qualquer modo o processo de privatização vai até 2025, afirmando ainda que “não há plano B, só há o plano A que diz respeito à reestruturação da SATA até 2025, para ela poder caminhar à sua sanidade financeira”.

O Deputado Manuel Ramos afirmou que o turismo assenta na disponibilidade de transportes quer marítimos quer aéreos e no que diz respeito à Graciosa questionou quantos lugares foram disponibilizados e quantos lugares foram ocupados na época alta, julho e agosto. Acrescentou que a Graciosa teve um decréscimo a nível de turismo, por exemplo, de turistas estrangeiros apenas teve 420 dormidas, algo falhou na promoção deste destino, como por exemplo o caso do fim dos encaminhamentos, “isto foi fatal para o turismo em ilhas pequenas”. Questionou que ações concretas foram desenvolvidas na Graciosa e que ações estão previstas para o futuro. Prosseguiu a sua intervenção dizendo que a ATA tem sido um parceiro importante nos últimos anos na promoção do turismo, e sobre isso quis saber se o atual governo pretende integrar novamente a ATA ou se pretender apenas subsidiar a ATA sem que o Governo tenha voto propriamente dito nas matérias de promoção do turismo.

O Deputado Carlos Silva disse estar satisfeito porque a Secretária reconhece que a estratégia seguida pelo anterior governo do PS, para a sustentabilidade do destino Açores, é uma estratégia que esta a dar resultados, permitindo em 2019 termos sido galhardeados como destino sustentável. E é relativamente à sustentabilidade do destino que o Deputado, tendo em conta a execução até setembro de 2022, e na rubrica da sustentabilidade turística, de 2,1 milhões de euros, foram executados apenas 200 mil euros, uma execução de 10%, questionou se isto não será um contrassenso naquilo que é o foco que a Sra. Secretária refere, acrescentando “já para não falar que contraria a questão da credibilidade e responsabilidade dos elementos em apreciação e da falta de segurança que transmite para o futuro”. O Deputado refere que no artigo 66º do orçamento é feita uma alteração ao DLR 18/2005 e entre as várias alterações mencionadas, na alinha c do artigo 3º é adicionada a hipótese de as cooperativas e sociedades comerciais passarem a ser contempladas nos apoios públicos atribuídos, relativamente a eventos turísticos, festivais e afins. Uma vez que a Sra. Secretaria, no início falava que a prioridade do plano era a ação social, questionou se passou a ser também uma prioridade apoiar empresas na promoção de eventos turísticos e se essa alteração não ira mudar a génese do DLR 18/2005. A Sra. Secretaria falou que o PO2030 não estava disponível,



justificando a não inscrição em fundos comunitárias, mas a verdade é que esta secretaria tem ao seu dispor verbas do PRR, quer para a energia, quer para outras áreas, finalizou o Deputado.

A Deputada Joana Pombo Tavares referiu que, na rubrica 9.34.15, que diz respeito à requalificação da casa do diretor, em 2022 havia uma dotação de 200 mil euros, na anteproposta para 2023 havia uma dotação de 1,4 milhões de euros e que agora foi reduzida a metade, tendo em conta que a Sra. Secretaria refere que há sempre uma necessidade de aumento de algumas rubricas devido ao aumento do custo dos materiais, a Deputada questionou qual a justificação para a redução desta rubrica. Outra questão, que segundo a Deputada é feita à Sra. Secretaria, porque os outros Secretários, quer do ambiente quer do mar, não assumiram a rubrica 9.31.11 como sua, que diz respeito a um projeto de execução para proteção da orla costeira da praia Formosa em Santa Maria, pediu esclarecimentos.

O Deputado António Lima, tendo em conta a pressão do turismo em alguns pontos turísticos, quis perceber o que é que este Governo irá fazer em 2023 para que essas situações não se repitam. Acrescentou que ao não apresentar um novo POTRAA, este Governo está a contribuir para o desregulamento desses pontos de visitação. Relativamente aos transportes coletivos terrestres o Deputado diz que é preciso confirmar que o Governo não pensa aumentar custos de passes e que diminuir seria muito importante tendo em conta os aumentos no custo do combustível.

A Secretária respondeu que para a Graciosa tivemos no total das rotas, durante 2022, 74.316 lugares, foram utilizados 49.079 lugares e foram oferecidas mais 123 frequências de janeiro a setembro. Disse que a ATA vai continuar a fazer a promoção, que o governo está a ponderar se entra ou não na ATA, mas que a prioridade é criar as condições orçamentais. Sobre a sustentabilidade do destino Açores, diz que o ano ainda não terminou e no final do ano há sempre maior disponibilidade para executar verbas. Em relação às verbas para 2023, o Governo já verificou que há quase 1 milhão de verbas que estavam destinadas a medidas COVID que não se executaram. Relativamente ao artigo 66º, diz não haver razões para não considerar as cooperativas e as sociedades comerciais. Disse ainda que a alteração “não dá obrigatoriedade em apoiar, dá sim a possibilidade de apoiar. Relativamente à requalificação da casa do diretor de Santa Maria, rubrica 9.34.15, a Governante diz que esta ação tem vários projetos, e tendo em conta o desenrolar de cada projeto ao longo do ano consideram esse valor, mas sempre que se justificar poderão fazer o ajustamento necessário. Relativamente à proteção da orla costeira de Santa Maria, a Sra. Secretária assumiu que “é claro que se ninguém quiser fazer, as obras públicas é que vão executar” e que está em curso o levantamento de dados. Assumiu, também, que está prevista uma verba de 350 mil euros para resolver a questão do acesso à Lagoa do



Fogo, mas que não consegue afirmar com todo o detalhe qual vai ser a solução, mas garante que terá sempre como base uma proposta aprovada pela Assembleia Regional. Sobre os transportes terrestres, lembra que não tem havido aumentos e que há reduções para classes sociais mais desfavorecidas que rondam os 70%.

A Deputada Joana Pombo Tavares lembrou que a rubrica 9.34.15 diz respeito única e exclusivamente à requalificação da casa do diretor, e que na anteproposta para 2023 apresentava uma dotação de 1,4 milhões de euros e que agora, a proposta apresentada tem inscrita uma verba de 700 mil euros, ou seja, estamos a falar de uma redução de 50%. Segundo a Deputada, “se o orçamento para Santa Maria já era exageradamente pequeno, com mais este corte fica ainda mais reduzido”. No que diz respeito à orla costeira, a Deputada diz que ficamos ainda mais apreensivos porque em nenhuma ação a Sra. Secretária mencionou uma estrutura de apoio às pescas, mais uma vez mostra a falta de credibilidade deste plano.

O Deputado Manuel Ramos dizia que o transporte marítimo de passageiros e viaturas é fundamental e o navio que serve a Graciosa não tem capacidade para satisfazer essa necessidade quer dos residentes ou visitantes, quer dos comerciantes. Segundo o Deputado, este governo regional, em tempos, disse que ia procurar uma alternativa que colmatasse essa necessidade. Questionou o que está planeado ou se está alguma coisa planeada nesse sentido.

O Deputado Carlos Silva, relativamente à rubrica 9.32.31, que diz respeito à proteção da orla costeira da Ribeira Grande, com uma verba afeta de 1 milhão de euros, e considerando que a Ribeira Grande tem 14 freguesias, questionou a Secretária, como é que vai essa verba ser distribuída.

A Secretária respondeu que a Casa do Diretor tem verba que ainda vai ser paga este ano e por causa disso o Governo assumiu que a verba inscrita para 2023 é a verba adequada para dar continuidade ao projeto. Em relação à orla costeira, como se trata de uma ação que transitou na altura da reorganização orgânica, o Governo vai dar continuidade a ela. Relativamente aos transportes marítimos e à linha branca, a Sra. Secretária diz estar a ser preparado um estudo, e que são os TMG que têm que resolver as questões do transporte de mercadorias. Relativamente à frente de mar da Ribeira Grande, a Governante diz que se trata de um projeto a ser realizado com a Câmara Municipal da Ribeira Grande.



DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DAS FINANÇAS, PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública iniciou a sua intervenção referindo em “primeiro lugar dando nota de que o valor do plano para 2023 da proposta é de cerca de 641 milhões de euros, o valor do orçamento consolidado 1.900 milhões de euros.

Nestes documentos gostaria de destacar, em primeiro lugar, o esforço que este executivo fez de reforma dos documentos, algo já há muito tempo tem vindo a ser reivindicado, penso que, por deputados de todos os quadrantes políticos e houve este esforço que foi feito para reformular estes documentos. Na sua apresentação e organização, como poderão ter observado, há esta inclinação reformista e também há uma inclinação nos documentos, claramente, progressista no sentido do social e da preocupação social.

Escuso-me aprofundar mais em relação à reforma dos documentos, como poderão ter reparado há a tentativa de explicitação daquilo que é a fotografia dos Açores hoje, tentativa de apontar aquilo que queremos para os Açores amanhã, o mesmo se fazendo essa análise em relação ao país e em relação ao mundo exterior e ao mundo global, embora saibamos que tudo isto, nos dias que correm é muito difuso e muito instável, como infelizmente temos vindo a reconhecer e a ter que reconhecer.

Em relação aos documentos aquilo que eu poderia sinalizar é que são documentos de responsabilidade. Responsabilidade social em primeiro lugar, responsabilidade orçamental e financeira em segundo lugar e responsabilidade política. Responsabilidade social desde logo porque os tempos que estamos a viver e em especial aqueles que se aproximam serão muito delicados. Nós estamos a elaborar os documentos orçamentais, ainda com os efeitos da maior pandemia dos últimos 100 anos, com os efeitos de uma guerra na Europa como não existia há décadas e com o início dos efeitos de uma espiral inflacionista como também já não existia há cerca de 20 anos. Isto obriga-nos a ser, especialmente, responsáveis e esta responsabilidade social tem a ver, também, com as consequências destes 3 fatores e, desde logo, desde que se vê com mais intensidade que a crescimento da inflação que atinge, mais fortemente e mais rapidamente, os mais frágeis e é por isso que nesta responsabilidade social destes documentos são privilegiados alguns públicos que são mais atingidos e é por isso que temos também aquilo que tem sido apelidado como os documentos orçamentais com maior vertente social da história da autonomia.

Temos aumentos de 22% nos apoios da ação social escolar, aumentos de 15% na remuneração complementar, 10% a partir de 1/07/2022 e mais 5% a partir de 1/01/2023, aumentos de 15%



no COMPAMID, aumentos de 15%, também, nas diárias dos doentes e acompanhantes deslocados. Isto é muito relevante, a que soma naturalmente um aumento de 15% no abono social escolar, no abono de família e, naturalmente, também no complemento regional de pensão está previsto um aumento de 15%. E é por isso, que tem sido apelidado, e penso que com alguma justiça, como os documentos orçamentais de maior pendor social da história da autonomia. Estes aumentos são disso prova evidente e também com eles se sinalizam esta responsabilidade social, mas, também, porque sendo a região pequena como somos para além destes públicos mais frágeis, os idosos, são aqueles que têm menores vencimentos, também fizemos um esforço no que toca às famílias e às micro e pequenas empresas. Em relação às famílias, prevemos uma linha orçamental para apoiar naquilo que serão os encargos acrescidos dos créditos à habitação, por via do aumento das taxas de juro. É, também, aliás, algo que o plano nacional tem recentemente vindo a ser falado, que nós já há algum tempo planeamos e apresentámos as partes gerais deste programa, que tem esta linha orçamental para apoiar as famílias da classe média que têm crédito à habitação e que verão os seus custos, por essa via, devido ao aumento das taxas de juro, verão os seus custos e os seus rendimentos afetados por esse aumento das taxas de juro. Mas, também, responsabilidade social, porque é disso que se trata, quando falamos de micro e pequenas empresas, que representam mais de 98% do nosso tecido empresarial. Tem nestes documentos orçamentais uma rubrica, com uma linha orçamental de 20 milhões de euros para a sua capitalização, já tivemos oportunidade de falar em sede de comissão parlamentar sobre estas matérias. A verdade é que aquilo que, habitualmente e tradicionalmente tem sido feito em relação à capitalização através de fundos de capitalização por várias razões, nunca tiveram grande sucesso nos Açores e também em Portugal. Há quase uma cultura um pouco contrária a estes fundos de capitalização, que têm que ser para algumas empresas específicas e para algum tipo de negócio específico, mas é essencialmente, numa maior parte dos casos, para as maiores empresas, para as que têm outra capacidade. E, a nossa preocupação, a minha preocupação são as micro e pequenas empresas e é para estas que estamos a desenhar e a negociar com a banca de retalho nos Açores uma possibilidade de capitalização para que possam, na perspetiva dos seus balanços, diminuir ou aumentar a sua capacidade de capitalização e no balanço dos próprios bancos isso possa representar uma menor exposição ao risco, em relação ao regulador.

E, portanto, esta responsabilidade social, a maior da história da autonomia destes documentos orçamentais, como disse, tem a ver com aquilo que temos para estes públicos mais desprotegidos, tem a ver com esta linha orçamental, também, para as famílias da classe média e para o apoio ao crédito da habitação, e tem a ver com as de fundo para a capitalização das



micro e pequenas empresas dos Açores. Mas também, como disse, são documentos orçamentais de responsabilidade e realidade económica e orçamental, porque sabemos bem os custos financeiros que existem e que estão a crescer.

Dou-vos apenas uma pequena nota, felizmente o stock de dívida da região, 80% dele está em taxas fixas, por isso, não seremos muito afetados pelo crescimento das taxas de juro, mas, nos 20% de dívida da região que estão afetos a taxas variáveis, o aumento das taxas de juro, só nestes 20%, que já estão contraídos e que são taxas variáveis, o aumento das taxas de juro para estes 20% representa um acréscimo de mais de cerca de 6 milhões de euros, só em juros no ano de 2023. Em vez de 35 milhões de euros para encargos financeiros, neste aspeto vamos ter que passar para 41 milhões de euros por via destes 20%, que estão afetos às taxas variáveis. Estes valores são importantes para se perceber o impacto do crescimento que o endividamento tem, ou poderia ter, se continuássemos neste caminho e portanto foi uma opção do XIII Governo, que estava, aliás, prevista nas orientações de médio prazo para 2024, foi antecipada para 2023 exatamente para, cumpridos os nossos requisitos de responsabilidade orçamental social com o melhor orçamento social da história, cumprido esse requisito de responsabilidade social, tivéssemos, também, capacidade de cumprir o requisito de responsabilidade económica e orçamental, sem novo endividamento líquido.

Mas não é só o novo endividamento líquido que é zero, é que, também, em relação às operações ativas, nós em vez de 90 milhões de euros, passámos essa possibilidade apenas para 10 milhões de euros de operações ativas. Também em relação aos avales, passamos para um limite de 80 milhões e é por isso que, é também um orçamento de responsabilidade política, porque é um documento, que não só inclui aquilo que são as emanações das orientações de médio prazo e do programa do governo, mas também inclui aquilo que são as emanações dos acordos de incidência parlamentar e dos acordos de coligação e que sustentam a maioria deste Governo neste Parlamento. Isto da responsabilidade política também é, de alguma forma, suscitada face à situação particular difícil vamos viver no ano de 2023. É, também, um orçamento que prevê a alienação da Azores Airlines.

Gostaria também de sublinhar 3 ou 4 aspetos do articulado do orçamento. No artigo 9º, a mobilidade inter-carreiras, mantemos a possibilidade de até 5% em 2023, no artigo 37º, a taxa de IRC aplicável à região, no âmbito do artigo 5º no âmbito do número 5 do artigo 41ºb, do estatuto dos benefícios fiscais, em que se aponta para uma taxa de 8,75, para ser depois regulamentada nos Açores, o artigo 43º, medidas de risco e combate à corrupção, onde tem um conjunto de medidas e, também, algo de novo de programas de ações de formação para trabalhadores e dirigentes da administração pública regional, o artigo 47º, em que é sublinhada,



salvo de exceções devidamente justificadas e autorizadas pelo membro do Governo responsável património, a eventual aquisição de veículos pela administração pública deve-se privilegiar os veículos não poluentes, também penso que já terá sido referida participação das creches até ao 16º escalão, está no artigo 50º e os outros aumentos de 15%, que eu já referi. Portanto, em termos muito gerais este é o orçamento e o plano que temos para apresentar. Prevemos um crescimento do PIB de 1,7 para os Açores e de inflação de 4,3 para 2023”, concluiu o Governante.

O Deputado Carlos Silva perguntou, face ao que foi dito, se os planos anteriores eram marcados pela irresponsabilidade e como é que justifica um corte de 202 milhões de euros no investimento público.

Perguntou se não retira credibilidade ao que de está aqui a discutir hoje ou se já está em cima da mesa a possibilidade de um orçamento retificativo.

Relativamente ao endividamento zero, disse que tudo somado destes dois anos, há um aumento da dívida na ordem dos 430 milhões de euros, por isso, no seu entendimento, falar em endividamento zero quando, nos últimos dois anos, se regista um aumento da dívida na ordem dos 430 milhões de euros não é o mais correto.

Referiu ainda que falar em “Orçamento de responsabilidade” quando temos um corte na competitividade empresarial de 38 milhões de euros, isso significa que as empresas terão menos verbas disponíveis no próximo ano para a competitividade empresarial.

Acrescentou que no turismo, na energia, na qualificação profissional e emprego existe um corte em 100 milhões de euros nestas só nestas 4 áreas, perguntando a que se deve essa diminuição.

Questionou como pode encarar como sendo este um orçamento de responsabilidade com um corte de 200 milhões de euros no investimento público quando o ano de 2023 é de grande incerteza.

Sobre os 75 milhões de euros que o Governo recebeu de adiantamento de verbas do PRR, perguntou onde foram aplicados.

Relativamente à inscrição nos mapas orçamentais de uma verba nos passivos financeiros na ordem dos 273,8 milhões de euros, perguntou para que se destina essa verba.

Sobre um dos mapas relativos à receita fiscal, disse que o Governo confirma aqui aquilo que tem dito o PS, ou seja, que vai receber mais 51 milhões de euros já em 2022 de receitas fiscais com o IVA, perguntando, ainda, porque é que em 2023, inscreve, apenas, 361 milhões de euros com IVA, ou seja, mais 1,1 milhões de euros.



Relativamente às verbas inscritas para as receitas de fundos comunitários, quis saber como é que decompõe os 300 milhões de euros de fundos comunitários.

O Secretário Regional disse, relativamente à matéria de responsabilidade, que era evidente, que há 1 ano atrás não havia uma guerra na Europa e os restos de uma pandemia, tal como não havia uma espiral inflacionista, como já não se via há 20 anos e, por isso, exige-se uma maior responsabilidade de todos e desafiou o Deputado e o PS, a terem a mesma atitude que a oposição de 2013, 2014 e 2020 ao viabilizar os documentos orçamentais. Era o mínimo que se exigia da parte de quem tem responsabilidade ou quem teve responsabilidade governativas, porque a situação hoje em dia é mais aguda e a oposição da altura de 2013, 2014 e 2020 soube estar à altura, por isso era bom que a oposição de hoje, que tem enormes responsabilidades no desastre a que trouxeram aos Açores, em relação à divergência do PIB *per capita* em relação à média da UE, em relação à falência que deixaram a SATA Air Açores, à falência que deixaram vários setores. E, portanto, faz o apelo a essa responsabilidade.

Deixou uma outra nota relativamente aos 140 milhões de euros a menos no Plano de 2023 em relação a 2022, e fez um somatório daquela verba que estava prevista para a SATA, que é irrepetível em 2023 e dos 70 milhões de fundos comunitários, ora a soma desses dois valores dá, exatamente, 140 milhões de euros.

Mas mais do que isso, no ano de 2019 foi o último ano normal de execução orçamental de um dos governos anteriores e executaram-se 420 milhões de euros, isto é, menos 200 milhões de euros do que estão previstos nestes documentos orçamentais e, portanto, é bom que se tenha isso em atenção.

Em relação às verbas dos 273 milhões de euros afirmou que são operações de refinanciamento lembrando que o que está em causa, é que o endividamento líquido seja zero.

Em relação às verbas dos 300 milhões de euros, referiu que não havia a expectativa de que houvesse eleições e que o Governo da República cessasse funções, nem havia expectativas que demorasse tanto por essa via a entrar em funcionamento o PO 2030, não sendo esta, portanto, responsabilidade do Governo Regional porque houve de fato eleições nacionais e estes processos atrasaram-se e por isso esses 70 milhões que estavam previstos não foram executados.

Sobre o orçamento retificativo, disse não conseguir imaginar o dia de amanhã, ainda por cima, nos períodos de instabilidade em que nós estamos, é evidente que ninguém com um sentido de responsabilidade correto, “pode pensar que não poderá vir para aí uma calamidade que faça a gente ter que mudar as medidas orçamentais”.



O Diretor Regional do Orçamento, relativamente ao caso concreto do IVA, disse que a projeção para 2023 é possível que seja numa perspetiva prudente, mas ela é prudente, apenas, numa parcela que ainda não é, ou numa variável, que ainda não é conhecida, que é na execução, do nível de execução da receita do IVA em 2022. “Portanto, já temos uma expectativa, e é com base nessa expectativa que os cálculos foram feitos. Eu, pessoalmente, se me perguntar, acho que a perspetiva que está no Orçamento de Estado para execução do IVA em 2022, está por baixo. Eu acho que vai ser ultrapassada, mas as contas que nós fizemos foi com base nessa estimativa”.

Acrescentou que a previsão que fizeram é aquela que decorre da portaria, portanto, é utilizando a taxa de crescimento prevista no Orçamento de Estado, ou melhor, o valor que consta no Orçamento de Estado.

Relembrou que o ano passado, por esta altura, foi dito que havia um desequilíbrio, nomeadamente um excesso de previsão do IVA em 20 milhões de euros e na altura tentou demonstrar que não era assim, já com os elementos conhecidos e, efetivamente, a minha projeção, relativamente ao IVA, é que a haver desvio, será um pouco para cima, mas dependerá, apenas e exclusivamente do que for da execução do IVA no final de 2022. “Porque depois isso corresponde a um acerto que ocorre a meio do ano seguinte e, portanto, a dimensão de acerto é que pode ser, presumo eu, um pouquinho mais elevada, mas não será, enfim, uma variação muito significativa”, concluiu.

O Deputado Carlos Silva, sobre as receitas fiscais e as receitas inscritas nos fundos comunitários, perguntou se a execução que está disponível confirma que as receitas dos fundos comunitários, se são muitos inferiores aos 330 milhões de euros que estavam inscritas o ano passado, “então onde é que ficamos?”

Repetiu a pergunta sobre onde foram investidos os 75 milhões de euros de adiantamento do PRR.

Relativamente a um artigo do orçamento que permite as alterações orçamentais entre programas, perguntou se o objetivo era garantir a centralidade do Parlamento, como é possível aceitar de ânimo leve que o que é aprovado neste Parlamento, depois seja substancialmente alterado entre programas e ações ao longo do ano, distorcendo, assim, aquela que é a sua centralidade.

O Secretário Regional disse que não há receitas consignadas e portanto, as verbas que entram dos fundos comunitários, quer sejam do PRR, adiantamentos, até dos programas operacionais, entram para a tesouraria da Região. Porque, também, a Região tem de executar e pagar para



depois ir buscar as verbas dos fundos comunitários, sendo esta situação que acontece todos os anos em todas as circunstâncias.

Em relação às outras questões colocadas, salientou que, relativamente ao artigo 5º, que é o que está em causa, foi aprovado no Parlamento Regional há 1 ano atrás e que está aí com toda a transparência para que os membros do Parlamento Regional possam apreciá-lo e, eventualmente, alterá-lo se for esse o entendimento. “O que está aí no artigo 5º, é exatamente aquilo que estava o ano passado, não há nada de novo nesse aspeto”.

O Diretor Regional do Orçamento acrescentou que o Deputado tem razão quando refere o que o Plano de 2023 tem um valor inferior ao plano de 2022, mas entende que se deve comparar o plano de 2023 com o Plano inicial de 2020, para ser rigoroso. O Plano final de 2020 já tinha o efeito Lorenzo e o efeito da Pandemia. O Plano de 2021 tinha, novamente, os dois efeitos de uma forma significativa, até porque houve empréstimos, portanto, autorizados pelo Governo da República para esse feito e, quando se compara o Plano inicial de 2020 o de 2023, verifica-se que há um aumento, não havendo assim uma redução.

Disse que 2022 foi um ano extraordinário, como foi 2021 e o final de 2020, que, para dar respostas a questões extraordinárias, recorreu-se a empréstimos especialmente dirigidos a esses investimentos.

A outra questão do artigo 5º, que considerou um cheque em branco, disse não entender assim, porque o Plano é uma previsão, esclarecendo que a RAA foi a última a adotar este tipo de alterações orçamentais, porque isso já existe na República e na RAM. Não é um cheque em branco, até porque é a própria Assembleia que permite ou dá essa possibilidade. Acrescentou que a possibilidade do Governo Regional tem de promover alterações orçamentais está muito mais limitado, apesar de tudo, do que aquelas que estão previstas a nível nacional e a nível do orçamento da Madeira.

O Deputado António Lima, sobre os 80 milhões, sabendo-se que 50 são para a EDA, perguntou para que entidades são os outros 30. Sobre a dívida pública, perguntou qual a previsão para o final de 2022 e de 2023.

Relativamente às receitas e despesas de obras do Furacão Lorenzo, constatou que se a comparticipação do estado é de 85%, havia aqui um valor que não bate certo, perguntando se o que não está bem, se as suas contas ou se a previsão.

Sobre a injeção de capital na SATA, pediu que confirmasse se esses 62 milhões de euros, em dinheiro, vão ser injetados na companhia aérea até final do ano ou se será para o próximo ano.



O Secretário Regional disse que os 62 milhões de euros vão ser injetados na SATA até 31 Dez 2022. Parte já foi pago e o restante será concretizado até ao final deste ano.

Em relação à questão da dívida, deu nota que a dívida em função do PIB para 2022 estima-se em 46,9% e em 2023 cerca 42,7%. Sobre os 85% de comparticipação, disse que se realiza despesa que muitas vezes não tem a devida comparticipação no ano respetivo. Quando há antecipações, é receita antecipada e despesa postecipada, mas o que é mais frequente é ser ao contrário. A despesa é que é antecipada e a receita postecipada. “É o que acontece no caso do Furacão Lorenzo e é essa a explicação”, conclui.

O Deputado António Vasco Viveiros, sobre os 70/75 milhões do PRR, perguntou se essa verba do PRR que entrou no final de 2021 não acrescentou à notificação do défice na perspetiva das contas nacionais.

O Diretor Regional do Orçamento disse que esse diferencial entre os 75,4 da execução de despesa efetuada em 2021 afetou, negativamente, o saldo em contabilidade nacional de 2021.

O Deputado Rui Martins, relativamente ao artigo 5º do orçamento disse que esse artigo não é substancialmente oposto à liberdade que é concedida ao Ministro das Finanças, Fernando Medina, no orçamento que é aprovado por maioria absoluta socialista, que é o artigo 8º do orçamento que tem 22 pontos que configura tudo, permissões do Governo da República para fazer tudo o que bem entende em qualquer que seja o Ministério.

O Secretário Regional disse que essa questão já foi respondida previamente e é evidente, é linear, é cristalino que o artigo 5º que está aqui proposto no orçamento da Região é o mesmo do ano passado e num caso e noutro é substancialmente menos restritivo do que aquilo que prevê o orçamento de estado e, também, no caso do documento orçamental da Madeira.

O Deputado Paulo Estevão, sobre a dívida prevista para 2023 e 2022 e a afirmação do Deputado Vasco Cordeiro há menos de 1 mês, perguntou se é verdade que a Região não pode endividar-se.

O Secretário Regional voltou a dar nota dos valores dizendo que esta estimativa foi feita por um departamento que merece a credibilidade dos Governos dos Açores e dos Açorianos há mais de 20 anos. Quem fazia estas contas para os anteriores governos é quem faz estas contas para o atual governo. São contas técnicas. E as contas técnicas dizem que em 2022, ficaremos com 46,9% de endividamento em relação ao PIB e em 2023 em 42,7%. Como é sabido, o limite são 50% e, portanto, em 2022 vamos ficar abaixo e em 2023 ainda mais abaixo daquilo que é a nossa capacidade de endividamento. Isto é claro, são matérias trabalhadas há muito tempo.



O Deputado Carlos Silva, relativamente aos 75 milhões de euros do PRR, disse que 8 estão justificados perguntou pelos outros 67. Perguntou, ainda, se não era suposto que um adiantamento para investimento em PRR seja investido em despesas nesse âmbito.

Sobre as estimativas orçamentais para as receitas fiscais de 2023, perguntou o que justifica o aumento de 5 milhões de euros nas receitas para o ISP, relativamente à previsão que é feita até ao final do corrente ano.

Pedi para confirmar que os Governos do PS que cessaram funções em novembro de 2020 tinham a possibilidade de usar o artigo 5º das alterações orçamentais, mas optaram sempre por não o fazer com a liberdade que ele agora tem.

Sobre a dívida face ao PIB para 2022 e 2023, perguntou se o rácio apresentado é líquido e qual o rácio bruto e para 2021 qual o rácio bruto e líquido da dívida face ao PIB.

O Deputado António Lima, relativamente aos 30 milhões de euros que não são para a EDA, perguntou a quem é que se dirigem.

Sobre a linha de capitalização das PME de 20 milhões de euros. perguntou se essa verba é do PRR ou se tem outra origem.

Perguntou, ainda, qual o impacto estimado da baixa de IRC para 8.75% para as PME, prevista para 2023.

Deputado Manuel Ramos, referindo-se à cooperação financeira com as autarquias, perguntou qual o ponto de situação dos pagamentos deste ano. Perguntou ainda se, de acordo com uma circular recebida pelas Juntas de Freguesia, a execução desses apoios teria de ficar concluída até ao final do ano.

O Deputado Paulo Estevão perguntou se não seria uma imprudência e uma diminuição da autonomia dos Açores, esgotar completamente a capacidade de endividamento da Região, numa altura de grande incerteza.

Perguntou, ainda, que consequências é que teria um incremento de 25 milhões de euros no orçamento de uma receita que, afinal, não existe e que não há fundamentação para fazer o cálculo desta dimensão de crescimento da receita.

O Deputado Carlos Furtado, relativamente ao aumento das taxas de juros e socorrer as famílias, perguntou se o valor previsto é pouco para fazer face ao enorme problema que isso pode representar o aumento das taxas de juro a nível dos encargos das famílias e se o Governo admite que possa, depois, durante o ano, fazer uma revisão orçamental.



Sobre o ISP, perguntou até que ponto é que, em termos técnicos, podem ser criadas condições para que haja uma redução desse imposto, com vista a reduzir a fatura dos combustíveis às famílias e às pequenas empresas da Região.

O Secretário Regional, respondendo ao Deputado Carlos Silva, disse que não valia a pena criar aqui uma notícia a dizer que o Governo fez sumir 75 milhões de euros que entraram do PRR, porque, como é do seu conhecimento, não há receitas consignadas.

Esclareceu que receitas do PRR quando vêm de qualquer maneira. Há medidas que se vão executando, vão sendo introduzidas naquilo que foi o adiantamento, mas mais do que isso, em 2019 o Governo anterior recebeu adiantado do Furacão Lorenzo 21 milhões de euros, perguntado de forma retórica “e o que é que fez a esse dinheiro?”

Em relação aos rácios da dívida, esclareceu que em 2022 foi de 42,9, em 2023 de 42,7. Há aqui margem até aos 50% em que podiam endividar-se.

Em termo brutos, em 2022 foi de 57,1 e em 2023 na ordem dos 54,8. Ainda assim, qualquer um destes valores são abaixo de 2020 que eram 57,9 e em 2021 de 59,8.

Sobre a questão do Deputado António Lima, disse que o valor de 50 milhões de euros sabe-se que tem que ser para a EDA, esses estão estimados. Os outros 30 milhões é uma capacidade de ir até a esses 30 milhões. Que se for necessário, por parte do setor público empresarial regional, serão objeto de autorizações específicas em função das resoluções do Conselho do Governo. Sobre o Deputado Manuel Ramos, a informação que tem é que os valores estão a ser pagos com muita velocidade, de 15 em 15 dias e que a circular era apenas um alerta para as Juntas de Freguesia. “Nenhuma entidade ficará prejudicada caso não consiga concretizar as obras até ao final de 2022”.

Relativamente às questões colocadas, uma pelo Deputado António Lima e outra pelo Deputado Paulo Estevão, junta as duas pela mesma razão, é que as duas estão pendentes da lei do orçamento de estado. Em relação aos 8,75% e ao impacto que isso poderá ter na receita fiscal, está dependente da lei do orçamento de estado, desde logo, por exemplo, o ano passado o limite eram os 25 mil euros. Agora na proposta está a apontar para os primeiros 50 mil euros. E em função desse limite, a partir do qual já deixam de ter essa benesse, teremos que fazer depois as contas, neste momento enquanto o orçamento de estado não estiver aprovado, não é possível.

Em relação a outra matéria ligada ao orçamento de estado, tem a ver com os juros que foi colocado pelo Deputado Carlos Furtado, que é a verba que está prevista para apoiar as famílias



da classe média por via do eventual aumento de juros e das prestações da habitação. Como é sabido, estava em preparação, por parte do Governo da República, uma medida desse género e é evidente que o desenho que se está a preparar na Região, e que já tem a linha orçamental para tal, vai ter que depender do desenho nacional. Esclareceu que o desenho nacional prevê apoios nos empréstimos para a primeira habitação própria até 300 mil euros e na Região o primeiro desenho que se fez vai até 250 mil euros. Acrescentou que, agora, com esta realidade nacional, vai ter que refletir-se, naturalmente.

Em relação ao Deputado Paulo Estevão, afirmou que se não houvesse o crescimento de juros que está a haver, a Região teria mais seis milhões de euros disponíveis, em vez de ser para pagar juros. Acrescentou “Numa fase destas, onde temos as taxas de juro a crescer, é a pior altura para se negociar novos empréstimos, porque se for taxa fixa ela vai ser muito elevada, se for taxa variável vai ser muito instável. Felizmente, só temos 20% da dívida pública em taxas variáveis e, mesmo assim, isso já significa um aumento de seis milhões de euros que vamos ter que pagar a mais de juros em 2023. Esses 6 milhões, são seis que vamos ter a menos para gastar em investimento, às famílias, às pequenas empresas. Se pedíssemos mais dinheiro iríamos ter menos dinheiro, também, para gastar com as famílias e as empresas. É por isso, também, que isto é, face ao atual cenário, um orçamento de elevadíssima responsabilidade social, em primeiro lugar, como expliquei, mas, também, orçamental e económica e, naturalmente, política também”, referiu.

O Diretor Regional do Orçamento, respondendo à questão do ISP, disse que, efetivamente, 2 milhões de euros é o que estava estimado, que corresponderia esta eliminação gradual da isenção a que estava sujeito a produção de energia elétrica. Isto já vem desde há dois anos, prolonga-se por mais dois anos e, portanto, dois milhões de euros destes cinco, corresponde exclusivamente com isto. Os outros três milhões de euros, é apenas uma estimativa feita em função do crescimento da economia, o aumento do turismo, maior volume de vendas associadas aos combustíveis. Não está previsto nenhum aumento de taxa do ISP. A redução do ISP que já foi feita na Região, faz com que se esteja a perder entre 750 mil euros a um milhão, todos os meses. E por isso, a estimativa feita é que no final deste ano, haverá uma perda de receita de ISP entre 12 a 13 milhões de euros.

Sobre o artigo 5º, disse que todos os anos a DROP faz este trabalho, procurando atualizar as propostas de decretos legislativos que saem e que depois são avaliadas pelos membros do Governo, e portanto, todos os anos procuram verificar o que é que é possível fazer em termos de ajustamentos, relativamente, à realidade nacional e, também, à realidade da Madeira. E esta



questão das alterações orçamentais foi, exatamente, uma decorrência desse processo, não foi porque mudou o Governo.

O Deputado António Vasco Viveiros, relativamente aos 58 milhões de euros previstos em matéria do ISP perguntou, se numa eventualidade, numa situação de agravamento muito substancialmente do preço dos combustíveis, se coloca alguma possibilidade de ajustamento, no sentido de minimizar a fatura das famílias e das empresas.

O Deputado Carlos Furtado, também sobre o ISP, perguntou se há margem legal para baixar o ISP no caso de se manifestar, de maior importância para atenuar os custos das famílias açorianas.

O Deputado Carlos Silva, relativamente ao rácio da dívida bruta, perguntou se em sede de contraditório, que normalmente acontece com o Tribunal de Contas, esses rácios foram, efetivamente, validados.

O Secretário Regional, sobre a pergunta do Deputado Carlos Furtado e do Deputado António Vasco Viveiros respondeu que sim. A Região fez um esforço para compensar de alguma forma o aumento dos combustíveis e, naturalmente, estará disponível para o caso de continuar a escalada de preços, fazer face a essa escalada e mexer no ISP. Disse, ainda, que em 2019 e 2018, com os combustíveis e com o petróleo “muitíssimo” mais barato a Região arrecadou muitos mais impostos, porque aí foi o verdadeiro saque fiscal nesses anos fatídicos para as finanças da Região. Sobre a receita fiscal nacional até setembro, disse que cresceu 20,9%. A receita fiscal regional até setembro cresceu 3,7%.

Em relação aos dados que o Deputado Carlos Silva referiu, o rácio bruto em 2020 era 57,9, em 2021 era 59,8, em 2022 era 57,1 e 2023 a previsão é de 54,8. O rácio líquido, aquele que conta para efeitos de capacidade de endividamento, como disse, em 2022 é 46,9 e em 2023 de 42,7, portanto, há uma excelente margem de endividamento e que face à boa gestão das finanças públicas regionais, até essa margem é maior em 2023 que em 2022.

O Diretor Regional do Orçamento disse que quem certifica o valor da dívida pública financeira do Estado e da Região é o INE. Depois o Tribunal de Contas, também, faz contas. “Nós nem sempre concordamos com as contas do Tribunal de Contas, nem agora nem no passado, não na dívida financeira, porque nessa estamos de acordo”, acrescentando que há muitas divergências na dívida não financeira. O Tribunal de Contas, no seu ponto de vista, utiliza critérios que considera como dívida não financeira, meros compromissos, meras responsabilidades futuras. Nesse caso, o título que se estava, porque também ele é que prepara essa informação, era dívida e outras responsabilidades, estava bem expresso o título do montante que estava por



baixo. Essas outras responsabilidades é que o Tribunal de Contas em alguns casos, também, inclui na dívida não financeira. “O único rácio que neste momento nós temos de dívida bruta é o de 2020, que é o último ano em que nós temos o PIB, que é 57,9. Segundo as nossas projeções, e depois serão ou não confirmadas, aquando da publicação dos novos dados de contas Regionais e Nacionais, que será em dezembro próximo, é que iremos confirmar se em 2021 teremos o montante que estamos a aguardar não ultrapasse os 60%.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS:

O Secretário Regional do Mar e das Pescas iniciou a sua intervenção referindo que em 2022, o Plano da SRMP foi de cerca de 38 milhões de euros, dos quais cerca de 22 milhões afetos ao orçamento regional e 16 milhões de fundos comunitários.

Continuou a sua intervenção com as seguintes observações:

Para 2023, a SRMP tem um plano de 34 milhões de euros, englobando, por decisão política, o plano e o capítulo de outros fundos.

Em termos gerais, é um documento que não sofre praticamente qualquer redução em relação a este ano, atendendo a que, por força das alterações orgânicas, as matérias relacionadas com a orla costeira transitaram para a Secretaria Regional das Alterações Climáticas.

O reforço do projeto 7.1 – Controlo, Inspeção e gestão, assume o maior aumento, passando de 3,2 para 16,9 milhões de euros, por força do Cluster do Mar dos Açores, com o arranque projetado do Tecnopolo Martec e do novo navio de investigação.

O projeto 7.2 – Infraestruturas de apoio às pescas, tem uma redução de 1,9 milhões de euros.

Mantém-se os apoios de anos anteriores, inclui o contrato programa de investimentos com a Lotaçor (comparticipação regional do montante que não foi alvo de apoio de fundos comunitários), investimentos como a grua do porto das poças, melhoramento e operacionalização do porto de pescas de Ponta Delgada nas Flores, estrutura de abrigo de equipamentos na Fajã de Santo Cristo, melhoramento do acesso e eletrificação do porto do Topo, projeto para o molhe de entre montes.

Mantém-se igualmente uma rubrica significativa para a conservação e manutenção das infraestruturas portuárias. A redução justifica-se com os valores a afetar ao contrato programa da Lotaçor, que terá que ser revisto e otimizado mediante as reais necessidades identificadas pela tutela.

A Frota e recursos humanos mantem-se na mesma linha, a rondar os dois milhões de euros.



O Plano de reestruturação da Frota da Pesca, que inclui a concessão de apoios a abates de artes e embarcações tem um reforço de 270 mil euros, reforço esse extensível ao regime de apoio à cessação definitiva.

O projeto “Produtos da pesca e da aquicultura” reduz cerca de 600 mil euros.

Desaparece a ação “Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura”.

Em virtude de nos encontrarmos num período transitório entre quadros comunitários, tal ação só terá efeitos em 2024, aguardando-se a aprovação da EU das novas regras.

No projeto 7.5.1, os regimes de apoio e assistência técnica do Mar 2020, baixa de 19,7 para 2,8 milhões.

O grande volume financeiro observado em 2022 prendeu-se com o apoio a projetos de investimento realizados por privados no âmbito do Programa Operacional Mar 2020, em execução, como são exemplos a nova fábrica da Conseran e a reabilitação do entreposto frigorífico da Madalena.

O valor alocado este ano destina-se à comparticipação dos projetos entretanto aprovados e em execução em outras áreas.

Terminada a intervenção do Governante, o Deputado Paulo Gomes perguntou quais os planos que o Governo Regional tem programado para apoiar os profissionais de pesca, nomeadamente as organizações e associações de armadores e pescadores dos Açores. Atendendo que a Escola do Mar já se encontra certificada, perguntou quais são as perspetivas e projetos que o Governo Regional tem no que diz respeito à formação dos pescadores.

O Secretário Regional, sobre o apoio aos profissionais das pescas, referiu-se à Portaria 32, como um instrumento de apoio ao sector das pescas.

Queixou-se da falta de serviços de ilha pelo que, segundo o Governante, é preciso, de alguma forma, assegurar o normal funcionamento das associações “Nós temos apenas delegados de ilha na ilha das Flores, Terceira e São Miguel, portanto não temos estrutura de ilha nas outras ilhas. São as associações que tratam de toda a papelada”.

Sobre a Escola do Mar dos Açores, disse que os montantes que constam do Plano são demonstrativos do empenho do Governo Regional para dar projeção e garantir o bom funcionamento daquela estrutura, explicando que as necessidades desta escola são muito próprias, sendo que os valores aqui inscritos prendem-se, por um lado, com a certificação que



ocorreu recentemente e a necessidade de contratação que será necessário assegurar em 2023 e, por outro lado, há uma verba que passou do ano transato que se prende com a reabilitação de algumas das suas estruturas.

O Deputado Mário Tomé começou por referir que Região ia avançar com mais 15%, o que perfaz um total de 30% de áreas marinhas protegidas, perguntando como será possível ter capacidade de fiscalizar essas áreas quando há, de facto, uma redução de verbas destinadas à gestão e controlo da atividade da inspeção e de que forma é que os próprios programas afetos à gestão vão ser afetados com esta diminuição de verbas.

Relativamente aos cursos para obtenção de obtenção de cédula marítima perguntou quantos estão previstos para o próximo ano.

O Deputado Mário Tomé constatou ainda que no Programa 7.4, havia uma redução de financiamento comparativamente a 2022, na ordem dos 35%, e, comparativamente a 2021, na ordem dos 62%, perguntando se esta redução iria afetar as associações do sector.

Sobre a Inspeção Regional das Pescas, afirmou que não havia condições de trabalho na sede da Horta, afirmando que o Secretário Regional tinha prometido que as intervenções estavam para breve. Perguntou para quando essas obras na sede. Relativamente aos regimes de pagamento de compensação dos custos suplementares aos produtos da pesca, não foi pago qualquer importância aos pescadores dos Açores, questionando sobre as datas de pagamento.

Sobre o regime de abate, referindo-se às candidaturas feitas e aprovadas em 2022, disse que algumas já vão com cinco, seis meses, perguntando para quando o seu pagamento aos armadores.

Perguntou ainda se a Secretaria Regional já tinha conhecimento se estavam previstas reduções de quotas em 2023.

O Secretário Regional, sobre a redução das quotas, disse que tem existido da parte do Governo um empenho acrescido nesta questão, nomeadamente fazendo um esforço de dar cumprimento ao estatuto político-administrativo, ou seja, “todas as questões que dizem respeito à Região Autónoma, nós entendemos que temos de ser representados ao mais alto nível nas negociações em Bruxelas”.

Relativamente aos abates, disse que é preciso ter algum cuidado, porque não se pode dizer à Comissão Europeia que temos uma frota equilibrada e depois dizer que temos um grande desequilíbrio de frota e temos de abater embarcações.



Acrescentou que terá de existir um esforço no sentido de reduzirmos ao máximo, ou terminar o licenciamento das armadilhas e das redes de emalhar, desde logo ter um sistema de identificação da licença do respetivo titular por forma a que a Inspeção Regional das Pescas coloque um selo que, se não estiver visível numa ação de fiscalização, seja considerado lixo marinho.

“Em 2022 esgotamos o plafom que tínhamos relativamente aos abates de artes de pesca e das embarcações. A Secretaria só atribui 30 mil euros e estamos limitados nessa quantia pelas ajudas de Estado e, portanto, temos de arranjar uma solução que nos deixe cobertos em termos jurídicos”, referiu.

Quanto aos apoios que neste momento existem para o gasóleo, nós vamos prorrogar o apoio ao gasóleo de pesca até 31 de dezembro, mantendo-se os pressupostos da portaria, não será necessário novo aviso.

Sobre o POSEI Pescas, disse que quando existe mudança no quadro comunitário, ficam um ano sem receber e recebem no ano seguinte os dois anos. É isto que esta a acontecer neste momento. Foi posto a hipótese de a Região avançar, mas não existe capacidade de financiamento do Governo para avançar nesse sentido.

Quanto à sede da Inspeção Regional das Pescas, disse que estão todos com instalações muito precárias. Sobre a casa de Pescadores, disse que existia um protocolo com a Segurança Social e foi feito um contrato de concessão, por parte da mesma, à Secretaria Regional das Pescas por 10 anos. “Nós estávamos a tratar de fazer as obras necessárias para arquivo e para a Inspeção Regional das Pescas, lançamos 3 concursos públicos, no valor de cerca de 530 mil euros, e ficaram todos desertos. Depois colocamos a questão de investir esse dinheiro e até aumentar esse valor para haver uma empresa que concorresse e tivemos de recorrer a apoios para socorrer a fileira da pesca, nomeadamente a produção”.

Referiu que as instalações são de facto muito deficitárias e precárias, mas que o Governo tem uma pequena verba para uma reparação geral do edifício da Secretaria e estão a tentar arranjar um edifício que pertença a Região e consiga albergar condignamente a Inspeção.

Acrescentou, ainda, que estão a tentar, em São Miguel, arranjar uma solução que permita desocupar o edifício da Lotação.

Relativamente às associações, disse que a sua pretensão é aprofundar o diálogo, reconhecendo que existiam associações que tem uma grande dinâmica e outras menos e que é preciso criar



as condições para que cada uma delas possa, se assim entender, usufruir dos benefícios que se pode atribuir.

Sobre a Escola do Mar, disse que existia um problema que é o diploma dos marítimos e que tinha havido uma tentativa, por parte da Região, de fazer uma adaptação a nível Regional deste diploma. “Assim que houver, a nível nacional, a publicação do diploma, eu pessoalmente, sem me comprometer, acho que deveríamos fazer aquilo que a Madeira faz em alguns casos”.

Relativamente à Escola do Mar, o que tem sido feito para reverter o problema da falta de mão-de-obra, passa pela emissão de licenças de autorizações de embarque a pessoas que frequentem aqueles módulos que já se sabe que serão exigíveis em termos de marinheiros.

Quanto às áreas de reserva, disse que só pode ter uma fiscalização eficiente se existir a fiscalização por meios eletrónicos. Sobre as diferenças de valores em relação a 2021 e 2022, entre o Plano e Execução, disse que a execução nas pescas atinge, geralmente, 80% e este ano estão muito próximos novamente deste valor. A diferença de 23 para 27 milhões, não tem dados suficientes, mas pode fazer chegar à Comissão uma justificação relativa a essa discrepância.

O Deputado Rui Martins, começou por dizer que uma vez que houve uma alteração do regulamento de inscrição marítimos, e uma vez que as atuais categorias deixam de existir e são substituídas por outras, atendendo que a segurança básica fará parte da formação destas novas categorias, e atendendo que a DGRM também ainda terá de publicar os cadernos formativos para essas novas categorias, perguntou se faz algum sentido estar a insistir nesta formação nas cartas de pescadores e dos arais de pesca.

Sobre o abate de embarcações, pediu uma apreciação relativamente ao facto de existirem na Região muitas licenças profissionais de pescadores que, na verdade, exercem essa atividade como segunda ou terceira atividade e se não fará mais sentido começar a verificar quem está no sector.

O Secretário Regional, sobre a última questão, disse que a realidade da pesca na Região é completamente diferente mesmo entre ilhas. Sobre a associação de pescadores, de uma forma geral têm cumprido com os objetivos, ou seja, em termos de sensibilização dos seus associados, nomeadamente com o esgotamento de quotas. Sobre a atividade principal falou nos lúdicos e considerou dramático, esclarecendo que não se pode ter pescadores lúdicos que vão apanhar o peixe para entregar na garagem do profissional para no outro dia entregar na lota. “Temos de arranjar soluções de fiscalização. Temos de definir em termos de profissionais e qualquer profissão deve estar nas finanças, como início de atividade, depois ser inscrita na Segurança



Social. Nos abates só havia 300 e poucos mil euros do ano transato para abate e está esgotado o plafom”.

Sobre a DGRM, disse que na Região se tenta adaptar, em termos de módulos, assegurando o mínimo dos mínimos, que, a seu ver, é a sustentabilidade e segurança a bordo.

O Deputado Paulo Estevão perguntou qual tem sido a reação de todos neste setor, para os quais este plano de investimentos permite a construção do novo navio de investigação, do centro de experimentação, de investigação e desenvolvimento ligado ao mar.

O Secretário Regional, sobre estes investimentos, referiu que se não fosse o PRR e não tivessem estabelecido com prioridades para a área das pescas estes grandes investimentos, na sua opinião, não seria possível a Região alocar verbas destes montantes para executar e concretizar estes objetivos. Quis realçar que houve antes de estar formalizado com a UAc através de um protocolo colaboração dos cientistas quer para a concessão do navio, quer para o tecnopolo.

O Deputado Paulo Estevão, sobre a dimensão do navio de investigação e o facto de ter de ser acautelada a sua presença no Porto da Horta, perguntou se junto da Portos dos Açores já há perceção que será necessário acautelar uma infraestrutura e se isso obrigará ao reordenamento do Porto e se está devidamente planeado.

O Secretário Regional, sobre a dimensão do navio, disse que tem cerca de 46 metros e estão agora a acertar pequenos pormenores para se poder concretizar e assinar o contrato de construção da embarcação, ainda este ano.

Sobre a Porto dos Açores e o Porto da Horta, disse já terem expressado essa preocupação e tem de haver um lugar estudado, apropriado. A Escola do Mar tem um Pólo, no Porto da Horta, que é um Pólo onde há a ligação de cursos e formação junto ao mar. E já tem ali algumas estruturas e, se calhar, a ideia seria interessante o navio operar na proximidade das instalações da própria escola.

O Deputado Mário Tomé disse que estas questões sinalizadas pelo Secretário não estão refletidas no Plano, que era aumentarmos a capacidade inspetiva, porque uma coisa é a pesca costeira e a pesca em alto mar. Outra coisa é a pesca lúdica ou a pesca local que a própria inspeção regional das pescas tem meios de fiscalizar estas situações. Gostaria de saber porque isso não está refletido no Plano.

O Deputado Paulo Estevão, a respeito do esforço da inspeção em adaptar meios que permitam fiscalizar melhor, usando novas tecnologias, e quis saber o que é que o Governo tem planeado a esse nível.



O Governante disse que não se pode ter uma fiscalização eficaz se não tivermos a colaboração de associações e associados da pesca profissional e da associação e associados da pesca lúdica. “Temos que reportar às autoridades Europeias quais são as quantidades de captura que efetuam os lúdicos que tem de ter algum sentido de cidadania. Temos de acompanhar a cadeia de distribuição e em vez de começarmos no Porto começamos nos restaurantes, por exemplo. Se calhar temos de controlar à saída da embarcação. A nosso ver tem de haver uma discussão para todos chegarmos a um consenso, havendo uma adesão e consciencialização”, concluiu o Secretário Regional.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Subsecretário Regional da Presidência iniciou a sua intervenção referindo as áreas da sua subsecretaria que estão afetas à competência da Comissão de Economia. É o caso do Fundo Regional de Coesão e das Comunicações.

Relativamente ao Fundo Regional da Coesão, este tem um conjunto de atribuições, que visam minimizar os efeitos de ultraperiferia que se verificam dentro do arquipélago, reforçando a coesão económica e com particular destaque para o regular abastecimento dos bens essenciais às populações. Para 2023, os objetivos do Fundo assentam em prosseguir com as políticas de compensação às despesas de transporte marítimo dos produtos essenciais (farinha e cimento) e apoio ao transporte marítimo de mercadorias entre as ilhas do grupo ocidental. Outro objetivo prende-se com a gestão do abastecimento de combustível à região com especial destaque para o transporte marítimo entre ilhas. Tem receitas e despesas e para cumprir as suas obrigações tem disponível, do plano e orçamento para 2023, 8 milhões 960 mil euros.

Sobre as comunicações, têm um projeto com 3 ações, num total de verbas disponíveis no plano e orçamento para 2023, de 3 milhões 3695 euros. Na parte da cibersegurança, o projeto 9, faz um total de 427.240 euros.

O Deputado Carlos Silva, relativamente ao fundo de coesão, em que o principal objetivo é promover a coesão regional, e sendo essa uma preocupação patente em todos nós, o deputado afirma que o problema é quando verificamos que as verbas inscritas no plano para 2023, referentes a essa matéria, nota-se um corte de mais de 4 milhões de euros, questionou se o governo regional não quer promover a coesão regional, se isso significa que o Governo vai fazer menos do que aquilo que fez este ano ou se as verbas inscritas para 2022 não eram fidedignas. Outra preocupação que o Deputado demonstrou assenta no facto de que o maior hospital da região ter sido alvo de ataques informáticos que provocou danos significativos, afetando o



funcionamento dos serviços e condicionando a atividade medica, questionou o que está previsto realizar nessa aérea.

O Subsecretario explicou que, em 2022, o fundo de coesão assumiu uma serie de compromissos, nomeadamente, compromissos ligados ao furacão Lorenzo. Neste momento já não precisa de assumir estes compromissos. Estas questões estão resolvidas o que dá uma folga grande ao fundo de coesão, resultando uma menor necessidade de transferências de verbas por parte da região para o fundo de coesão. No que diz respeito à cibersegurança, há um aproveitamento de verbas do PRR, estando estas ações todas asseguradas.

O Deputado Carlos Silva, após ter questionado outros Secretários sobre o assunto, mas sem que esses conseguissem responder, questionou o subsecretario onde é que o governo regional tinha investido os 75 milhões de euros que recebeu de adiantamento em 2021, para fazer investimentos no âmbito do PRR, porque apenas 8 milhões estão esclarecidos na conta de 2021, estando 67 milhões de euros que não se encontra resposta nos documentos disponíveis. Pediu ao subsecretario explicações adicionais, caso as tenha, que comprovem onde essas verbas foram investidas. Ao que o Subsecretário referiu não ter informações.

APRECIÇÃO DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023

A proposta de Orçamento para 2023, analisada nesta Comissão, prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, no entanto a receita efetiva, de 1.543,2 milhões de euros, quando comparada com a despesa efetiva, de 1.598,0 milhões de euros, gera um saldo efetivo de -54,8 milhões de euros.

A proposta de Orçamento para 2023, apresentada pelo Governo Regional dos Açores a esta Assembleia Legislativa, prevê um valor, em termos consolidados, de 1.894,0 milhões de euros.

Quanto à Receita:

Em termos consolidados, a receita total prevista no orçamento para 2023, atinge o valor global de 1.894,0 milhões de euros.

As receitas efetivas podem atingir o valor de 1.543,2 milhões de euros.

A receita total está desagregada em três agrupamentos – receitas correntes (1.097,3 milhões de euros) , receitas de capital (717,8 milhões de euros), das quais os ativos financeiros (1,7



milhões de euros) e os passivos financeiros (273,8 milhões de euros), e outras receitas (78,9 milhões de euros), onde se inclui o saldo da gerência anterior (75,3 milhões de euros).

No que respeita à Administração Regional Direta, as receitas próprias estão estimadas em 896,6 milhões de euros. As receitas fiscais atingem uma previsão orçamental de 776,7 milhões de euros. Este valor teve por base a estimativa provisória do ano de 2022, acrescidas das taxas de variação que têm como referência as constantes no Orçamento de Estado para 2023.

Os impostos indiretos atingem uma previsão orçamental de 523,0 milhões de euros. Destes impostos, importa referir o IVA com uma estimativa de 361,1 milhões de euros, o ISP onde é estimado atingir os 58,0 milhões de euros, o IT onde é estimado atingir os 52,4 milhões de euros e o IS onde é estimado atingir os 29,9 milhões de euros.

Dos impostos diretos, cuja previsão global é de 253,7 milhões de euros. Merece especial destaque, com um valor estimado respetivamente, IRS com 203,7 milhões de euros, e o IRC com 50,0 milhões de euros.

Para as outras receitas próprias o orçamento prevê um valor de 43,2 milhões de euros, constituídas por um grande conjunto de naturezas de receitas.

As transferências do orçamento do Estado estão previstas em 334,0 milhões de euros, representando assim 23,0 % da receita efetiva.

As transferências da União Europeia, que em 2023 ascendem a um valor previsto global de 300,0 milhões de euros, no âmbito de cofinanciamentos de projetos de investimento diretamente executados pelo Governo dos Açores, o que representa 20,6 % do valor da receita efetiva.

O ORAA para 2023 não apresenta recurso a novo endividamento por parte da Região.

Quanto à Despesa:

O valor consolidado global da despesa estimada, excluindo passivos financeiros e dotação provisional, para o ano de 2023, atinge os 1.894,0 milhões de euros.

As despesas correntes ascendem a 1.202,9 milhões de euros, dos quais 47,6 milhões de euros são juros e outros encargos.

Para as despesas com as aquisições de bens e serviços da ARD está prevista uma dotação de 10,6 milhões de euros.



As despesas com o pessoal dos três subsectores da Região para 2023 podem ascender a 614,4 milhões de euros, o que representa mais 33,3 milhões de euros do que o previsto para 2022, devido à estimativa de aumentos salariais e progressões nas carreiras.

As despesas de capital têm uma dotação de 691,1 milhões de euros, dos quais 20,4 milhões de euros são ativos financeiros e 275,7 milhões de euros passivos financeiros.

Esta proposta de orçamento gera um saldo efetivo de -54,8 milhões de euros e um saldo primário de -7,2 milhões de euros.

Classificação Orgânica:

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respetivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma, estando a mesma espelhada, e de forma detalhada, nos mapas que fazem parte integrante do orçamento da Região para 2023.

Importa ainda referir que as áreas com maior afetação de recursos são a saúde e desporto, com 29,3%, seguida da educação e assuntos culturais, com 20,2% e do turismo, mobilidade e infraestruturas, com 16,5%.

Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos:

O orçamento para os Fundos e Serviços Autónomos (FSA) ascende a 500,3 milhões de euros.

Dívida Pública Regional:

No que concerne à dívida pública direta, em 30/06/2022, atingiu os 2.860,8 milhões.

Avaes:

Relativamente aos avales, em 30/06/2022, a responsabilidade da RAA era de 245,5 milhões de euros.

Setor Público Empresarial:

O SPER detém um total de participações nas seguintes entidades empresariais (31.12.2021):

Empresas com participação direta

- HDES
- HSEIT
- HH



- Sata Air Açores
- Atlanticoline
- Portos dos Açores
- Lotaçor
- Ilhas de Valor
- Sinaga
- EDA
- Azorina
- Teatro Micaelense
- IROA

Empresas com participação indireta

- Sata Internacional
- Sata Express
- Azores Express
- Naval Canal
- OPERPDL
- OPERTERCEIRA
- OPERTRI
- Santa Catarina
- Pousada da Juventude Santo Cristo
- Globaleda
- Eda Renováveis
- Segma
- NOS Açores
- Fábrica de Cervejas Melo Abreu

Empresas Não Societárias

- AAFTH - 50%
- OTA - 55,56%
- Nonagon - 70%
- Ass. GEOAÇORES - 78,95%
- Associação RAEGE Açores - 85,71%
- CERCA



- ADFMA - 53,85%
- CALL - Centro Açoriano Leite e Laticínios

SÍNTESE DA POSIÇÃO DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM, sem direito a voto, emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do CH, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do IL, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN, sem direito a voto, não emitiu parecer, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Deputado Independente emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade a Comissão Permanente de Economia deliberou:



- 1) Com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Deputado Independente emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Anual Regional para 2023”;
- 2) Com os votos a favor do PSD e do CDS-PP e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS e do Deputado Independente emitir por maioria **parecer favorável** à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”.

Ponta Delgada, 15 de novembro de 2022

A Relatora

Patrícia Miranda

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

José Ávila

ANEXOS: Pareceres: Conselhos de Ilha da Graciosa, Terceira, Flores, São Jorge, Santa Maria, e Corvo

Edite Azevedo

De: Fernanda Cristina Pires A. Belo Santos <fernanda@cmah.pt>
Enviado: 8 de novembro de 2022 10:31
Para: Assuntos Parlamentares
Cc: Marcos Couto; Paulo Luis; rui.silva@alra.pt
Assunto: FW: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"
Anexos: Iniciativa.pdf; Ofício.pdf; Parecer URIPSSA.pdf; Parecer CI 2023 enviado.pdf; Parecer CI Câmara Municipal.pdf; Proposta - Olaria de São Bento.pdf

Bom dia,

Encarrega-me o Senhor Presidente do Conselho de Ilha da Terceira de remeter o parecer emitido em reunião de 18-10-2022, bem como os restantes pareceres.

Melhores cumprimentos,

Fernanda Santos
Assistente Técnica
Gestão Documental e Logística

De: Angra <angra@cmah.pt>
Enviada: 8 de novembro de 2022 10:22
Para: Fernanda Cristina Pires A. Belo Santos <fernanda@cmah.pt>
Assunto: FW: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"

De: Rui Silva <rsilva@alra.pt>
Enviada: 31 de outubro de 2022 14:00
Para: Angra <angra@cmah.pt>
Assunto: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho de Ilha da Terceira,

Encarrega-me o Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia de remeter a V. Exa. o ofício e iniciativa sobre o assunto em referência.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Silva
Assistente Técnico
Departamento de Atividade Parlamentar
Assembleia Legislativa da R.A. Açores
Rua Marcelino Lima – 9901-858 Horta
Tlf. +351 292207666

O conselho de Ilha da Terceira reuniu no dia 18 de outubro de 2022, no Salão nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, em sessão ordinária, para apreciar e emitir parecer sobre a Anteproposta de Plano para 2023.

Este Conselho entende o contexto internacional de grande incerteza que envolve a projeção e aplicação do Plano para o ano de 2023, bem como os limites ao endividamento impostos pela lei das finanças regionais. Do ponto de vista da organização do documento, concluímos, também, que não difere muito das Antepropostas dos Planos anteriores, mas a nova metodologia apresentada dificulta uma análise comparativa e profunda do mesmo.

Assim, o Conselho de Ilha emite o seguinte parecer:

Pela Positiva:

1. Valorizar o investimento previsto para a área social;
2. Entende este Conselho que a procura exponencial e o aumento do fluxo turístico aos Açores, na sua generalidade, deve ser promovido de forma igualitária e descentralizado para favorecer as 9 ilhas do nosso Arquipélago. Posto isto, o investimento para a ilha Terceira deve ser prioritário, tanto a nível de transportes aéreos, como marítimos, tal como referido no plano do ano 2022;
3. A ação que visa a requalificação da Aerogare Civil das Lajes, a que corresponderá um investimento de 3.600.000,00 € e onde está também incluída a promoção e angariação de novos fluxos turísticos para a Terceira, junto das companhias aéreas e operadores turísticos. Continuamos a alertar para a eficaz e correta divulgação da Certificação Civil do Aeroporto das Lajes, junto de todas as entidades nacionais e internacionais.
4. Prevê-se a Criação de um Centro Interpretativo da Batalha da Salga, que é uma medida positiva, e mais um ponto de atração turística para a ilha. No entanto, é manifestamente baixo o montante de investimento previsto;

5. A ação que prevê a elaboração do projeto e início da empreitada de construção do Laboratório SEEMBO;
6. É merecedor de nota muito positiva o facto de não estar prevista qualquer verba para a SATA, medida defendida por este órgão já no ultimo parecer.

Pela Negativa:

1. A rede de estradas regionais tem um número significativo de troços carecidos de reabilitação. É preocupante a muito baixa verba destinada a este tipo de infraestruturas, pelo que entendemos que deve existir uma maior afetação de verbas destinadas às estradas da Terceira. A mesma preocupação vai para a rede de caminhos agrícolas, que se encontra a necessitar de fortes investimentos;
2. O desaparecimento da aposta no Centro Interpretativo do Algar do Carvão merece da parte deste Conselho uma nota de preocupação, já que a Ilha Terceira tem, neste momento, uma grande falta de recursos turísticos preparados para visitação. A falta deste espaço leva a um aumento da pressão humana sobre aquela área, que não é de todo o mais indicado;
3. O desaparecimento do Centro Interpretativo da Base das Lajes, que sendo mais um ponto de atração turística para a ilha, pode captar um número elevado de pessoas que tenham ou tiveram, de alguma forma, ligação àquela Base;
4. Quanto às Infraestruturas e Equipamentos Portuários, nomeadamente o Porto da Praia da Vitória, não se prevê um grande investimento no porto, o que é preocupante, porque penaliza gravemente as operações comerciais e as escalas dos navios de cruzeiro;
5. No mesmo sentido manifestamos a nossa preocupação com a falta de verbas para a finalização das obras do porto das Pipas. Com o impasse a que está reduzido o projeto é com grande apreensão que o Conselho de Ilha vê o próximo inverno, uma vez que a obra atual está totalmente desprotegida e sujeita às intempéries, colocando assim em forte risco a navegabilidade do próprio porto e da marina;

6. No que ao património cultural diz respeito é de lamentar a total falta de investimento em dois edifícios históricos da cidade de Angra e da Ilha Terceira, como é o caso das Igrejas das Concecionistas e do Livramento.
7. Apesar do aumento do investimento da área social, entende o conselho de ilha que seria benéfico o apoio à transição digital e às energias renováveis de forma a melhorar os rácios de sustentabilidade das IPSS

Tendo em conta o atrás exposto, o Conselho de Ilha entende que este plano merece uma avaliação globalmente positiva, pelo que devem merecer, por parte do Governo, particular e efetiva atenção os aspetos referenciados.

Em anexo estão apensos os pareceres sectoriais que foram entregues, os quais integram o presente parecer.

Angra do Heroísmo, 21 de outubro de 2022

Assinado por: **MARCOS DUARTE MACHADO DO
COUTO**
Num. de Identificação: '
Data: ' / ' / 2022



Marcos Duarte Couto

MEMORANDO

Plano Regional Anual para 2023

Vem o Município de Angra do Heroísmo, na sequência das comunicações anteriores sobre a mesma temática, apresentar um conjunto de questões que se prendem com o investimento direto e indireto da administração regional no concelho, chamando a atenção para um conjunto investimentos da responsabilidade da administração regional que não se encontram contemplados na proposta de Plano Regional Anual para 2023 ou que nela se encontram deficientemente aprovisionados.

Para melhor compreensão do proposto, apresenta-se uma listagem das iniciativas que a Câmara Municipal gostaria de ver incluídas no Plano Anual, ou num dos planos anuais da presente legislatura, e um conjunto de outras questões, que podem não ter reflexo direto naqueles documentos, mas que ainda assim têm implicações financeiras que devem ser devidamente consideradas.

Tendo em conta que a quase totalidade dos pontos que constavam dos memorandos anteriores não foram considerados, o presente memorando, na essência, repete o comunicado em anos anteriores.

Propostas de ações a incluir no Plano Regional Anual para 2023 (ou noutra a que se apliquem as Orientações de Médio Prazo 2021-2024)

1. Recuperação do molhe de proteção do Porto de Pescas de São Mateus e desassoreamento da sua bacia interior

A forte ondulação gerada pelo Furacão Lorenzo veio acelerar o processo de degradação do troço terminal do molhe de proteção do Porto de Pescas de São Mateus, criando risco de perda de alguns dos seus blocos. Por outro lado, a parte mais interna da bacia portuária encontra-se assoreada, reduzindo o calado das embarcações que a podem utilizar, particularmente na baixa-mar. Pretende-se a reconstrução da parte afetada do molhe, considerando-se urgente essa intervenção, dados os custos adicionais associados a uma eventual perda de blocos, e a realização de uma operação de limpeza da bacia interior, a qual pode



ser feita a partir de terra.

2. Reabilitação do acesso norte ao Hospital de Santo Espírito (Canada do Breado)

O acesso de emergência ao Hospital é feito por uma via não pavimentada, a Canada do Breado, que liga aquela estrutura à estrada regional no lugar da Vinha Brava. A alteração do regime de escoamento naquela zona tem levado a frequentes cheias, afetando gravemente a Casa de Saúde de São Rafael e a Circular Externa na zona da rotunda anexa aos terrenos daquela instituição. Pretende-se a drenagem e pavimentação da via, obra que pode ser feita em coordenação com o investimento que se pretende para o SEEBMO e cujo início já conta da proposta de Plano Anual. O Município está disponível para participar no investimento, incluindo a cedência da casa junto à circular (Ponta do Muro) que se viu obrigado a adquirir face à recorrência de cheias.

3. Continuação da construção da Avenida António Dacosta, conforme novo traçado proposto

Ao longo da última década foram construídos dois troços de estrada regional da variante a São Carlos (agora designada por Av. António Dacosta). O último troço construído termina numa via municipal que não tem o traçado nem o perfil adequado às necessidades de tráfego, dando origem a duas vias paralelas com sentido único, situação que não é adequada ao pretendido com as obras já executadas. Pretende-se a construção do troço entre a Canada dos Cinco Reis e a Canada da Luz, com ligação à Canada do Célis, com o correspondente nó de inserção na atual estrada regional no cruzamento da Canada da Luz/Canada de Belém.

4. Construção de variante à Vila de São Sebastião

A estrada regional atravessa o centro da Vila de São Sebastião, dando origem à sua divisão em duas vias de sentido único, sendo que uma delas é uma rua da responsabilidade do Município. A presente situação causa degradação nos imóveis que ladeiam as referidas ruas e constrangimento ao trânsito na zona de inserção junto ao Império da Vila. Pretende-se a construção de uma nova via que circunde o centro da vila pelo Sul, interligando as diversas vias regionais e municipais que ali



convergem.

5. Correção do traçado da estrada regional no lugar da Ribeira da Luz, Altares

No lugar de Ribeira da Luz, na parte leste dos Altares, existe uma curva e contracurva, no centro da qual se dá a inserção da Canada do João Borges, que liga à estrada regional que vem de Angra pelo interior da ilha (Canada do Rego). Esteve prevista a correção da curva, fazendo-se a reserva dos necessários terrenos, aquando da última grande intervenção feita naquele troço de estrada, o que se não materializou. Pretende-se construir uma nova passagem hidráulica e eliminar a curva de forma que a inserção da Canada do João Borges se faça em local com adequada visibilidade.

6. Recuperação ambiental da Lagoa do Ginjal

A Lagoa do Ginjal é a maior das lagoas da ilha Terceira, encontrando-se eutrofizada e cheia de lodos e de lixo arrastados das pastagens vizinhas. Pretende-se a limpeza da lagoa, com aquisição das pastagens marginais e o seu reflorestamento. O Município já manifestou disponibilidade para participar no processo.

7. Reperfilamento e reabilitação das grotas e ribeiras a jusante à cidade de Angra do Heroísmo

O centro da cidade de Angra do Heroísmo tem sido repetidamente inundado devido à afluência de águas provenientes da zona montanhosa situada a norte (encosta do Morião) e dos terrenos a norte de Santa Luzia (Breado e Pateira). Apesar do grande investimento municipal e regional já feito, o risco de graves inundações permanece, pelo que se pretende a inclusão no Plano Anual dos investimentos necessários à mitigação do risco de cheia nas bacias hidrográficas a montante de Santa Luzia (grota que anteriormente estava canalizada para o Alto das Covas). Estando em conclusão o investimento em torno da Casa de Saúde de São Rafael, interessa prosseguir com a solução para condução das águas provenientes dos terrenos a oeste do Hospital (Breado) e dos terrenos sobranceiros à Rua Capitão João de Ávila, cuja afluência ao Chafariz Velho e ao tardo das casas da parte leste da referida rua continuam por resolver.



8. Financiamento da obra de reconstrução do claustro da Igreja das Concepcionistas

Em cooperação financeira com a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, o Município está a financiar a reconstrução da Igreja das Concepcionistas, propriedade daquela instituição que se encontra em ruínas desde o sismo de 1980. No fim da última legislatura foi formalizado pelo Governo o compromisso de apoiar aquela instituição na reconstrução do claustro anexo à referida igreja. Pretende-se a concretização financeira desse compromisso, atendendo a que a obra de reconstrução da igreja já se encontra em curso com financiamento municipal. Pretende-se ver claramente expressa a intenção de reconstrução do claustro.

9. Financiamento da obra de reconstrução do claustro da Igreja de Santo António dos Capuchos

Em cooperação financeira com a Irmandade do Livramento, o Município está a financiar a reconstrução da Igreja de Santo António dos Capuchos, propriedade daquela instituição, que se encontra em ruínas desde o sismo de 1980. A obra de reconstrução da igreja já se encontra adjudicada. Pretende-se a cooperação financeira com o Governo visando a reconstrução do pequeno claustro anexo, notando-se a existência da ação referente à recuperação da Igreja do Livramento na Terceira, mas com dotação muito insuficiente face à necessidade de reconstrução do claustro.

10. Construção do Centro Interpretativo da Fortaleza de São João Baptista, conforme projeto elaborado pela Direção Regional da Cultura

O Município celebrou um protocolo com o Ministério da Defesa visando a recuperação da Igreja de São João Baptista, estando agora a decorrer o processo visando a respetiva empreitada. O Governo, através da Direção Regional da Cultura, elaborou o projeto para a recuperação de um edifício que se encontra abandonado nas imediações daquela igreja para instalação de um centro interpretativo, assumindo os custos com a obra. Pretende-se que a matéria seja incluída no Plano dada a conveniência de ambas as obras serem executadas ao mesmo tempo.

11. Construção do reservatório para servir agricultura do oeste do concelho (freguesias



da Serreta/Doze Ribeiras)

As freguesias do sudoeste da Terceira (de Santa Bárbara à Serreta) têm sido severamente afetadas com falta de água para uso agrícola nos anos de estiagem mais intensa. Para resolver a questão está prevista a construção de uma lagoa artificial na zona entre a Serreta e as Doze Ribeiras, tendo o Município adquirido há cerca de 20 anos os terrenos que eram necessários. Pretende-se a cooperação financeira da Região para a construção da referida lagoa. O Governo anterior apresentou como alternativa a construção de uma nova lagoa no Pico das Duas, anexa às já existentes, solução que apresenta alguns problemas no que respeita à distribuição para as zonas mais a oeste (Doze Ribeiras e Serreta) dadas as cotas e falta de rede. Contudo, o Município está disponível para aceitar essa solução. Dada a importância desse investimento, solicita-se a sua inclusão no Plano Anual.

12. Cooperação financeira com diversas entidades em projetos com cofinanciamento municipal.

Estão em curso ou em preparação intervenções a cargo de algumas entidades sem fins lucrativos para as quais existe o compromisso de coinvestimento por parte do Governo. São particularmente importantes os investimentos a fazer na construção do centro comunitário do Bairro do Lameirinho (projetado), o edifício da AMPA na freguesia de São Mateus (já concluído, mas com necessidade financiamento) e o centro de dia para idosos da Ribeirinha (em fase de projeto). Solicita-se a inclusão das necessárias participações governamentais.

13. Reabilitação do Bairro da Terra Chã

Para além da recuperação das habitações do bairro, com redefinição e clarificação do que efetivamente se pretende fazer face aos projetos contraditórios que foram sendo apresentados, pretende-se definir o processo de recuperação das antigas casas dos médicos situadas nas traseiras do atual TERINOV. O Município pretendeu a cedência desses edifícios para recuperação e integração no seu parque habitacional, o que não foi aceite. Após novo contato com a Vice-Presidência do Governo e face à disponibilidade de verbas do PRR para investimento, pretende-se obter a sua transferência para a esfera municipal.

14. Miradouros e trilhos



Em tempos foi acordado com o Governo a construção de um conjunto de miradouros e locais de lazer junto a vias regionais. Pretende-se retomar o assunto, solicitando-se a inclusão de miradouros e de outros espaços de integração ao longo das estradas regionais na correspondente ação do Plano.

15. Proteção costeira no lugar da Baía do Porto Judeu e melhoria da zona balnear

Foi acordado entre o anterior Governo e a Junta de Freguesia do Porto Judeu a construção de um molhe destacado naquela zona balnear. Pretende-se a prossecução do projeto que se encontra concluído por uma empresa da especialidade. A obra apenas poderá prosseguir com participação governamental.

16. Proteção costeira no litoral de São Mateus

Encontram-se concluídos os projetos de proteção costeira no Bravio (onde recentemente ocorreu um acidente resultante de infraescavação da berma da Estrada Regional), e dos troços frente à Canada da Luz e à Vila Maria. Pretende-se obter os meios financeiros necessários à sua execução. No caso do troço frente ao bairro do Bravio a matéria é de extrema urgência dado os riscos de desabamento da estrada regional naquela zona.

17. Reforço do extremo da muralha de proteção do Biscoitinho

No decurso das obras realizadas na proteção do Biscoitinho e do Terreiro (São Mateus da Calheta) detetou-se que o extremo da muralha de proteção está instável, apresentando grandes deformações. Foi encomendado o projeto de reforço, o qual está em fase de conclusão. Solicita-se o seu financiamento no âmbito da proteção costeira.

18. Proteção costeira na Ponta Gorda (Porto Judeu)

Encontra-se concluído o projeto, solicita-se o seu financiamento por inclusão na ação referente ao Furacão Lorenzo ou em alternativa no âmbito da proteção costeira. Trata-se uma intervenção de grande magnitude que carece de cofinanciamento regional.



Outras questões relevantes para o Município

1. A rede de estradas regionais encontra-se com troços em muito mau estado. São de particular preocupação: (1) a ligação entre a Grota do Medo e a Vinha Brava e daí até ao Reguinho e à rotunda junto à Casa de Saúde de São Rafael; (2) o troço entre a Silveira e o Negrito; e (3) vários troços da Circular de Angra, com destaque para a via descendente entre a Rotunda da Canada Nova e o viaduto do Pico da Urze.
2. Transportes aéreos (especialmente a questão das rotas para a Europa e para a América do Norte que em tempo foram anunciadas) conforme anteriormente debatido no Conselho de Ilha. A questão da acessibilidade aérea à Terceira, que para além dos aspetos que já constam do memorando aprovado no Conselho de Ilha, está progressivamente prejudicada com a canalização de passageiros para a ilha de São Miguel, com um número crescente de ligações diretas das ilhas do Grupo Central e Ocidental destinadas a alimentar os voos de e para o exterior do arquipélago ali centralizados.
3. A necessidade de reformular os espaços sob gestão da Portos dos Açores no litoral de Angra, com destaque para o Porto das Pipas, retirando de lá os bares e usos semelhantes e criando uma gare de passageiros e espaços para a atividade marítimo-turística.
4. Saber quais as intenções do Governo Regional em relação à reestruturação do Bairro da Terra Chã e à construção do pavilhão desportivo previsto para os terrenos agora ocupados pelas habitações a demolir.
5. Saber que investimentos estão previstos na área da ciência e tecnologia na Terceira, especialmente no TERINOV e nas estruturas existentes na Praia da Vitória e garantir que não migram para o NONAGON estruturas informáticas do Governo Regional sedeadas na Terceira, com destaque para as infraestruturas ligadas ao Serviço Regional de Saúde.
6. Esclarecer quais as intenções do Governo Regional na reformulação do PPEGRA e no encaminhamento de resíduos, bem como o apoio ao processo de



remoção de passivos ambientais, especialmente no que se refere à mineração do aterro da Terceira.

7. Atualização do Plano de Prevenção de Cheias, com inclusão como cursos de água onde há risco das ribeiras da encosta sudoeste da Serra de Santa Bárbara e na periferia da cidade de Angra e eliminação das referentes ao Porto Judeu onde as obras realizadas resolveram o problema.
8. Rever o processo de desalfandegamento das encomendas, retomando o processo na ilha Terceira, conforme o Conselho de Ilha tem reclamado desde há vários anos. Analisar as questões referentes ao funcionamento dos CTT, melhorando os prazos de entrega de encomendas postais, conforme consta dos repetidos memorandos do Conselho de Ilha.
9. Normalização da recolha e tratamento dos resíduos agrícolas, especialmente dos plásticos agrícolas, conforme anteriormente acordado.
10. Regularização do regime de tratamento dos cadáveres de animais recolhidos nas pastagens, com regulamentação do sistema previsto no regime jurídico dos resíduos.
11. Integração da cidade de Angra do Heroísmo no programa de dinamização cultural do Governo Regional.
12. Concessão da exploração dos recursos hidrotermais da região a oeste da cidade de Angra do Heroísmo (faixa Fanal-Silveira até a montante da Terra Chã e Posto Santo (Encumeada do Mato/Mata do Estado).
13. Manutenção da Linha Lilás, conforme os memorandos anteriormente aprovados em Conselho de Ilha.
14. Manter a ligação marítima de passageiros à ilha de São Miguel dada a sua importância durante o período de verão e em particular no transporte de pessoas aquando das Sanjoaninas.
15. Encerramento do Quadro Comunitário 2020 e redistribuição de valores pelos



Municípios, nos termos do acordo assinado entre a AMRAA e o Governo. Esta questão está a prejudicar gravemente o Município de Angra do Heroísmo.



Assunto: Parecer sobre a Anteproposta do ORAA e Plano Regional para 2023

A URIPSSA, congratula o Governo Regional dos Açores por a Anteproposta do ORAA e Plano Regional Anual para 2023 contemplar um conjunto de medidas que potencialmente mitigarão a crescente inflação.

Analisando o Plano Regional Anual para 2023 focámos a nossa atenção principalmente na área Social.

Reconhecendo o esforço na área do Desenvolvimento Social é de valorizar os valores apresentados para apoio na área da Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza, apoio a idosos, continuação da modernização do parque automóvel das IPSS assim como o apoio à aquisição de combustível pelas mesmas. Aguardamos o conhecimento sobre o modo de atribuição e celeridade do processo que se revela já urgente neste momento.

-Acreditamos que no ORAA para 2023 estará refletido um valor que tenha em conta o aumento do SMR e a inflação nos valores nos Acordos de cooperação para as IPSS, que neste momento está a por em causa a sustentabilidade das mesmas. E que seja revisto o valor padrão para as unidades de cuidados continuados integrados (UCCI) que desde 2020 não são alteradas.

-Ainda uma chamada de atenção sobre as condições técnicas de organização e funcionamento que visam substituir os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) pelos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) no que concerne a requalificação/adaptação dos espaços e respetivos quadros de pessoal, ambas requerendo apoios financeiros às IPSS, de modo a procederem de acordo com a legislação em vigor e cujo prazo de adequação finda no primeiro trimestre de 2023.

-Mantemos a nossa persistência na criação de uma bolsa para as IPSS na atribuição dos apoios a 100 % para os sistemas solares fotovoltaicos.

-Achamos que é da maior importância um apoio para a transição digital, um valor específico dedicado ao sector social e que em muito iriam ajudar a melhorar a prestação de serviços de qualidade à nossa comunidade.

-Um apoio financiado a 100 % para a eficiência energética nas IPSS para as mesmas poderem ser mais amigas do ambiente e melhorar a sua sustentabilidade.

- Aproveitamos para deixar um alerta que vai ser necessário pensarmos como vamos resolver as listas de espera nas ERPI. Os Novos Idosos vêm ajudar a reduzir as listas de espera mas não vai resolver só por si esta lacuna na nossa comunidade mais idosa.

Continuamos a acreditar que, dada a natureza das nossas Instituições serem sem fins lucrativos, devem ter um tratamento diferenciado das empresas por terem um papel crucial no contrato social. A resolução da desigualdade social é imputada aos Governos mas também é nosso papel defender as IPSS na competitividade e qualificação das próprias.

É nossa convicção que estamos num bom percurso de parceria no apoio à nossa comunidade.

Praia da Vitória, 13 de Outubro de 2022

Presidente da Direção

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by several loops and a horizontal line at the end, positioned above a solid horizontal line.

João Canedo Reis



URIPSSA
União Regional das Instituições Particulares
de Solidariedade Social dos Açores

Assunto: Parecer sobre a Anteproposta do ORAA e Plano Regional para 2023

A URIPSSA, congratula o Governo Regional dos Açores por a Anteproposta do ORAA e Plano Regional Anual para 2023 contemplar um conjunto de medidas que potencialmente mitigarão a crescente inflação.

Analisando o Plano Regional Anual para 2023 focámos a nossa atenção principalmente na área Social.

Reconhecendo o esforço na área do Desenvolvimento Social é de valorizar os valores apresentados para apoio na área da Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza, apoio a idosos, continuação da modernização do parque automóvel das IPSS assim como o apoio à aquisição de combustível pelas mesmas. Aguardamos o conhecimento sobre o modo de atribuição e celeridade do processo que se revela já urgente neste momento.

-Acreditamos que no ORAA para 2023 estará refletido um valor que tenha em conta o aumento do SMR e a inflação nos valores nos Acordos de cooperação para as IPSS, que neste momento está a por em causa a sustentabilidade das mesmas. E que seja revisto o valor padrão para as unidades de cuidados continuados integrados (UCCI) que desde 2020 não são alteradas.

-Ainda uma chamada de atenção sobre as condições técnicas de organização e funcionamento que visam substituir os Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) pelos Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) no que concerne a requalificação/adaptação dos espaços e respetivos quadros de pessoal, ambas requerendo apoios financeiros às IPSS, de modo a procederem de acordo com a legislação em vigor e cujo prazo de adequação finda no primeiro trimestre de 2023.

-Mantemos a nossa persistência na criação de uma bolsa para as IPSS na atribuição dos apoios a 100 % para os sistemas solares fotovoltaicos.

-Achamos que é da maior importância um apoio para a transição digital, um valor específico dedicado ao sector social e que em muito iriam ajudar a melhorar a prestação de serviços de qualidade à nossa comunidade.

-Um apoio financiado a 100 % para a eficiência energética nas IPSS para as mesmas poderem ser mais amigas do ambiente e melhorar a sua sustentabilidade.

- Aproveitamos para deixar um alerta que vai ser necessário pensarmos como vamos resolver as listas de espera nas ERPI. Os Novos Idosos vêm ajudar a reduzir as listas de espera mas não vai resolver só por si esta lacuna na nossa comunidade mais idosa.

Continuamos a acreditar que, dada a natureza das nossas Instituições serem sem fins lucrativos, devem ter um tratamento diferenciado das empresas por terem um papel crucial no contrato social. A resolução da desigualdade social é imputada aos Governos mas também é nosso papel defender as IPSS na competitividade e qualificação das próprias.

É nossa convicção que estamos num bom percurso de parceria no apoio à nossa comunidade.

Praia da Vitória, 13 de Outubro de 2022

Presidente da Direção

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a series of loops and a long horizontal stroke at the end.

João Canedo Reis



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do Porto
Ilha de Santa Maria – Açores

Exm^o(a) Senhor(a)

Dr. José Manuel Gregório de Ávila
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia da ALRA

Sua referência
S/3125/2022

Sua comunicação
31-10-2022

Nossa referência
S/039/2022

DATA
14-11-2022

**ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER DA PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL
Nº. 45/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023.**

Na sequência do solicitado no vosso ofício de referência, junto envio a V. Ex^a. o parecer emitido pelo Conselho de Ilha de Santa Maria sobre o assunto em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria

Maria Dulce de Oliveira Resendes

Anexo: Parecer



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Parecer

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº.45/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2023

A pedido do Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, formulado através do ofício nº. S/3125/2022 de 31OUT2022, o Conselho de Ilha de Santa Maria, procedeu à análise do documento enviado tendo-se concluído o seguinte:

1. A Proposta de Plano Regional Anual para 2023, ora apresentado regista para Santa Maria um decréscimo de 606.270,00 € em relação à Anteproposta de Plano Regional Anual para 2023 enviada em setembro passado e que foi objeto do parecer que enviamos em anexo.
2. Na análise comparativa entre os valores apresentados na Anteproposta e a atual Proposta apenas as ilhas de Santa Maria e Corvo veem os investimentos públicos cair, conforme demonstrado pelo quadro infra indicado.

	Anteproposta Plano 2023 enviada SRFAP enviada em outubro	Proposta Plano 2023 enviada ALRA Comissão Economia em Novembro	DIFERENCIAL
Sta Maria	19 465 763 €	18 859 493 €	-606 270 €
São Miguel	244 187 280 €	244 207 874 €	20 594 €
Terceira	122 580 775 €	122 638 184 €	57 409 €
Graciosa	16 475 708 €	16 508 675 €	32 967 €
São Jorge	31 723 901 €	31 843 340 €	119 439 €
Pico	50 992 831 €	51 022 014 €	29 183 €
Faial	49 239 655 €	49 248 611 €	8 956 €
Flores	13 206 028 €	13 213 352 €	7 324 €
Corvo	6 004 198 €	5 913 563 €	-90 635 €
NDE	199 672 303 €	200 093 336 €	421 033 €
TOTAL	753 548 442 €	753 8 442 €	

3. O diferencial negativo apresentado (- 606.270 €), resulta dos cortes ocorridos no valor de 731.718 € e do reforço no valor de 125.448 €, ocorreram nos seguintes objetivos/Programas:

Objetivo/Programa:		2.6 - Promoção, reabilitação e renovação habitacional
Antes	372 237,00 €	
Agora	351 957,00 €	
Diferença	-20 280,00 €	

Objetivo/Programa:		5.16 - Promoção da saúde e proteção civil - Protocolos e apoios
Antes	124 680,00 €	
Agora	130 399,00 €	
Diferença	5 719,00 €	

Objetivo/Programa:		6.3 - Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo agrícola
Antes	233 000,00 €	
Agora	221 562,00 €	
Diferença	-11 438,00 €	

Objetivo/Programa:		7.2 - Infraestruturas de apoio às pescas
Antes	31 303,00 €	
Agora	51 032,00 €	
Diferença	19 729,00 €	

Objetivo/Programa:		9.28 - Elaboração do projeto para as obras de reabilitação e ampliação do edifício da Unidade de Saúde
Antes	0,00 €	
Agora	100 000,00 €	
Diferença	100 000,00 €	

Objetivo/Programa:		9.34 .15 - Empreitada de requalificação da casa do Diretor do Aeroporto de Santa Maria
Antes	1 400 000,00 €	
Agora	700 000,00 €	
Diferença	-700 000,00 €	

4. Apesar de se considerar positivo a atribuição de verba para a elaboração do projeto de obras de reabilitação e ampliação do edifício da Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria, indo de encontro a uma das nossas pretensões, não se compreende o motivo do corte de 50 % no orçamento para a empreitada de requalificação da casa do Diretor do Aeroporto, sobrando um valor que sabemos não ser suficiente para concluir a obra.

Concluimos assim, que o documento ora apresentado não vai de encontro às aspirações dos marienses e que foram apresentadas no Parecer enviado ao Senhor Secretário Regional das Finanças, Plano e Administração Pública em 12 de outubro de 2022, pelo que o Conselho de Ilha de Santa Maria, reitera que o Plano Regional Anual para 2023, não possui nenhum enquadramento estratégico e de coesão territorial, não havendo nexos entre as intenções do Plano e o Orçamento previsto, pelo que entende que não foram suficientemente cabimentados os investimentos mais estruturantes para o desenvolvimento económico e social da Ilha de Santa Maria, pelo que posto a votação mereceu, por unanimidade, o parecer desfavorável.

Vila do Porto, 8 de novembro de 2022

A MESA DO CONSELHO DE ILHA

Maria Dulce de Oliveira Resendes, Presidente

João Manuel Andrade Fontes, Vice-Presidente

José Arsénio Sousa Chaves, 1.º. Secretário

António Isidro Braga Sousa, 2.º. Secretário

Luis Morais

De: Conselho Ilha São Jorge <conselhoilhasaojorge@gmail.com>
Enviado: 16 de novembro de 2022 09:16
Para: Assuntos Parlamentares
Cc: Rui Silva
Assunto: Fwd: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"
Anexos: Iniciativa.pdf; Ofício.pdf; Parecer CI São Jorge - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º45-XII PRA 2023.pdf

Exmos. Senhores

Serve o presente para acusar a receção do Vosso ofício e respetivo anexo, os quais mereceram a melhor atenção.

Remete-se para os efeitos tidos como adequados, e conforme acordado com o Senhor Rui Silva para inclusão no documento, o parecer emitido por este Conselho de Ilha na reunião extraordinária do dia 15 de novembro do corrente ano, relativo à Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 45/XII - Plano Regional Anual para o ano de 2023.

Agradece-se a confirmação da boa receção do presente email.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho de Ilha de São Jorge

Lena Felicidade Pereira Amaral



Email: conselhoilhasaojorge@gmail.com

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: O conteúdo desta mensagem e de todos os ficheiros, caso existam, são confidenciais e destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação privilegiada, destinando-se ao uso exclusivo do seu destinatário. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio eletrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema. Obrigado pela sua colaboração.

----- Forwarded message -----

De: Rui Silva <rsilva@alra.pt>

Date: segunda, 31/10/2022 à(s) 14:17

Subject: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"

To: Conselho Ilha São Jorge <conselhoilhasaojorge@gmail.com>

Exma. Senhora

Presidente do Conselho de Ilha de São Jorge,

Encarrega-me o Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia de remeter a V. Exa. o ofício e iniciativa sobre o assunto em referência.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Silva

Assistente Técnico

Departamento de Atividade Parlamentar

Assembleia Legislativa da R.A. Açores

Rua Marcelino Lima – 9901-858 Horta

Tlf. +351 292207666

 www.alra.pt



Proteja o ambiente! Não imprima este e-mail!

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: *Esta mensagem, assim como os ficheiros eventualmente anexos, é confidencial e reservada apenas ao conhecimento da(s) pessoa(s) nela indicada(s) como destinatária(s). Se não é o seu destinatário, solicitamos que não faça qualquer uso do respetivo conteúdo e proceda à sua destruição, notificando o remetente.*

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE: *A segurança da transmissão de informação por via eletrónica não pode ser garantida pelo remetente, o qual, em consequência, não se responsabiliza por qualquer facto suscetível de afetar a sua integridade.*



CONSELHO DE ILHA DE SÃO JORGE

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Especializada
Permanente de Economia
José Manuel Gregório de Ávila
Rua Marcelino Lima
9901-858 Horta

Sua Referência:
S/3126/2022

Sua Comunicação de
31/10/2022

Nossa referência
CI.240/2021_2025

Data
15/11/2022

ASSUNTO: Pedido de Parecer – Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - Plano Regional Anual para 2023

Em resposta ao solicitado por V. Exa, através do V. Ofício mencionado em epígrafe, o Conselho de Ilha de São Jorge, reunido a 15 de novembro de 2022, emite parecer favorável, no entanto, considera indispensável reiterar as seguintes ressalvas que passamos a enumerar:

- Rubrica “9.8.12 - Aeródromo da Ilha de São Jorge - ampliação do parque de estacionamento do Aeródromo de São Jorge”, onde persistem dúvidas acerca da dimensão do projeto e verba inscrita;
- Rubrica “9.8.7 – Porto da Calheta de São Jorge”, no que respeita à dragagem do Porto da Calheta, apesar de a mesma estar orçamentada, o valor parece insuficiente, dado que diminuiu aproximadamente 50% em relação ao PRA 2022;
- Rubrica “9.12.1 – Apoio ao tráfego local” permanecem neste conselho as dúvidas relativamente aos seus pressupostos e de que modo irá ser aplicada;
- Rubricas “9.15.5 - Beneficiação e pavimentação de estradas regionais” e “9.32.23 - Estabilização da zona adjacente ao quartel dos Bombeiros Voluntários da Calheta de São Jorge” a verba inscrita parece manifestamente diminuta para a realidade das necessidades. Relativamente aos investimentos/apoios às empresas da ilha, não são observáveis medidas concretas que permitam fazer frente à conjuntura presente, especialmente considerando a situação pandémica e a crise sismo vulcânica que afetaram a ilha de São Jorge.

No que concerne à lavoura, é opinião unânime deste conselho de ilha que, face à atual conjuntura económica e às condicionantes específicas da produção de leite em São Jorge, o valor de 10000 euros em formação, não será suficiente para mitigar os constrangimentos e dificuldades que este setor enfrenta atualmente. Tendo em conta que este sector é



fundamental para a economia da ilha, a inexistência observável de outras medidas concretas para o mesmo, é fator de grande apreensão.

Consideramos então que uma redução de aproximadamente 22 milhões de euros em relação ao Plano Regional de 2022, associada a consecutivas baixas taxas de execução dos PRA anteriores (abaixo dos 40%), deixa um elevado nível de preocupação por parte deste Conselho de Ilha em relação ao desenvolvimento e sustentabilidade futura da ilha de São Jorge.

Para além do exposto e embora não tenham sido contemplados na proposta, importa referir outros aspetos para que possam futuramente ser incorporados:

- Construção do Núcleo de Recreio Náutico da Calheta (rúbrica 10.8.20 PRA de 2021);
- Certificação aérea noturna do Aeroporto de São Jorge;
- Extração de bagacina para a lavoura (Pontos de extração encontram-se encerrados);
- Museu do Queijo de São Jorge;
- Pavimentação e Reabilitação do POA Ponta dos Rosais/Sete Fontes/Farol;
- Novo Parque Combustíveis de São Jorge;
- Projeto “Casa das Fajãs”;
- Ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia da Calheta;
- Adaptação do centro de processamento de resíduos às reais necessidades da ilha;
- Investimentos/ Apoios na área da cultura.

Ainda incluído nos pontos acima mencionados, mas merecendo especial destaque, importa referir a construção do novo Matadouro de São Jorge (rubrica 6.3.4), como um investimento estruturante e imprescindível para o desenvolvimento de São Jorge.

Concluindo, solicitamos ao Governo Regional que tenha a melhor atenção sobre o exposto, na expectativa de que o Plano Regional Anual para 2023 cumpra com a execução daquilo que se propõe, sendo que este Conselho de Ilha estará atento e reivindicará o mesmo.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Conselho de Ilha de São Jorge

Lena Felicidade Pereira Amaral

Luis Morais

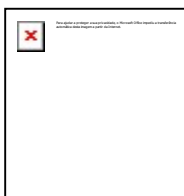
De: Bruno Silveira <bruno.silveira@cm-graciosa.pt>
Enviado: 15 de novembro de 2022 15:42
Para: Assuntos Parlamentares
Cc: mendesvitor@sapo.pt
Assunto: Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII - "Plano Regional Anual para o ano de 2023"
Anexos: Parecer_Plano2023_signed.pdf

Boa tarde,

Encarrega-me o Senhor Presidente do Conselho de Ilha da Graciosa, Vítor Mendes de lhe remeter em anexo o parecer emitido na reunião de 10/11/2022.

Com os melhores cumprimentos,

Bruno Silveira



Bruno Silveira / Chefe de Gabinete

bruno.silveira@cm-graciosa.pt

Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa

295 730 040

Largo Vasco da Gama 9880-352 Santa Cruz da Graciosa

<http://www.cm-graciosa.pt>

PARECER

Em resultado da reunião extraordinária deste Conselho de Ilha, de 10 de novembro de 2022, e após debate e votação dos Conselheiros com esse direito, foi favorável a apreciação Desta Assembleia, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023”, com 7 votos a favor, 5 votos contra e 3 abstenções.

No entanto existem assuntos que este Conselho de Ilha manifesta preocupação, pela sua omissão ou leve referência, como a reabilitação da rede viária, formação profissional, proteção da orla costeira, promoção turística da ilha, a gare marítima, transportes aéreos e marítimos e outros que foram inscritos nos últimos memorandos elaborados por este Conselho de Ilha aquando das visitas estatutárias do Governo Regional dos Açores.

Existe uma quebra significativa no valor de investimento previsto para a ilha Graciosa, embora o orçamento a ser executado poderá apresentar uma taxa de execução superior à dos últimos anos.

Destacamos as verbas inscritas e destinadas ao apoio social.

15 de novembro de 2022

O Presidente do Conselho de Ilha, da Ilha Graciosa

Assinado por : **Vítor Manuel Melo Fonseca**

Mendes

Num. de Identificação: 

(Vítor Manuel Melo Fonseca Mendes)



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

Exmo. Senhor:

Comissão Especializada Permanente de Economia

V/Ref.:
S/3124/2022

V/Data:
2022-10-31

N/ Ref.:
SAI-CIFLORES/2022/21

N/ Data:
2022-11-12

ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DLR 45/XII - PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2023

Ex. mos Srs.

Tendo-nos sido solicitado parecer sobre a proposta referida em assunto, vimos pelo presente dar cumprimento ao pedido, na certeza que a nossa decisão se encontra fundamentada em várias alíneas que já tinham sido comunicadas ao Governo Regional aquando do pedido de parecer à Anteproposta, cujo documento final agora apresentado, não teve em conta os nossos contributos.

Assim, o Conselho de Ilha das Flores na sua reunião ordinária de 10 do corrente analisou e apreciou a **Proposta de DLR 45/XII Plano Regional Anual para 2023** dando **parecer desfavorável por unanimidade** ao documento, tendo por base alguns dos argumentos que estiveram em análise ao referido documento e dos quais salientamos:

- a) Ao montante geral ora proposto para a ilha das Flores que sofre um corte substancial, tendo por base a análise do Plano aprovado no ano anterior (cerca de 70%);
- b) A não desagregação de verbas nas diversas rúbricas que dificulta a análise do documento no seu todo e que no caso da ilha das Flores é notória;
- c) A ausência de medidas de apoio às famílias e às empresas, numa altura em que se prevê que haverá um abrandamento na nossa atividade económica, resultante



CONSELHO DE ILHA DAS FLORES

- da guerra que se vive na Europa e que afeta de uma forma geral todo o mundo e que nos Açores deverá chegar neste final de 2022 agravando-se em 2023, segundo as previsões dos analistas;
- d) A inexistência de verbas no que se refere ao apoio aos mais idosos (2.4), numa ilha com uma população muito envelhecida;
 - e) A ausência de respostas efetivas no documento em apreço, para algumas das reivindicações deste órgão aquando da última visita do Governo Regional à ilha, nomeadamente quanto à questão da proteção da orla costeira de Santa Cruz, verbas afetas à obra no porto das Flores e parque de estacionamento junto à aerogare em Santa Cruz, entre outras;
 - f) Aos modestos valores destinados à cooperação com os municípios das Flores e juntas de freguesia, em alguns setores, nomeadamente no que se refere à coesão, transição digital e representação (1.7 e 1.8);
 - g) Na área da mobilidade elétrica (9.3) entendemos que a verba fica aquém do que seria exetável, tendo em conta o nosso galardão de **Reserva da Biosfera**, onde deveria ser feita uma aposta forte na criação de condições técnicas para uma transição elétrica na área dos transportes terrestres, como forma de incentivar a sua implementação junto da população.
 - h) O Conselho de Ilha das Flores lamenta finalmente que apesar de terem sido solicitados contributos para o documento que vai agora ser analisado e eventualmente aprovado em sede própria, neste caso na ALRAA, essas reivindicações não tenham sido tidas em conta, situação que é recorrente, deixando este órgão profundamente desagradado com esta indiferença.

Ficamos ao inteiro dispor de V. Ex.^a para o que entenda ser útil sobre esta matéria.

Queira aceitar os meus cumprimentos.

Lajes das Flores, 12 de novembro de 2022

O Presidente do Conselho de Ilha

(José António Corvelo Freitas)



MUNICÍPIO DO CORVO
CONSELHO DE ILHA

17.

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia
ALRAA
assuntosparlamentares@alra.pt

V. refª: S/3128/2022 de 31/10/2022

N/ refª: Ofício nº 7 Corvo, 15/11/2022

Assunto: PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº 45/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023

Em resposta à V. referência supra mencionada, venho informar V. Exª que o Conselho de Ilha do Corvo em reunião extraordinária realizada ontem analisou e apreciou a Proposta de DLR nº 45/XII - Plano Regional Anual para 2023 dando parecer favorável com 7 votos a favor e 6 votos contra.

Como consequência desta votação surgem algumas considerações das quais salientamos:

- 1- Foram referenciados projectos de extrema importância, como a construção de um parque eólico, a contratação do “Thor” para realizar o abastecimento marítimo, a construção de uma aerogare e quartel de bombeiros e o aumento de vãos da SATA, a execução de uma gare marítima, obras na EBS Mouzinho da Silveira, estabilização da falésia adjacente à Vila, requalificação da unidade de saúde, construção da casa da vigia;
- 2- A redução em cerca de 50% do valor de idêntico documento referente ao corrente ano de 2022;
- 3- A não desagregação de verbas nas diversas rubricas que dificulta a análise do documento no que se refere à Ilha do Corvo;



MUNICÍPIO DO CORVO
CONSELHO DE ILHA

- 4- A inexistência de qualquer valor nos seguintes itens:
- 2.1 – Apoio à infância e juventude
 - 2.2 – Apoio à família, comunidade e serviços
 - 2.3 – Apoio aos públicos com necessidades especiais
 - 2.4 – Apoio a idosos
 - 5.10 – Actividade desportiva
 - 9.16 – Construção, ampliação e remodelação de edifícios públicos
 - 9.38 – Centros de Processamento de Resíduos
 - 9.41 – Infraestruturas de apoio às empresas turísticas
- 5- Algumas rúbricas com valores insignificantes que resultam no valor global do documento apresentado como referido anteriormente na redução de cerca de 50% relativamente ao previsto para 2022.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha,

José Manuel Alves da Silva



MUNICÍPIO DO CORVO
CONSELHO DE ILHA

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia
ALRAA
assuntosparlamentares@alra.pt

V. refª: S/3128/2022 de 31/10/2022

N/ refª: Ofício nº 8 Corvo, 16/11/2022

Assunto: PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº 45/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023

Na sequência do nosso ofício nº 7, datado de ontem, e depois da reclamação do Sr. Conselheiro João Pedras de que a votação não havia sido 7/6 mas sim 8/6, embora tratando-se de um preciosismo ou pormenor que em nada afeta o resultado final da aprovação ter sido por maioria, queira V. Exª considerar a rectificação feita de que o resultado efectivo foi de 8 votos a favor e 6 votos contra, mantendo-se o parecer constante do mesmo ofício.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Mesa do Conselho de Ilha,

José Manuel Alves da Silva